



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO EM TEORIA LITERÁRIA

JOSILENE DOS SANTOS SOUSA

**MEMÓRIA E LITERATURA: MEMÓRIA ANCESTRAL E ESCRAVIDÃO EM  
ÚRSULA, DE MARIA FIRMINA DOS REIS**

SÃO LUÍS - MA  
2024

JOSILENE DOS SANTOS SOUSA

**MEMÓRIA E LITERATURA: MEMÓRIA ANCESTRAL E ESCRAVIDÃO EM  
ÚRSULA, DE MARIA FIRMINA DOS REIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.

**Área de concentração:** Teoria Literária  
**Linha de pesquisa:** Literatura, Memória e Cultura.

**Orientadora:** Profa. Dr.<sup>a</sup> Algemira de Macêdo Mendes

SÃO LUÍS - MA

2024

Sousa, Josilene dos Santos

Memória e literatura: memória ancestral e a escravidão em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. / Josilene dos Santos Sousa. – São Luis, MA, 2024.  
105 f

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientador: Profa. Dra. Algemira de Macêdo Mendes

1.Memória. 2.Personagens negras. 3.Ancstralidade. 4.Autoria feminina. I.Título.

CDU: 82-94

**Elaborado por Cássia Diniz- CRB 13/910**

# MEMÓRIA E LITERATURA: MEMÓRIA ANCESTRAL E ESCRAVIDÃO EM ÚRSULA, DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Josilene dos Santos Sousa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.


Examinada por:

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Algemira de Macêdo Mendes - (Presidente)

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Linda Maria de Jesus Bertolino - Membro Interno (UEMA)

Documento assinado digitalmente  
 DENISE DE LIMA SANTIAGO FIGUEIREDO  
Data: 04/06/2024 09:24:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Denise de Lima Santiago Figueiredo - Membro Externo

“Chuva fina, mas constante, faz o rio transbordar”.

Provérbio da África Ocidental

## AGRADECIMENTOS

Aos que estiveram presente nesta trajetória, gostaria de expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho de pesquisa. Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, Prof. Dr.<sup>a</sup> Algemira de Macêdo Mendes, pela orientação, apoio e incentivo ao longo de todo o processo. Sua experiência e orientação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

À Universidade Estadual do Maranhão, *campus* Caxias e São Luís, com toda a competência de ensino e por seus profissionais de excelência, e a todos os meus professores que fizeram dos seus profissionalismos e amor um processo de ensino frutífero, especialmente ao professor Dr. Emanuel César Pires pelo seu ensinamento no Estágio Docente e apoio nas aulas ministradas e à professora Dr.<sup>a</sup> Solange de Moraes por ter apresentado a mim a obra *Úrsula* no período da graduação no curso de Letras.

Agradeço aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLEtras/UEMA), cujas discussões enriqueceram minha compreensão e me inspiraram a prosseguir com esta pesquisa.

Além disso, não posso deixar de reconhecer o apoio imensurável da minha família: Cleanes Ferreira dos Santos Sousa, minha mãe querida, que, de uma forma ou de outra, sofreu todo este processo comigo.

Ao meu pai, José Francisco Teixeira de Sousa, que sempre embarcou nas minhas viagens, lado a lado.

À minha querida e fiel irmã, Joseane Cristina dos Santos Sousa, que foi a minha grande figura de representatividade e apoio, pois sempre me incentivou a estudar e a fazer o mestrado.

Aos meus dois irmãos, Josenildo dos Santos Sousa e Josiel dos Santos Sousa, que estiveram sempre ao meu lado e fizeram de tudo por mim; e ao meu sobrinho Erick Renan.

Também gostaria de estender meus agradecimentos aos meus familiares, que estiveram presentes diretamente neste processo, Tia Neuzimar e Tio Antônio Maia; aos meus padrinhos queridos, e também as minhas avós: Maria Das dores que sempre me manteve em suas orações e Avó Brígida da Conceição, *in memoriam*, que de onde estiver, encontra-se feliz com a sua neta sendo a primeira da família a ser

mestre, lhe dedico este feito, á você que não teve a oportunidade de estudar, e que nos seus delírios da doença questionavam o porquê de não terem lhe colocada em uma escola.

Agradeço aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, oferecendo suporte emocional e encorajamento, a minha grande amiga Ana Cleia e ao Marcus Vinicius, a Natasha Brasil, a família de Isis, o meu agradecimento por serem sempre prestativos.

As minhas amigas do mestrado intituladas “As meninas poderosas” que fizeram os dias de aulas mais alegres e as meninas do Condomínio Menezes que sempre estiveram presentes ao desbravar São Luís.

Meus sinceros agradecimentos, a banca examinadora da qualificação, composta por Prof. Dr.<sup>a</sup> Denise Santiago Figueiredo e Prof. Dr.<sup>a</sup> Silvana Maria Pantoja dos Santos por suas análises críticas e valiosas sugestões que ajudaram a aprimorar este trabalho, e a banca de defesa.

Expresso minha gratidão a todas as instituições e agências de financiamento que tornaram possível a realização deste estudo, especialmente Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA por seu suporte financeiro, que em todo o processo me possibilitou a fazer o mestrado, pois sem sua ajuda nada disso seria possível.

A autora Maria Firmina dos Reis, cuja obra *Úrsula* me possibilitou formas diferentes de ver o mundo e as pessoas ao meu redor.

Agradeço imensamente à Deus, por sempre está presente nos momentos ruins e bons, pois minha fé me possibilitou encarar o medo e sempre acreditar em dias melhores.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram de forma direta ou indireta na elaboração desta pesquisa, obrigada por fazerem parte desta jornada acadêmica e por suas contribuições para o sucesso desta pesquisa.

## RESUMO

Este trabalho explora a relação entre memória ancestral e a história, com enfoque nas personagens negras da obra *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis. Desse modo, abordamos as questões de raça e etnia, bem como a condição dos escravizados na obra em estudo. Com base no referencial teórico, damos ênfase à memória e à ancestralidade, bem como a construção da narrativa das personagens negras (Susana e Túlio). Na composição da obra, são apontados aspectos que tocam em questões como a escravidão e a ancestralidade, dentre outros temas ligados ao colonialismo, como o patriarcado. Além disso, a narrativa revela também em seu enredo várias subjugações que as personagens negras, do período escravocrata do século XIX, eram submetidas. Diante disso, a análise, aqui, proposta, baseia-se em pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e descritivo, cujo enfoque é analisar uma obra literária a partir de uma perspectiva crítico-social dos personagens selecionados. Nesse enfoque, essa pesquisa justifica-se por abordar as memórias dos personagens negros supracitados, evidenciando como esses elementos se fazem importantes na construção memorialística a respeito de aspectos socioculturais que, de diferentes maneiras, ainda se fazem presentes na sociedade. Para fundamentarmos essa discussão, utilizamos as contribuições teóricas de autores como: Andrade (2021); Andreta (2013); Duarte (2005); Agenor Gomes (2022); Halbwachs (2003); Reis (1859; 2018); Evaristo (2007-2022); Hall (1996), entre outros. Para tanto, os resultados apontam que a obra *Úrsula* possui uma verossimilhança com os acontecimentos históricos da época escravagista, mas transcende seu caráter histórico, materializando-se como ficção. Dessa forma, a obra traz uma reflexão em relação aos diálogos memorialísticos e a ancestralidade das personagens negras, visto que essa memória ancestral trava um diálogo com a construção da identidade afro-brasileira e africana.

**Palavras-Chave:** Memória; Personagens negras; Ancestralidade; Autoria feminina.

## ABSTRACT

The present research aims to explore the relation between ancestral memory as well as history, highlighting the black characters in the literary novel *Úrsula* (1859), written by Maria Firmina dos Reis. Consequently, we will discuss race and ethnical questions and the conditions of slavery people into the literary work studied. Based on the theoretical reference, we will focus on memory and ancestry, as well as the narrative construction through the black characters (Susana and Túlio). In this research composition, we intent to point aspects which evince questions like slavery and ancestry among others questions related with the colonialism and the patriarchy. In addition, the narrative shows in its plot many subjugations which the black characters faced in the slavery during the 19th century. Therefore, the analyses proposed is based on bibliographical, quantitative and descriptive research which the main purpose is to analyze the literary work through the critical and social perspective of the characters chosen. For that matter, this research justifies itself for approaching the black characters memories chosen, evincing how those elements are important in the memory construction related to the social and cultural aspects which from different ways are still current in our society. In order to base this discuss we studied the theoretical contributions of: Andrade (2021); Andreta (2013); Duarte (2005); Agenor Gomes (2022); Halbwachs (2003); Reis (1859; 2018); Evaristo (2007-2022); Hall (1996) among others. For this purpose, the results aim that the literary work *Úrsula* holds a connection between the historical facts in the slavery time, but it expands its historical dignity, embodying itself as a fiction. That way, the literary work brings a reflection in relation to the memory dialogues and the ancestry of the black characters, as long as this ancestral memory struggles a dialogue with the construction of the afro-brazilian and african identities.

**Keywords:** Memory; Black characters; Ancestry; Feminine Authorship.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2</b>	<b>MARIA FIRMINA DOS REIS: TRAJETÓRIA LITERÁRIA E A CRÍTICA REVISITADA</b>	15
2.1	A TRAJETÓRIA BIBLIOGRÁFICA DE M. F: UMA MARANHENSE	15
2.2	MARIA FIRMINA E A CRÍTICA REVISITADA	27
<b>3</b>	<b>MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE: A RELAÇÃO ENTRE ANCESTRALIDADE E A MEMÓRIA EM ÚRSULA</b>	35
3.1	CONCEPÇÕES DE MEMÓRIA	39
3.2	A RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE	44
<b>4</b>	<b>ÚRSULA, DE MARIA FIRMINA DOS REIS: A MEMÓRIA ANCESTRAL E A TEMÁTICA ANTIESCRAVAGISTA</b>	51
4.1	A ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO	51
4.2	O ENREDO E A CONSTRUÇÃO DAS PERSONAGENS NEGRAS	61
4.3	O DISCURSO COM TEMÁTICA ANTIESCRAVAGISTA E ANCESTRALIDADE	74
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	89
	<b>REFERÊNCIAS</b>	92

## 1. INTRODUÇÃO

A obra *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, foi publicada em 1859 e tem em sua composição aspectos que tocam em questões como a escravidão e a ancestralidade. Além disso, revela várias nuances sobre as personagens negras em um período escravocrata, no qual retrata a memória ancestral dos povos africanos escravizados. Maria Firmina dos Reis é uma figura de resistência e em sua obra predomina assuntos sobre o período escravocrata, condição das mulheres, entre outras temáticas.

*Úrsula* (1859) é narrada no âmbito do século XIX e coloca em evidência questões típicas da época de sua publicação. A obra se enquadra cronologicamente no período do Romantismo, cujas características preponderam, segundo Alfredo Bosi (2022), em seu livro *Histórias concisa da literatura brasileira*, “o amor e a pátria, a natureza e a religião, o povo e o passado.” (Bosi, 2022, p. 95).

A narrativa se inicia com a descrição da paisagem na qual a história se passa, mostrando uma percepção de mundo repleta de emoção e realismo. Laísa Marra, em sua tese de doutorado *A Narrativa de Maria Firmina dos Reis: Nação e Colonialidade*, fala da descrição da paisagem na obra: “as imagens mais imediatamente relacionadas à brasilidade e, portanto, à pátria, são em *Úrsula* (1859) equacionadas negativamente ao patriarcado” (Marra, 2020, p. 78). Esse trecho faz uma crítica ao patriarcalismo da época e pincela o exotismo e a beleza da natureza, características predominantes da estética romântica.

Sendo um romance do século XIX e por possuir uma temática antiescravista, a obra *Úrsula* (1859) traz em sua narrativa temas referentes à memória ancestral, ao período escravocrata e às condições dos escravizados. A temática escravagista, que está presente no enredo do romance, dá protagonismo para os grupos “excluídos” e “silenciados” no processo histórico do Brasil.

Nesse sentido, em *Úrsula* (1859), Maria Firmina representa as personagens escravizadas, ressignificando suas memórias e sua ancestralidade. Assim, é possível vislumbrar mulheres e homens negros na sociedade oitocentista que viviam os horrores da escravização. Na narrativa, preta Susana e Túlio são personagens negros, cujas histórias se interligam, em maior proporção, à questão memorialística e à ancestralidade, e suas memórias são apresentadas através de diálogos.

A preta Susana é descrita como uma mãe e mulher que foi vítima das crueldades da escravidão no Brasil ao ser capturada e levada no navio negreiro na condição de escravizada. Túlio é um jovem que não aceita sua condição de escravizado, como é possível observar no seguinte trecho: “Ele não é feliz, mas tem virtude; por isso, seu coração se amolece diante da cena dolorosa, está Foi-lhe apresentado perante os seus olhos” (Reis, 2018, p. 23). Nessa perspectiva, a autora representa Túlio como um jovem que é inconformado com sua situação de escravizado, mas que tem uma concepção de escravidão bem diferente da personagem Susana, isto é, uma mulher livre que foi tornada escrava.

Assim, vemos que o desenrolar do enredo mescla as intrigas romanescas com visões de pano de fundo histórico, mas com foco em um grupo social oprimido. Seres esses tidos, no período escravocrata, como invisibilizados e com sua subjetividade omitida, ou seja, os povos escravizados eram desprovidos de liberdade e dignidade.

Alfredo Bosi (2022) fala sobre o nascimento do romance, em que vincula a vida e a ficção, gerando, assim, a verossimilhança. Nesse sentido, é possível afirmar que *Úrsula* (1859) é um dos romances que traz a verossimilhança, rompendo com diferentes hegemonias: patriarcal e, principalmente, a supremacia branca, tanto na organização social quanto no próprio fazer literário, tendo em vista a importância de *Úrsula* (1859) ser escrita por uma autora negra que desconstrói a história etnocêntrica na qual predomina o olhar do colonizador.

Com isso, a estima das personagens Preta Susana e Túlio e a presença deles na obra se faz como uma grande inovação na escrita literária no século XIX, em um regime escravocrata, uma vez que estes possuem vozes significativas para contarem suas próprias histórias a partir de suas memórias e da subjetividade que os formam.

Outro ponto primordial a ser considerado é a ancestralidade que está presente nas memórias das personagens desse romance. De acordo com Andreta e Alós (2013, p. 197), “a estratégia discursiva de fazer da escrita literária uma possibilidade de fazer ouvir os negros, para refletir os antepassados, é usada por Maria Firmina dos Reis em *Úrsula*”.

Diante disso, é perceptível que, por meio da reflexão sobre a voz das personagens negras (Susana e Túlio), é possível analisar várias questões ligadas à escravização, que durante a historiografia brasileira eram vistas a partir do olhar do colonizador. Portanto, a representatividade destes personagens africanos na obra constitui-se como uma crítica às condições desumanas, às desigualdades sociais e

aos silenciamentos a que foram expostos os negros e as negras por um grande período da história do Brasil.

Nesse sentido, as memórias das personagens são agentes importantes de suas construções e abordam temas relacionados à condição dos povos escravizados no decorrer da história da escravidão no Brasil. Assim, é possível afirmar que a memória em *Úrsula* (1859) é um aspecto muito significativo tanto para a construção do romance quanto para a abordagem desse tema por uma perspectiva literária.

Em toda a obra percorre o conceito de memória, que engloba a memória individual, a memória coletiva, a memória histórica, e a ancestralidade. O sociólogo francês Maurice Halbwachs (2003) ressalta que a memória, à primeira vista, parece ser algo preso ao passado, à lembrança de algo que passou e ficou, mas, com um olhar atento, revela que a memória é dinâmica e vincula três dimensões temporais. Isso porque, quando é evocada no presente, refere-se ao passado, mas com uma perspectiva de futuro. Baseado nisso, podemos estabelecer uma relação entre essa ideia de memória na obra *Úrsula* (1859), tendo em vista a representação das histórias das personagens Susana e Túlio, que verberam a tradição do povo africano e a presença da ancestralidade.

Ademais, este trabalho surgiu depois de diversas leituras entorno da obra, cujos temas ligados a ancestralidade, ao período escravocrata e a memória dos povos africanos despertaram meu interesse, principalmente porque a autora conseguiu explorar tais temáticas rompendo com os silenciamentos que marcam a história dos povos negros.

Isto posto, na obra literária *Úrsula* (1859), as personagens negras assumem protagonismo e, além disso, rememoram suas vivências em seus diálogos diaspóricos<sup>1</sup>, possibilitando o vislumbre da escravidão, assim como a memória ancestral a partir do ponto de vista do escravizado, uma vez que o romance é publicado ainda em um período escravocrata. Diante disso, surge o seguinte problema de pesquisa: como a memória ancestral é representada e qual sua influência sobre a identidade das personagens negras na obra *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis?

Seguindo essa linha de raciocínio, esta pesquisa tem como ênfase a Literatura Afro-brasileira de Autoria Feminina envolta em questões que nortearam a pesquisa,

---

<sup>1</sup> As lembranças de África.

na qual o objetivo central é analisar as personagens Susana e Túlio na perspectiva referente aos aspectos históricos, escravocratas, a partir de suas memórias ancestrais no romance *Úrsula* (1859).

Com isso, o trabalho tem como objetivos específicos descrever a importância da memória na construção das personagens negras em *Úrsula* (1859); verificar os traços memorialísticos na obra; e identificar trechos que revelem a ancestralidade, a memória e o processo de escravidão. Diante disso, o trabalho se justifica pela importância destes temas para estudos posteriores e por sua relevância acerca dos estudos sobre a autora Maria Firmina dos Reis sobre a temática da ancestralidade e, principalmente, sobre as personagens negras (Susana e Túlio).

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa adotou como metodologia uma análise crítico-social e bibliográfica de cunho qualitativo e descritivo. Para tanto, o presente trabalho se estrutura em capítulos: o segundo é intitulado “Maria Firmina dos Reis: Trajetória literária e a crítica revisitada”, que contém os seguintes subcapítulos: “2.1 A Trajetória bibliográfica de M.F: Uma maranhense” e, em seguida, “2.2 Maria Firmina e a crítica revisitada”, que apresenta a autora Maria Firmina dos Reis, a trajetória literária e os rastros da crítica sobre o romance *Úrsula* (1859).

Ressaltando a importância dessa escritora pioneira na literatura brasileira e a atenção dada à representação das questões raciais e sociais da época, nos respaldamos teoricamente em: Algemira de Macêdo Mendes (2022), em seu livro *A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente Brasileira: Revisitando o cânone*; em Agenor Gomes (2022) com *Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil*; em Castro Alves (2007) com *O Navio negreiro e outros poemas*; em Duarte (2005) com *Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira*; assim como na obra *Crítica sem juízo*, de Luiza Lobo (2007), entre outros teóricos.

O terceiro capítulo, intitulado “Memória e ancestralidade: A relação entre Ancestralidade e a Memória em *Úrsula*”, possui dois subcapítulos: “3.1 concepção da memória” e “3.2 A relação da memória e a ancestralidade”, que exploram o conceito de memória e ancestralidade e sua importância na compreensão das narrativas. Ainda, nesse capítulo, são discutidos os conceitos de memória e ancestralidade, e a relação entre si. Para tanto, as discussões estão pautadas em Andrade (2021): “Contam que houve uma porção de enforcados” e “As caveiras espetadas nos poetas: Literatura e oralidade na Revolta dos escravos de Carracas”; Almeida (2011): *A literatura como itinerário da formação: Real, imaginário e modos de viver*; Agenor

Gomes (2022): *Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil*; Halbwachs (2003): *Memória*; Jacques Le Goff (1990): *História e memória*; Joel Candau (2011): *Memória e Identidade*; Martins (2007): *O enigma do passado: Construção social da memória histórica*; Oliveira (2007): *A ancestralidade na encruzilhada*; Pereira (2014), entre outros.

Já o quarto capítulo, intitulado “Úrsula, de Maria Firmina dos Reis: A Memória Ancestral e a Temática Antiescravagista”, possui três subcapítulos: “3.1 a escravidão no Maranhão”, “4.2 O enredo e a construção das personagens negras” e “4.3 O discurso com temática antiescravagista e a ancestralidade”, nos quais analisamos as memórias ancestrais das personagens escravizadas em *Úrsula* (1859), a sua jornada ancestral, bem como as formas como as personagens se relacionam com suas raízes culturais e históricas, moldando suas identidades e ações ao longo da narrativa.

Serão apresentados trechos importantes do romance que testemunham a memória ancestral das personagens escravizadas na obra e como isso afeta seu autoconhecimento e trajetória de resistência. Neste capítulo, discutiremos, também, sobre o discurso com temática escravagista e ancestralidade e, para nos apoiarmos teoricamente, utilizaremos como referências bibliográficas os seguintes teóricos: Munanga (2015); o livro *A personagem de ficção de Antonio Candido et al.* (2014); *Tornar-se negro*, de Neusa Santos Souza (2021); Bezerril (2023); Aimé Césaire (2020); Martins (2007); hooks (2019); Luiza Lobo (2007); Mendes (2022); Agenor Gomes (2022); Laurentino Gomes (2022), entre outros.

Nessa perspectiva, *Úrsula* (1859) permite que a memória a respeito da condição dos escravizados<sup>2</sup>, a desigualdade social e a ancestralidade sejam vislumbradas do ponto de vista do oprimido. Além disso, Maria Firmina dos Reis acaba quebrando uma hegemonia masculina na produção literária do país e, principalmente, os vários preconceitos ligados aos povos escravizados, sobretudo à mulher negra.

---

<sup>2</sup> No anexo 04: possui a imagem referente a condição dos escravizados no período escravocrata.

## 2. MARIA FIRMINA DOS REIS: TRAJETÓRIA LITERÁRIA E A CRÍTICA REVISITADA

### 2.1. A TRAJETÓRIA BIBLIOGRÁFICA DE M. F<sup>3</sup>: UMA MARANHENSE

Maria Firmina tem uma história icônica. Filha de Leonor Felipa dos Reis, uma escrava alforriada, e de João Pedro Esteves, a autora morou com sua tia na cidade costeira de Guimarães<sup>4</sup>, e foi escritora romancista, poeta, cronista e professora das primeiras letras.

Na juventude, lecionou e foi aprovada em concurso público para professores primários em 1847. No ato da nomeação para os resultados do concurso, como era de tradição na época, alugaram uma liteira para transportar Maria Firmina dos Reis até o palácio do governo, onde seria feita a nomeação. A liteira seria transportada por duas pessoas escravizadas, no entanto, Maria Firmina se negou a realizar tal ato. Segundo Gomes (2022, p. 103), ela verbalizou: “- Negro não é animal para se andar montado nele. E decidiu ir a pé.”

Além de escritora e professora concursada, segundo Morais Filho (1975), a autora, após sua aposentadoria na década de 1880, fundou, em Maçarico, uma escola mista e gratuita do Estado do Maranhão. Foi um sucesso na época, porém as atividades foram interrompidas após dois anos e meio. Além disso, Maria Firmina é uma figura importante quando nos referimos aos povos escravizados. Em suas obras, manifesta sua posição contrária à escravidão e às desumanidades praticadas contra homens e mulheres negras.

A trajetória bibliográfica de Maria Firmina dos Reis<sup>5</sup> vai além do livro *Úrsula* (1859), pois, segundo Mendes (2022), em seu livro *A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: Revisitando o cânone*, a autora também escreveu a obra *Gupeva*, que foi publicada no jornal Jardim das Maranhenses. Em

---

<sup>3</sup> A forma como a autora Maria Firmina assinava.

<sup>4</sup> Mendes, A. M. *A Escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente Brasileira: Revisitando o cânone*. 1ed, Editora Malê, 2022. p. 23-24.

<sup>5</sup> Segundo Mendes (2022, p. 25), participou da antologia poética *Parnaso Maranhense* (1861), e colaborou ainda com os seguintes jornais: *Publicador Maranhense* (1861), *A Verdadeira Marmota*, *Semanário Maranhense* (1867), *O Domingo* (1872), *O País* (1885), *Revista Maranhense* (1887), *Diário do Maranhão* (1889), *Pacotilha* (1900), *Federalista* (1903). Escreveu no *Almanaque de Lembranças Brasileiras* (1863; 1868) um artigo de título "Minhas impressões de viagem" (1872), um diário intitulado *Álbum* (1865), várias charadas e enigmas. Compôs músicas (Autos de bumba meu boi), música dos Versos da garrafa, atribuído a Gonçalves Dias..

1863 e 1865, republica *Gupeva*, respectivamente, nos jornais Porto Livre e Eco da Juventude. A autora também publicou um livro de poemas intitulado *Cantos à beira-mar* em 1871, assim como o conto *A Escrava* (1887). Para Gomes, A. (2022), a autora Maria Firmina antecede alguns autores, como o poeta Castro Alves, em dez anos, na denúncia da violência e à escravidão, assim como Joaquim Manoel Macedo, Bernardo Guimarães, entre outros.

Maria Firmina dos Reis iniciou sua carreira literária com o romance *Úrsula*, publicado em 1859. Logo após veio a novela *Gupeva* (1861), que é uma história com personagens indígenas e, no decorrer da trama, a personagem principal se apaixona pelo marinheiro francês denominado Gastão e o relacionamento entre os personagens transforma-se em um confronto entre os países Brasil e França, resultante em tragédia.

*Cantos à beira-mar*, publicado em 1871, é uma coleção de 56 poemas dedicados à mãe de Maria Firmina. Os temas são variados e o mar e a praia aparecem nos poemas, referindo-se à cidade costeira de Guimarães, onde a autora passou a maior parte de sua vida. Além das críticas implícitas à opressão patriarcal, há um amor sublime, sem esperança e não correspondido, bem como poemas destinados aos seus amigos.

O conto *A Escrava* (1887), publicado na revista *Contos da Revista Maranhense*, é uma crítica à escravidão e ao silenciamento das vozes dos escravizados. Nele, a autora descreve castigos corporais, falta de liberdade e, principalmente, a separação entre mãe e filho em que se assemelha à narrativa de *Úrsula* (1859), cujo enredo apresenta estas mesmas temáticas.

Ao falarmos sobre as mulheres negras escravizadas, podemos citar o artigo *Cotidiano e resistência de mulheres escravizadas no Maranhão oitocentista*, de Elizabeth Sousa Abrantes e Francinete Poncadilha Pereira, que está no livro: *O Maranhão e a Escravidão Moderna*, na qual as autoras falam que: “As cativas realizavam inúmeras atividades como lavadeiras, cozinheiras entre outros serviços, a comercialização como ama de leite<sup>6</sup> era a atividade mais dolorida, pois geralmente ocasionava a separação das cativas dos seus filhos” (Abrantes; Pereira, 2016 p. 18).

Em sua tese de doutorado, intitulada *Por uma literatura afro-brasileira: Memória, subjetividade, afetividade e maternidade na obra de Maria Firmina dos Reis*,

---

<sup>6</sup> No anexo 05: contém a imagem referente Ama de leite ou Mãe preta.

Sálua Francinele Ribeiro fala sobre a maternidade e afrodescendência em *Úrsula* e em *A Escrava*. Segundo a autora:

Na literatura nacional do século XIX. O tráfico transatlântico separou muitas famílias negras antes da vinda para cá. E, mesmo após a sua proibição legal em 1850, o tráfico interprovincial continuou mantendo esses costumes. Não é à toa que a separação entre mãe escravizada e seus filhos está muito presente na produção literária de Maria Firmina dos Reis (Ribeiro, 2022, p. 90-91).

Dessa forma, as obras da literatura de Maria Firmina dos Reis tratam de temas como maternidade, principalmente quando analisamos a personagem Susana na obra *Úrsula*, que foi capturada e levada como escravizada, deixando sua filha e sua família.

Maria Firmina possui uma escrita crítica e de resistência, pois em sua obra pode ser lida questões de raça e gênero, bem como a condição dos escravizados. Há um posicionamento político que norteia sua ficção, por isso seus personagens expressam a consciência ativista da autora. Não faltam traços associados ao romantismo e, na obra, a sublimação da natureza também ocorre ocasionalmente na narrativa.

Ao se referir ao romance *Úrsula*, Maria Firmina ressalta que: “o nosso romance, gerou-o a imaginação, e não o soube colorir, nem aformosentar<sup>7</sup>. Pobre avezinha silvestre, anda terra a terra, e nem olha para as planuras onde gira a águia” (Reis, 2018, p. 47). Em seu discurso, podemos notar que a beleza da pátria é destacada e depois contrastada com as dificuldades oficiais do cativo, possuindo um teor crítico, referente ao período escravocrata.

A obra *Úrsula* quebra com a narrativa de subalternidade preconizada pela cultura do colonizador e assume o discurso antiescravagista, no qual as personagens negras verbalizam a palavra liberdade, mesmo que a narrativa se passasse 30 anos antes da abolição.

A negra Susana, ao travar um diálogo com Túlio, verbaliza a palavra “livre” no decorrer da narrativa. Maria Firmina usa o caráter romântico do amor idealizado como mecanismo para desviar a atenção do patriarcado e retratar a escravidão imperial e para as questões que vibram nas entrelinhas de seu texto: os direitos das mulheres e dos escravizados no território nacional. Eduardo de Assis Duarte traz uma discussão em torno da escrita da autora.

---

<sup>7</sup> Tornar ou tornar-se formoso, embelezar, enfeitar-se.

Situando-a, todavia, no contexto de produção da narrativa folhetinesca, pode-se aquilatar o quanto a escritora se apropria da tecnologia de gênero constituída pelo romance de fácil degustação popular, a fim de utilizá-la como instrumento a favor da dignificação dos oprimidos – em especial a mulher e o escravo. O triângulo amoroso formado pela jovem Úrsula, seu amado Tancredo e pelo tio Comendador (que surge como encarnação de todo o mal sobre a terra), ocupa o plano principal das ações (Duarte, 2005, p. 1).

Dessa maneira, a narrativa cresce quando as personagens escravizadas são inseridas na trama que alude ao período do século XIX, período que predominavam os romances românticos. A trajetória de vida de Maria Firmina se fez árdua na luta por políticas igualitárias. Enquanto ao fluxo literário, a obra *Úrsula* foi impressa na Tipografia do Progresso, assim, “a partir de 22 de fevereiro de 1860, o jornal dá início a uma campanha de subscrição para impressão de *Úrsula*, que se prolonga por 24 edições” (Gomes, 2022, p. 171).

É importante frisar que Maria Firmina possuía uma escrita regular nos jornais e revistas da época conforme têm demonstrado as pesquisas até então. Em 1887, escreveu o conto “A Escrava” na revista Maranhense, com publicação mensal, e, no mesmo ano de circulação de *Úrsula*, a escritora publica um poema no jornal *A imprensa*. Em 1861, publica “*Gupeva*”, que foi republicado no jornal *Porto Livre* em 1863, e, dois anos depois, o jornal *Eco da Juventude* publica o conto indianista de Maria Firmina.

Escritora afro-brasileira, Maria Firmina dos Reis fez uma inovação na literatura brasileira ao representar tanto o escravizado humanizado quanto o opressor animalizado. *Úrsula*, em sincera solidariedade com o “cativo”, diz respeito à representação das personagens no romance, diferente dos perfis de personagens negros representados nas obras literárias que, até então, eram negligenciados na produção literária. Todos estes aspectos, na escrita de Firmina, assemelham-se com as questões escravocratas que estão presentes nos versos de Castro Alves no poema “*Navio Negroiro*”:

Ontem a Serra Leoa,  
A guerra, a caça ao leão,  
O sono dormido à toa  
Sob as tendas d'amplidão!  
Hoje... o porão negro, fundo,  
INFECTO, APERTADO, IMUNDO,  
Tendo a peste por jaguar...  
E o sono sempre cortado  
Pelo arranco de um finado,  
E o baque de um corpo aí mar...

(Alves, 2007, p. 72).

Podemos notar que ambas as narrativas se assemelham em relação à mesma temática, a escravidão, na qual o eu-lírico, em Castro Alves (2007), narra o processo escravagista sobre a perspectiva da proa. Já a autora Maria Firmina dos Reis narra na perspectiva dos porões dos navios em uma diferença temporal de aproximadamente nove anos da publicação de *Úrsula* para o poema do “*Navio Negreiro*” (1868). Além disso, a autora torna as mulheres e os negros protagonistas, abordando-os a partir de uma perspectiva bem diferente dos colonos e da literatura do período escravagista, que sempre centrou na masculinidade e no branco.

Na tese, *Corpo de Romances de autoras negras brasileiras (1859-2006) posse da história e colonialidade nacional confortada*, Fernanda Rodrigues de Miranda defende que *Úrsula* é um romance de fundação<sup>8</sup>: “Isso significa que mais do que abolir a escravidão, era necessário imaginar/criar um lugar para o negro existir como sujeito livre na nação” (Miranda, 2019, p. 65). Com isso, neste trabalho, adotarei a nomenclatura sobre o romance como uma temática antiescravagista<sup>9</sup> na narrativa *Úrsula*.

No contexto mais amplo, a temática antiescravagista está relacionada aos movimentos pelos direitos civis, pela igualdade racial e pela promoção da justiça social, destacando a importância de eliminar questões relacionadas à discriminação racial e étnica. Consta, ainda, como uma das grandes inovações do século XIX, pois as personagens traduzem o sentimento da opressão da escravidão, elevando a perspectiva do negro escravizado.

As características da obra literária de Maria Firmina dos Reis consistem na temática antiescravagista, além disso, encaixa-se sua vivacidade com as características do período escravocrata. A obra possui diversos aspectos, principalmente, as denúncias das injustiças cometidas em uma sociedade patriarcal, já que, no Brasil, a abolição veio tardiamente.

---

<sup>8</sup> Nomenclatura defendida por Fernanda Rodrigues de Miranda em sua tese de doutorado, em que intitula o romance *Úrsula* como um romance de fundação por ser uma obra anterior à abolição da escravidão no Brasil.

<sup>9</sup> A temática antiescravagista refere-se a um conjunto de ideias, movimentos e ações que se opõem ao período escravagista. Historicamente, a escravidão era uma prática em que indivíduos eram considerados propriedade de outros e eram obrigados a trabalhar sem salários, muitas vezes em condições desumanas. O movimento antiescravagista surgiu como resposta a essa prática, defendendo a abolição da escravidão e a promoção dos direitos e liberdades para aqueles que foram escravizados.

Há, pois, a adjetivação intensa sobre as personagens na obra, como no trecho sobre Susana: “e havia uma mulher escrava, e negra como ele; mas boa, e compassiva, que lhe serviu de Mãe [...]” (Reis, 2018, p. 118) e no parágrafo que fala sobre Túlio: “Era infeliz; mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena [...]” (Reis, 2018, p. 55). O bucolismo também é outro aspecto presente, trazido já no início da obra, no primeiro capítulo denominado “Duas almas generosas”, caracterizando o ambiente bucólico e o contato com a natureza.

São vastos e belos os nossos campos; porque inundados pelas torrentes do inverno semelham o oceano em bonançosa calma-branco lençol de espuma, que não ergue marulhadas ondas, nem brame irado, ameaçando insano quebrar os limites, que lhe marcou a onipotente mão do rei da criação. Enrugada ligeiramente a superfície pelo manso correr da viração, frisadas as águas, aqui e ali, pelo volver rápido e fugitivo dos peixinhos, que mudamente se afagam, e que depois desaparecem para de novo voltaremos campos são qual vasto deserto, majestoso e grande como o espaço, sublime como o infinito (Reis, 2018, p. 49).

Percebemos, ao analisar a obra *Úrsula* e sua estrutura, o uso abundante de exclamações, interrogações e reticências, assim como de personagens heroicos, como as personagens Túlio e Susana, além do sentimentalismo, da supervalorização das emoções pessoais, do subjetivismo e, principalmente, da exaltação da natureza e do nacionalismo, assim como podemos observar na obra *Iracema* (1965), de José de Alencar, em que predomina a exaltação da natureza.

*Úrsula* é vista como uma mulher idealizada, retratada como inocente, símbolo de sensibilidade, assim como Isaura na obra *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, ambas as obras se assemelham quanto às temáticas do amor idealizado e a condição da mulher.

Desde a redescoberta de Maria Firmina dos Reis por José Nascimento Morais Filho, em seu livro *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*, publicado em São Luís, Maranhão, em 1975, a autora vem sendo compreendida como a primeira mulher escritora de romance-romântico e “aboliconista” no Brasil (Assis, 2005, p. 133). Dessa forma, sua obra *Úrsula* quebra com a narrativa de subalternidade.

O romance *Úrsula* foi impresso na Tipografia do *Progresso de Belarmino de Mattos*, em 1859, que também publicava o jornal *A Imprensa* às quartas e sábados. A autora utilizava-se de um pseudônimo, identificada apenas como “uma maranhense”. Agenor Gomes confirma, em suas palavras, a força de Maria Firmina dos Reis, uma mulher que foi uma grande figura de resistência, pois:

Maria Firmina dos Reis é a primeira romancista brasileira. Em sua obra, o homem negro escravizado e, especialmente, a mulher negra quebra a narrativa de subalternidade cultural pela sociedade escravista e assumem seu próprio discurso. Seus personagens verbalizam as palavras “livre” e “liberdade”, quase 30 anos antes da Abolição. [...]. Com o seu romance, a escritora se contrapõe a esse pensamento de subalternidade que, até então, dominava nas obras literárias do oitocentos (Gomes, 2022, p. 23).

Ainda nas reflexões de Gomes (2022) sobre o romance, é possível perceber a importância da questão escravista contida na obra. Antônio Candido, no livro *A personagem de ficção*, diz que “os romancistas do século XVIII aprenderam que a noção de realidade se reforça pela descrição dos pormenores” (Candido, 2014, p. 79). A partir deste ponto de vista, a obra *Úrsula* dispõe de uma riqueza dos detalhes, pois alguns personagens possuem uma complexidade psicológica significativa.

É perceptível que, na obra *Úrsula*, a narrativa ganha corpo quando são inseridas as personagens escravizadas Susana e Túlio. Portanto, a representação da escravidão torna-se uma parte fundamental do romance. Todavia, este aspecto de tratar da temática antiescravagista durou anos para ser visto como algo inovador. A obra em seu corpus literário apresenta personagens africanos que têm voz ativa na trama. Essa característica, segundo Agenor Gomes:

É uma inovação na produção romanesca brasileira. Do século XIX. Os personagens de *Úrsula* traduzem o sentimento da opressão da escravidão do ponto de vista do negro escravizado. A romancista, ao ampliar a voz das vítimas da diáspora. Assume posição política de condenação à escravidão (Gomes, A. 2022, p. 41).

Diante dessa perspectiva da narrativa antiescravagista, é notável que a questão da escravidão não vem a ser apenas representativa, mas também um aspecto muito significativo da formação do romance, apresentando as personagens Susana e Túlio em suas vivências e memórias, assim, se correlacionado com o contexto da época e com as memórias do período escravocrata por meio das lembranças das personagens.

A obra também retrata a sociedade maranhense da época, destacando as contradições e a hipocrisia dos colonizadores e das elites, que pregavam valores morais e religiosos, mas mantinham uma estrutura baseada na exploração e na opressão. Maria Firmina dos Reis expõe a violência física e psicológica sofrida pelos

escravizados, assim como as relações interraciais<sup>10</sup>. Além disso, refere-se a interações afetivas de amizade entre o personagem Tancredo e Túlio, e a busca pela liberdade.

Além disso, a obra também aborda temas como o amor, a relação incestuosa, o patriarcalismo, a educação e a resistência dos escravizados. Em suma, a obra de Maria Firmina dos Reis desempenha um papel importante ao expor as injustiças da escravidão, questiona a moralidade desse sistema e retrata a vida e a resistência dos escravizados.

A escrita engajada e de resistência de Maria Firmina denunciou as condições em que estavam os povos escravizados. A professora Denise Santiago Figueiredo, em sua tese de doutorado intitulada: *Uma artista do século XIX: O literário e o musical em Maria Firmina dos Reis*, fala exatamente sobre o vigor da escrita da autora e a importância do posicionamento da escritora. De acordo com a autora:

Maria Firmina ocupa um lugar de destaque, não apenas pela escrita que inclui temas e personagens proscritos da literatura tradicional brasileira, mas pelo posicionamento ativo em relação ao lugar que as mulheres deveriam ocupar (Santiago, 2022, p.100).

Dessa forma, a romancista contribuiu para o debate sobre a igualdade racial e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária e, principalmente, sobre a luta dos direitos das mulheres. As personagens africanas no período escravista eram difíceis de se tornar o ponto focal das narrativas na época. Assim, Agenor Gomes acrescenta que: “de fato, Firmina foi não só uma precursora, mas também a maior expoente de um gênero praticamente desconhecido no país, [...] que expunha os horrores da escravidão sem aliviar todos os males da sociedade escravista” (Gomes, A. 2022, p. 41).

Quando falamos sobre literatura antiescravagista, percebemos que o fato do Brasil ter sido o último país a aderir à Abolição foi um dos motivos que levou o distorção da imagem dos escravizados, muitos autores do final do século XVIII e do século XIX ao representarem as personagens escravizadas sempre de forma subalternizada e estereotipada, atendendo ao imaginário do colonizador, que colocava essas personagens sempre em segundo plano, desvalorizando sua cultura

---

<sup>10</sup> A relação interracial neste contexto refere-se a interações afetivas, ou sociais entre pessoas de diferentes raças. Ela envolve uma formação de relações e conexões entre indivíduos que possuem origens distintas no caso é a relação entre Tancredo e Túlio, uma relação de amizade.

e sua tradição, como podemos ver na obra *O guarani* (1857), de José de Alencar, na qual o personagem Indígena Peri abandona sua tribo e sua cultura para assumir o amor de Ceci e a cultura do colonizador, que era tida somente como a única no pensamento dos colonizadores.

Podemos citar o livro *Vítimas e Algozes* (1869) como uma obra do escritor brasileiro Joaquim Manuel de Macedo. Esse livro é um romance que explora questões morais e sociais relacionadas à escravidão e à sociedade brasileira no século XIX, cuja narrativa evidencia os conflitos e injustiças vivenciadas pelos escravizados e provoca a reflexão sobre as ações dos colonizadores que, diferente de *Úrsula*, *Vítimas e Algozes* defende a abolição com argumentos distantes dos direitos humanos e equidade social.

Domício Proença Filho (2004), em *A trajetória do negro na literatura brasileira*, fala sobre a representação das personagens negras na literatura, que, por muitas vezes, eram objetivados no imaginário dos colonizadores os corpos negros eram objetos de posses.

A visão distanciada configura-se em textos nos quais o negro ou o descendente de negro reconhecido como tal é personagem, ou em que aspectos ligados às vivências do negro na realidade histórico-cultural do Brasil se tornam assunto ou tema. Envolve, entretanto, procedimentos que, com poucas exceções, indiciam ideologias, atitudes e estereótipos da estética branca dominante (Proença, 2004, p. 161).

Desse modo, podemos vislumbrar que as personagens negras tinham sua subjetividade e sua voz menosprezadas, além disso, eram muito raras na literatura anterior à década de 1850 e, quando ocasionalmente apareciam, eram como escravos e sua descrição literária limitava-se a pinceladas superficiais e distantes.

Dessarte, os povos escravizados começaram a ser incluídos na literatura brasileira em representações embranquecidas, como na obra *A Escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães. Somente no século XIX, as personagens negras ganham presença mais significativa. Proença discorre que:

embora só ganhe presença mais significativa a partir do século XIX, surge na literatura brasileira desde o século XVII, nos versos satíricos e demolidores de Gregório de Matos, como os do "Juízo anatômico dos achaques que padecia o corpo da República em todos os seus membros e inteira definição do que em todos os tempos é a Bahia" (Proença, 2004, p. 161).

Portanto, Proença (2004) mostra que a inserção das personagens negras nas narrativas ocorreu, primeiramente, valorizando os estereótipos que cercavam suas vivências, dentre os quais se destacavam o da mulata sensual, do negro animalizado, dos escravos violentos e vingativos, e das “amas”, mães pretas (que eram cuidadoras dos filhos dos senhores). Assim, as tramas se repetiam com a mesma narrativa, mostrando os negros como vítimas absolutas ou personagens perversos. Nesse sentido, as mazelas sociais recaíram especialmente sobre as personagens afrodescendentes que eram representados pejorativamente no mundo literário.

Os discursos antiescravagistas de Maria Firmina em suas obras contêm outro componente, a interseccionalidade, termo cunhado por Patrícia Hill Collins:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins, 2020, p.16).

Dessa maneira, as relações de poder, expressas na obra *Úrsula*, exercem influência na formação do perfil das personagens negras e das mulheres representadas na obra. As personagens negras, por exemplo, apresentam uma perspectiva de humanização ao serem representadas por sua vivacidade inigualável, seus sentimentos, sensibilizadas como seres humanos, como sujeitos históricos e ativos de uma estrutura social. Com isso, Maria Firmina ecoou com engajamento e sutileza necessários, senzalas, algemas e a condição dos escravizados.

Mesmo com todo esse empenho da escritora em demonstrar as mazelas que afetavam a população escravizada. Atualmente, Maria Firmina dos Reis é considerada como uma das primeiras romancistas negras do país, em seu tempo histórico alcançou reconhecimento com grande números de publicações em jornais. Porém no final do século XIX em diante, é que sua literatura sofre memoricídio.

A escrita de Maria Firmina, abriu caminho para outras grandes escritoras negras, como: Carolina Maria de Jesus, em seu livro; Lélia Gonzalez,; Gene Guimarães; Conceição Evaristo, entre outras vozes importantes da literatura afro-brasileira.

De modo geral, a autora Maria Firmina dos Reis, seu trabalho e suas contribuições foram importantes tanto referente as temáticas que aborda em seus livros, com sua escrita percussora. Agenor Gomes fala sobre o silenciamento da escritora: “Maria Firmina, além da ousadia de abordar a temática antiescravagista para o público leitor escravocrata, ainda teve de arrostar o silenciamento de sua obra com o advento do movimento eugenista<sup>11</sup> nas últimas décadas do século XIX” (Gomes, 2022, p. 289).

O processo de reconhecimento tardio de Maria Firmina dos Reis deve-se, também, ao fato do mercado editorial da época ser dominado pela hegemonia masculina, pois o século XIX foi um período difícil pra as mulheres se inserirem na literatura, já que comumente, eram alvo de preconceito. Conforme trata Gomes (2022), “o ingresso da primeira mulher na Academia Brasileira de Letras se deu em 1977, com a escritora Rachel de Queiroz” em meio a um período que valorizavam apenas escritores homens e brancos. O autor assevera, ainda, que:

Por mais de cem anos, a historiografia e a crítica literária silenciaram sobre a vida, o romance, os contos, a poesia, a crônica, a música, o teatro popular e o pioneirismo de Maria Firmina dos Reis. Essa invisibilidade postergou, mas não conseguiu impedir, a partir de 1973, o progressivo reconhecimento de sua trajetória na cultura brasileira (Gomes, 2022, p. 316).

Logo, não só Maria Firmina, mas as mulheres, em geral, sofreram com a misoginia que marca o cânone brasileiro, uma vez que é possível perceber uma quantidade bem inferior de produções femininas em comparação com as de homens ao longo dos anos. Simone Beauvoir, em *O segundo sexo, fatos e mitos* (1970), menciona sobre a dominação masculina.

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu. Já verificamos que, quando duas categorias humanas se acham em presença, cada uma

---

<sup>11</sup> Na dissertação de mestrado de Weber Lopes Goes, *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl* de 2015, traz o movimento eugenista como uma reação conservadora que tem por finalidade oferecer subsídios para a superação das contradições sociais, num primeiro momento, nos países do continente europeu, especialmente na Inglaterra e França e, posteriormente, na Itália e Alemanha. Mas com a consolidação do movimento eugenista, os EUA tornam-se referência do movimento eugenista mundial, que, para se consolidar, se nutre das produções teóricas e científicas nas áreas das ciências, paulatinamente consolidadas no final do século XIX, como a Biologia, Antropologia, Sociologia e a Frenologia. Ao se valer das referidas disciplinas, os adeptos do movimento eugênico tematizaram o conceito de raça, a partir das suas crenças e ideologias.

delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão. Compreende-se, pois, que o homem tenha tido vontade de dominar a mulher (Beauvoir, 1970, p.81).

Assim, como já mencionado, a dominação masculina na literatura. Dessa maneira, as mulheres enfrentaram e vêm enfrentando muitos desafios em busca do seu protagonismo, principalmente no meio literário, onde confrontam-se com um meio machista, tendo que lutar diariamente pela preferência do leitor, pela liberdade e para romper com os estereótipos que cercam suas vivências. Quando falamos dos estereótipos ligados à figura feminina no âmbito das produções literárias, podemos citar, dentre outros, o de que a mulher não sabe escrever ou que o espaço da mulher somente na administração do lar.

Diante disso, Maria Firmina dos Reis rompe com essas visões sexistas ao exercer diferentes papéis sociais, como mulher, professora, escritora e, sobretudo, ativista, em uma sociedade marcada pela escravidão, pelo patriarcalismo, pela exclusão e pela invisibilidade das vozes negras na literatura e em outros campos culturais.

Maria Firmina nasceu quando o Brasil ainda era uma colônia portuguesa e a escravidão vigorava no país. Milhares de africanos foram capturados e trazidos de forma forçada para o solo brasileiro, onde foram obrigados a trabalhar nas plantações de açúcar, café e outros setores da economia local. A escravatura moldou o tecido social, econômico e cultural do país durante o primeiro reinado, e este foi um período de instabilidade política, com conflitos constantes. Josenildo de Jesus Pereira, na sua tese de doutorado intitulada *As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*, diz que: "a base de sustentação material da província esteve assentada, majoritariamente na escravidão de povos africanos entre a segunda metade do século XVIII até os anos 80 do século XIX" (Pereira, 2006, p. 33).

Em vista disso, Maria Firmina tem um papel importante na história da literatura brasileira com sua escrita e seu posicionamento sobre o período escravagista e patriarcal, pois usou da sua escrita para abordar questões sociais e raciais em um momento crucial da nação ao travar discussões sobre os direitos e igualdade dos povos escravizados.

## 2.2. MARIA FIRMINA E A CRÍTICA REVISITADA

Diversas vozes construíram a literatura brasileira, dentre elas, Maria Firmina é destaque por seu pioneirismo e pelas denúncias da situação dos escravizados no âmbito do século XIX, por isso a influência da escritora se estende até os dias atuais em razão das discussões e das inquietações que suas obras proporcionam nos leitores. Dentre suas obras célebres, o romance *Úrsula* é a obra-chave para compreendermos os rastros de suas críticas e opiniões. Segundo Mendes:

Não é só a obra de Maria Firmina dos Reis que faz com que ela se destaque das suas contemporâneas. Sua vida também é repleta de fatos que demonstram que ela era possuidora de cultura e de consciência política e social (Mendes, 2022, p. 29).

Em suas obras, Maria Firmina empenhava-se na sua visão libertária, no debate antiescravista e no enfrentando ao machismo, que marcavam a sociedade da época. Essas são, sem dúvida, a prova da sua consciência política e social. Sobre a autora, sua fisionomia, até hoje, é incerta, pois não há fotografias da autora. Sua imagem foi registrada erroneamente por décadas, às vezes, confundida com outras autoras brancas do século XIX. Desse modo, no livro de Nascimento Morais Filho, *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*, são retratados os traços da autora:

Nenhum retrato deixou Maria Firmina dos Reis. Mas estão acordes os traços desse retrato falado dos que a conheceram ao andar pelas casas dos 85 (oitenta e cinco) anos: rosto arredondado, cabelo crespo, grisalho, fino, curto, amarrado na altura da nuca; olhos castanho-escuros; nariz curto e grosso; lábios finos; mãos e pés pequenos, meã (1,58 m, pouco mais ou menos), morena (Morais Filho, 1975, p. 283).

É possível afirmar que a ausência de registros da autora se deve ao fato de que, na época, era muito raro as famílias de origem negra e pobre terem acesso à fotografia devido ao custo. Sobre a autora Maria Firmina dos Reis, Agenor Gomes explica sobre a sua filiação e a ramificação do parentesco da autora:

Com documentos obtidos na Serventia Extrajudicial de Guimarães no arquivo da Diocese de Pinheiro, foi possível montar a árvore genealógica da família de Maria Firmina dos Reis, desde a escravizada Engrácia, sua avó, até as ramificações de sua quinta geração. Lá estão os nomes dos pais Leonor e João Pedro, a irmã Amália Augusta, os tios Martiniano e Henriqueta, os

primos Felinto e Balduína e dezenas de outros parentes consanguíneos e por afinidade (Gomes, A. 2022, p. 28).

De acordo com Gomes (2022), ao falar da filiação<sup>12</sup> de Maria Firmina dos Reis, em que a mesma era neta e filha de mulheres escravizadas, situa o período em que a autora viveu e o contexto familiar da mesma.

Com a obra *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis dá voz a personagens negros, aos pobres e às mulheres do século XIX. Logo na introdução da narrativa, a escritora já deixa claro seu posicionamento crítico ao falar da educação que era destinada às mulheres da época, principalmente quando comparada à educação dada aos homens. Além disso, a autora versa sobre o fato da obra ser escrita por uma mulher, afirmando que isso já poderia ser considerado um motivo para que o romance, por ela escrito, não fosse sequer considerado relevante. Nas palavras da autora:

Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (Reis, 2018, p. 47).

Como é possível observar, não deixou de escapar a percepção da escritora de que ser mulher seria um impeditivo para a apreciação do seu romance, tendo em vista a dominação de uma cultura patriarcal da qual as mulheres eram vítimas de preconceitos e falta de oportunidades. Com isso, a autora ironiza ao mostrar a diferença entre seu romance e os da época, e escreve, em relação ao seu tempo, a condição das mulheres, principalmente mulheres negras escravizadas que, diferente das mulheres brancas da sociedade, tinham seus direitos extinguidos.

Nessa perspectiva, percebe-se que, por Maria Firmina dos Reis ser negra e mulher, em uma época avessa a essas características, era um grande sinal da resistência e sua literatura apresenta um conteúdo de denúncia e posicionamento, tendo em vista que a escrita mantém, entre outros aspectos, uma relação direta com as memórias dos povos escravizados. A validade de tal feito sobre a escrita de Maria Firmina é, ainda, mais importante ao perceber as dificuldades encontradas no caminho, principalmente em um período patriarcal, como pode ser observado na afirmação a seguir:

---

<sup>12</sup> No anexo: A figura 02, em que contém a imagem da tabela de filiação de Maria Firmina dos Reis. Retirado do livro de Agenor Gomes, *Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil*.

Como era comum numa época em que as mulheres viviam submetidas a inúmeras limitações e preconceitos, a autora omite seu nome tanto na capa quanto na folha de rosto de *Úrsula*, ali consignado o pseudônimo “Uma Maranhense”... Desta forma, a ausência do nome, aliada à indicação da autoria feminina e, ainda, a procedência da distante província nordestina, juntam-se, [...], ao tratamento absolutamente inovador dado ao tema da escravidão no contexto do patriarcado brasileiro. O resultado é que uma espessa cortina de silêncio envolveu a autora ao longo de mais de um século. Silvio Romero e José Veríssimo a ignoraram. E muitos dentre os expoentes de nossa historiografia literária canônica fazem o mesmo, à exceção de Sacramento Blake e Raimundo de Menezes (Duarte, 2005, p. 133).

Há, na afirmação de Duarte (2005), em suma, os principais motivos pelos quais a obra de Maria Firmina dos Reis ficou à margem dos estudos em literatura durante tanto tempo, dentre eles, a ausência do nome da escritora e o fato do pseudônimo “uma maranhense” indicar a autoria feminina. Ademais, o enfoque inovador da obra culminou com a necessidade de rememoração da narrativa na atualidade.

Em seu livro *Crítica sem juízo* (2007), Luiza Lobo fala sobre a redescoberta do romance *Úrsula*, em 1962, em sua versão original em um sebo na cidade do Rio de Janeiro. O romance foi identificado pelo historiador e bibliófilo paraibano chamado Horácio de Almeida. Almeida fez uma nota no Dicionário por Estados da Federação indagando sobre quem tinha informações da autora. Dessa forma, “Nascimento Morais Filho, além de realizar consultas em outras referências, conseguiu identificar a procedência da autora” (Lobo, 2007, p. 224).

Então, em 1975, José Nascimento Morais Filho publica *Maria Firmina: Fragmentos de uma vida*, na qual discorre sobre a vida e obra da autora. Atualmente, Maria Firmina dos Reis é estudada por teóricos, como: Luiza Lobo em *Crítica sem juízo* (2007), que vem estudar a obra de Maria Firmina dos Reis; Algemira de Macêdo Mendes em sua tese de doutorado intitulada *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na História da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*, e em seu livro *A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revisitando o cânone* (2006); entre outros.

O caráter antiescravocrata e combate ao patriarcalismo que salta aos olhos no decorrer da leitura do livro *Úrsula* é uma das características mais apontadas por diferentes críticos que, no decorrer do tempo, vem debatendo esses traços do romance. Mendes (2022) fala sobre esta escrita antiescravagista de Maria Firmina dos Reis: “*Úrsula* foge a estereótipos usual sem relação a forma como negro é tratado na

literatura brasileira. A autora adota posicionamento explicitamente antiescravagista” (Mendes, 2022, p. 100).

O romance *Úrsula* tem em sua composição diferentes aspectos que, em grande medida, permitem que a época em foi escrito seja compreendida por diferentes perspectivas: “Maria Firmina dos Reis, com sua obra, deu ao negro uma configuração até então negada: a de ser humano privilegiado, portador de sentimentos, memória e alma” (Mendes, 2022, p.100).

Além do seu papel como professora e escritora, Maria Firmina “concorreu, com dois concorrentes, à vaga de professora das primeiras letras do município de Guimarães e foi a única que foi aprovada” (Moraes Filho, 1975, p. 27). Tornou-se, então, professora primária no ensino público oficial de Guimarães. Todavia, no século XIX, poucas mulheres eram alfabetizadas e as que eram destinavam sua escrita a diários. Maria Firmina dos Reis também fundou uma das primeiras escolas mistas do Maranhão. Ela usou sua voz para denunciar a injustiça e buscar a transformação social, inspirando gerações futuras de escritores e ativistas.

Agenor Gomes, quando se refere à formação escolar de Maria Firmina, escreve que a autora “provavelmente tenha frequentado a aula pública de primeiras letras da professora Henriqueta Cândida Ferreira, na rua do Ribeirão, onde lecionava desde 1830” (Gomes, A. 2022, p. 93), assim, sua trajetória educacional e intelectual refletem o ambiente sociocultural no qual ela estava inserida.

No entanto, sua formação não se limitou, uma vez que Maria Firmina era uma leitora ávida e autodidata. Ela aproveitou ao máximo as oportunidades de aprendizado que lhe foram oferecidas, ampliando seus horizontes intelectuais e desenvolvendo um espírito crítico. Luiza Lobo enfatiza que Maria Firmina “É um notável exemplo de abnegação e força de vontade de quem, vivendo numa pequena vila no interior maranhense, se dedicou à criação literária por meio da árdua profissão de professora pública primária” (Lobo, 2007, p. 363).

A formação de Maria Firmina foi marcada por seu envolvimento com a temática escravagista. Nascimento Moraes Filho ressalta que “Maria Firmina é quem primeiro mencionou em um romance brasileiro o tema abolicionista” (Moraes Filho, 1975, s.p ). A autora, em sua escrita, fala ativamente sobre debates e discussões referente às questões raciais e de gênero, buscando descrever, por meio de sua escrita, a condição dos grupos oprimidos. Sua formação foi enriquecida não apenas pela aquisição de conhecimentos, mas também pela sua consciência crítica.

Dessa modo, sua influência ecoa na contemporaneidade, visto que suas temáticas permanecem relevantes no debate sobre a igualdade racial. Maria Firmina dos Reis, escritora brasileira nascida no dia 11 de outubro de 1825, no bairro de São Pantaleão, na ilha de São Luís, no Maranhão<sup>13</sup>, desempenhou um papel significativo na história literária e social do Estado e do país.

Ademais, a temática abordada por Maria Firmina dos Reis em *Úrsula* mostra a importância da memória ancestral africana que, por muitos anos, foi conduzida ao esquecimento pelo colonizador. Em *“The Caribbean Writer and Exile”* (1894), Jan Carew fala da chegada dos africanos ao Novo Mundo e destaca que eles tinham consciência que o colonizador era um usurpador e foi o responsável pela sua captura, além de ter tomado posse das terras dos índios, profanando as sepulturas de seus ancestrais e, principalmente, destruído sua cultura.

Convém destacar que, atualmente, o debate sobre a desigualdade racial é algo recorrente na literatura, principalmente na afro-brasileira, que busca regatar a memória e a ancestralidade dos povos negros e promover discussões sobre as questões sociais que assolam essa população. Tais debates já emergiam na escrita de Maria Firmina dos Reis, pois a autora abordou questões como a violência, as explorações sofridas pelos negros escravizados, a negação de seus direitos básicos e a luta pela sua libertação. E o que notamos é que essas questões não foram superadas com o fim da escravidão, pois continuam enraizadas nas estruturas sociais e perpetuam-se mediante diferentes formas de discriminação e racismo.

Um anúncio no jornal *Tipografia do progresso* sobre o romance *Úrsula* fala abreviadamente da escrita e da temática da obra:

O estilo fácil e agradável, a sustentação do enredo e o desfecho natural e impressionador põem patentes neste belo ensaio dotes que devem ser cuidadosamente cultivados. É pena que o acanhamento mui desculpável da novel escrita [escritora] não desse todo o desenvolvimento a algumas cenas tocantes, como as da escravidão, que tanto pecam pelo modo abreviado com que são escritas<sup>14</sup>.

Em suma, Maria Firmina dos Reis foi pioneira ao discutir sobre a temática da igualdade entre raças, quando, na sua narrativa, inclui as pessoas escravizadas e os colonizadores no mesmo patamar, descrevendo os negros como seres humanos

---

<sup>13</sup> Mendes, A. M. A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revisitando o cânone. 1 ed. Editora Malê, 2022.

<sup>14</sup> *Jornal do Commercio*, Anol, n. 61, 4.8, 1860, p. 2. FBN.

dotados de sentimentos, o que, até então, não se via nas obras da época. Podemos observar também que, ao representar as personagens negras e a relação de amizade entre Tancredo e Túlio, a escritora coloca os personagens em situação de igualdade.

Como comentado anteriormente, a obra é dotada de um discurso que engloba diversos fatores de opressão, por isso retomamos, aqui, as discussões sobre interseccionalidade, um conceito importante que foi desenvolvido para analisar e compreender as múltiplas dimensões da identidade e da opressão que as pessoas podem enfrentar.

Kimberlé Crenshaw, em 1980, diz que a interseccionalidade reconhece que as pessoas têm várias identidades que se sobrepõem, como gênero, raça, classe social, orientação sexual, idade, habilidades, entre outras. Essas identidades podem influenciar suas experiências e as formas como são tratadas na sociedade. Carla Akotirene, ao falar sobre esse conceito, aponta que “a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo” (Akotirene, 2022, p. 52).

À vista disso, a interseccionalidade trata de experiências que não podem ser reduzidas a uma única dimensão de identidade, como, por exemplo, a representação de Susana, em *Úrsula*, como uma mulher negra que sofre inúmeros tipos de preconceitos ligados à raça, ao gênero e à sua classe. Assim, podemos notar que as relações de poder estão interligadas, e é isso o que chamamos de interseccionalidade: “A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas” (Akotirene, 2022, p. 48). Esse conceito também enfatiza que as diferentes formas de opressão estão interligadas.

A opressão de gênero pode se entrelaçar com a opressão racial, criando experiências únicas de discriminação para pessoas que pertencem a grupos marginalizados. Neste sentido, a interseccionalidade reconhece a complexidade das experiências humanas e a interconexão das várias formas de opressão e tem sido fundamental para ampliar o diálogo sobre desigualdade e injustiça social em diversos campos, incluindo o Direito, a Sociologia e a Política.

Podemos perceber na escrita firminiana, que se apresenta como uma escrita desafiadora, cuja perspectiva aproxima a feminista e ecoa, até hoje, inspirando debates sobre o feminismo negro e a importância de dar voz às experiências e lutas das mulheres negras.

Sobre a escrita de mulheres negras, bell hooks, no livro: *Olhares negros*, relata a experiência de ser uma mulher negra:

Minha história foi reduzida a uma narrativa concorrente, percebida como uma tentativa de desviar a atenção do “verdadeiro” relato da experiência da mulher negra. Nesse encontro, a identidade da mulher negra foi tratada várias e várias vezes como um sinônimo de “vitimização”. A voz da mulher negra que era considerada “autêntica” era a voz da dor; somente o som da mágoa poderia ser ouvido. Nenhuma narrativa de resistência era compartilhada e respeitada neste espaço. Fui embora me perguntando por que essas mulheres negras apenas se sentiam ligadas umas às outras quando nossas narrativas ecoavam, somente quando contávamos a mesma história de dor compartilhada e vitimização (hooks, 2004, p. 88).

Podemos notar que bell hooks discorre sobre a mulher negra no período escravocrata. As mulheres negras desse período, além de serem submetidas aos afazeres domésticos, eram forçadas ao trabalho braçal no campo e às atrocidades dos colonizadores, como podemos perceber também no fragmento abaixo:

A mulher africana educada na arte da obediência pela alta autoridade da tradição da sua sociedade foi provavelmente vista pelo homem branco escravagista como um sujeito ideal para a escravatura. Enquanto a maior parte do trabalho a ser realizado nas colônias americanas foi na área da agricultura com enxada, sem dúvida ocorreu aos escravagistas que as mulheres africanas, acostumadas em desempenhar o trabalho árduo nos campos enquanto também desempenhavam uma larga variedade de tarefas domésticas, seriam muito úteis nas plantações americanas (hooks, 2004, p. 15).

Autora bell hooks (2004) descreve a condição dessas mulheres escravizadas, refletindo as atrocidades dos colonizadores. Elas eram escravizadas e levadas a uma vida dura, e eram consideradas como um alvo fácil no imaginário do colonizador: “Porque elas não podiam efetivamente resistir à captura nas mãos de ladrões e de raptos, as mulheres africanas tornaram-se alvos frequentes dos homens brancos escravagistas” (hooks, 2004, p. 15)

Consoante a isso, notamos que Maria Firmina dos Reis, com a obra *Úrsula*, promoveu uma reflexão sobre a desigualdade racial, de gênero e a necessidade de superar os estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade. Sua escrita impactante e a coragem em abordar temas tabus a tornaram uma figura revolucionária em sua época. Nesse sentido, conforme Gomes (2022, p. 170): “Os personagens da sua obra não os foi buscar num fato original; a existência desses entes criou-a ela, no

correr da mente”, e seu legado narrativo ressoa na luta contínua pela justiça social e pela igualdade racial.

Nessa perspectiva, no decorrer deste capítulo, foi possível observar o legado literário e a vida de Maria Firmina dos Reis que reflete, a priori, sobre a resistência e sobre o movimento negro. Sua obra literária serve como uma ferramenta poderosa de educação e conscientização referentes às questões raciais. Abordamos, ainda, o percurso literário da escritora no âmbito da literatura brasileira e o rastro da crítica sobre ela. Os rastros deixados pela escritora mostram um passado de resistência ao silenciamento e ao esquecimento que marcam a vida de pessoas negras no contexto brasileiro.

### 3. MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE: A RELAÇÃO ENTRE ANCESTRALIDADE E A MEMÓRIA EM ÚRSULA

Neste capítulo, falaremos sobre memória e ancestralidade. Ele está dividido em dois subtópicos: o primeiro reflete sobre a concepção de memória a partir da visão de diferentes teóricos, como, por exemplo: Le Goff (1990), Martins (2007), Santos (2013), Halbwachs (2003), Candau (2011), Walter (2010), e outros; o segundo subtópico discorre sobre a relação entre memória e ancestralidade, cujo referencial teórico é composto por: Andrade (2021), Almeida (2011), Amos Wilson (1993), Agenor Gomes (2022), Halbwachs (2003), Joel Candau (2011), Martins (2007), Oliveira (2007), Pereira (2014), Ricoeur (1991), Reis (2018), Santos (2013), Walter (2010), entre outros.

A memória está presente em toda a narrativa de *Úrsula*, principalmente quando falamos da memória ancestral. A ancestralidade é mais do que uma conexão com o passado em um nível mais profundo, pois alimenta o desejo genuíno de pertencimento, inclusão, correlacionado com a teia da vida. Do mesmo modo, esses fatores têm uma maior ligação com a memória, que está além do saber de onde viemos.

Em sua tese<sup>15</sup> de doutorado, Julvan Oliveira fala sobre a ancestralidade e o pensamento do Professor Dr. Kabengele Munanga em um depoimento ao Museu da Pessoa. Para a autor, a ancestralidade:

Esse é um dado da africanidade, essa questão da ancestralidade. Está em todas as sociedades africanas, em todas as culturas africanas. O que é um ancestral? O ancestral nada mais é que um criador. Pode ser um ancestral feminino ou masculino, dependendo da sociedade, se é uma sociedade matrilinear ou patrilinear. Quer dizer, o ancestral é aquele que tem o estatuto de fundador, fundador do clã, da linhagem, que foi uma personagem importante, que é a origem, a fundação, o fundador de tudo, da nação, uma pessoa cuja memória é simplesmente rememorada, ritualizada em todos os momentos (Oliveira, 2010, p. 227).

Oliveira (2010) discute efetivamente o que é ancestral. Consequentemente, podemos perceber que este conceito está vivo na narrativa *Úrsula*, que traz não só na personagem Susana, mas também nas lembranças de Túlio à sua Mãe. A escrita de Maria Firmina dos Reis representa os antepassados através das memórias das

---

<sup>15</sup> Oliveira, J. M. Africanidades e educação: ancestralidade, identidade e oralidade no pensamento de Kabengele Munanga. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

personagens escravizadas, além de um olhar sobre a ancestralidade. De acordo com Kabengele Munganga (2008), a ancestralidade é o ponto de partida a todo processo de identidade do ser humano, na qual você tem que estabelecer vínculo coletivo para formar sua identidade e, com isso, a ancestralidade.

Além disso, podemos perceber, também, a presença da memória ancestral e histórica em *Úrsula*, que, no caso da obra, representa um resgate à cultura, à identidade e às tradições africanas silenciadas ao longo dos séculos. O cientista social Matheus Gato<sup>16</sup> (2020) discute sobre o silenciamento de histórias cujos registros foram apagados ou censurados e recontados do modo mais viável aos colonizadores. Segundo o autor, “Não é exagero dizer que certos acontecimentos se apagaram tanto da memória coletiva de um povo que apenas a literatura os reconhece na armação do tempo histórico” (Gato, 2020, p. 6). Nessa ótica, vemos a importância da literatura ao representar fatos históricos, pois estes acontecimentos relatam, muitas vezes, vivências e memórias que estavam envoltas na malha do esquecimento.

Em *Úrsula*, a autora abre espaço para personagens secundários ocuparem o centro do palco, retratando a escravidão a partir da perspectiva e percepções dos próprios escravizados. Susana conta a sua vida em África, terra onde vivia livre com seu marido e sua filha. A personagem recria sua história e o caminho trilhado por ela, e por muitos negros, até chegar ao Brasil, regatando vozes e memórias do período escravocrata. A memória escravagista é apresentada com propriedade pelas personagens, pois suas vivências se entrelaçam quanto aos sofrimentos e apagamentos sofridos no passado e no seu presente.

Em vista disso, ao correlacionamos com o pensamento de Ricoeur (1991), na qual fala sobre personagem e a narrativa, ilustra que as personagens compartilham das suas vivências na obra:

A pessoa, compreendida como personagem de narrativa, não é uma entidade distinta de suas “experiências”. Em ao contrário: ela divide o regime da própria identidade dinâmica com a história relatada. A narrativa constrói a identidade do personagem, que podemos chamar sua identidade narrativa, construindo a da história relatada. É a identidade da história que faz a identidade da personagem (Ricoeur, 1991, p. 176).

---

<sup>16</sup> Matheus Gato é doutor em sociologia pela USP e membro do Núcleo Afro/Cebrap. Realiza pós-doutorado com bolsa de pesquisa concedida pela Fapesp.

Nesse sentido, ao ligarmos o pensamento de Ricoeur (1991) com a obra *Úrsula*, podemos perceber que as personagens da narrativa compartilham a sua própria identidade com a história relatada, como é o caso da Susana, quando fala da vida antes de ser retirada da sua família e do seu lugar de pertencimento.

Por isso, ao abordarmos a memória e a literatura. É importante recordarmos de todos os tipos de formas literárias, sejam elas escritas ou orais, que se encontram na epopeia, nos romances, contos, crônicas, cartas, (auto)biografias. Dentre as muitas possibilidades de pensar a memória e a literatura, destacamos a relação entre memória e narrativa, e a recordação das histórias contadas em uma roda de conversa pelos mais velhos.

O livro *Afrografias da Memória: O Reinado do Rosário no Jatobá*, de Leda Maria Martins, descreve a importância dos escritos e das histórias contadas (histórias orais). O livro narra sobre a história de João Lopes, capitão-mor do Reinado do Jatobá, que adoeceu e, durante este episódio, o povo reunido contava histórias e relembrava memórias: “João Lopes, bem sério, disse mais ou menos assim: “É, meu povo, dessa vez pensei que a morte me levava. É... Então pensei: muito pesquisador já me procurou, querendo que eu contasse a história” (Martins, 2021, p. 22). Neste trecho, a autora explana sobre a importância de deixar escritos e o quanto é importante ter documentos sobre uma história para que ela não se perca com o tempo.

Desse modo, *Úrsula* possui uma importante função social, pois descreve fatos passados e temas que são verossímeis ao período escravocrata. A narrativa nos leva a pensar e refletir sobre a escravidão. As memórias representadas na obra se inscrevem na história, dando-nos consciência do que foi esse período.

Régia Agostinho da Silva, no artigo *A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e seus escritos contra a escravidão*, fala sobre a obra *Úrsula*. A autora postula que:

A narrativa de *Úrsula* deixa-nos perceber claramente o sentido que Firmina constrói para a vida dos cativos aqui, colocando-os como personagens que falam sobre o tempo de liberdade na África, a captura, o processo de viagem no navio negreiro, sobre as memórias de uma África ausente (Silva, 2011, p. 09).

Observamos que as lembranças representadas em *Úrsula* transcendem a esfera individual, reverberando-se na memória coletiva, como podemos observar na

fala de Silva (2011) quando se refere a uma África ausente, que está tanto ligada ao silenciamento como ao apagamento da cultura africana.

A memória é um fio condutor que nos liga a gerações passadas, permitindo-nos aprender com seus triunfos e erros. Através de histórias transmitidas oralmente, fotografias antigas, registros escritos e rituais culturais mantemos viva as memórias de nossos antepassados. A lembranças coletivas se entrelaçam com nossa própria história pessoal, criando uma tapeçaria única de identidade.

Leda Martins aborda a história dos negros e a travessia: “A história dos negros nas Américas escreve-se numa narrativa de migrações e travessias, nas quais a vivência do sagrado, de modo singular, constitui um índice de resistência cultural e de sobrevivência étnica, política, social” (Martins, 2021, p. 30). A obra fala da resistência dos povos ao manterem sua ancestralidade e cultura vivas, mesmo com as condições em que foram postas.

A relação entre memória e ancestralidade é complexa. Através da memória, acessamos não apenas os eventos históricos que moldaram nossos antepassados, mas também suas crenças, valores e tradições. Somos influenciados por esses legados de maneiras que nem sempre percebemos conscientemente. Por exemplo, nossas escolhas alimentares, práticas religiosas e valores familiares, muitas vezes, têm raízes profundas com nossa ancestralidade. Já o elo entre a ancestralidade e a literatura faz com que a ancestralidade seja compartilhada.

Conceição Evaristo fala da importância da literatura afro-brasileira no âmbito do registro de memórias dos povos negros.

A literatura afro-brasileira traz o registro de uma memória social, enquanto lembranças de vários indivíduos. Memória que permitiu um conhecimento de um sistema simbólico, que possibilitou uma reorganização do território negro da diáspora, através de uma mística negra, vivida em um tempo que escapa a uma medição cronológica, por se tratar de um tempo mítico (Evaristo, 2008, p. 4).

Evaristo (2008) discorre sobre o fato da ficção afro-brasileira recriar a memória de negros e negras que tiveram suas lembranças suprimidas durante anos. Para a autora, a literatura possibilita reorganizar e compartilhar essas vivências a partir da ancestralidade. Chimamanda Ngozi Adichie, em seu livro *O perigo de uma história única*, fala exatamente sobre a importância das histórias serem repassadas por gerações para que os povos possam compartilhar suas crenças e trajetórias culturais.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019, p. 32).

Sendo assim, a escritora ressalta o perigo de se mostrar apenas um lado da história e de manipular os fatos em detrimento de um lado específico. Além disso, mostra a importância da pluralidade de discursos, pois a história e a memória estão sujeitas à manipulação.

É fundamental que valorizemos a preservação das narrativas familiares e culturais para que as futuras gerações possam continuar a se conectar com suas raízes. Barthes (2008) tece o seguinte pensamento sobre narrativas orais:

Inumeráveis são as narrativas do mundo. (...) a narrativa pode ser sustentada pela linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas estas substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopeia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomina, na pintura (...) no vitral, no cinema, nas histórias em quadrinhos, no *fait divers*, na conversação (Barthes, 2008, p. 19).

Dessa forma, a memória e a ancestralidade estão intrinsecamente ligadas, formando um elo invisível que influencia nossas identidades e compreensão do mundo. Ao honrar e preservar nossas memórias pessoais e coletivas, fortalecemos nosso senso de pertencimento e contribuimos para a riqueza da diversidade cultural.

### 3.1. CONCEPÇÕES DE MEMÓRIA

Jacques Le Goff diz que “a memória é um elemento extremamente importante para os modos pelos quais a identidade humana se organiza, tanto em seu sentido individual quanto na sua esfera coletiva” (Le Goff, 1990, p. 181). Em vista disso, é perceptível que, na obra *Úrsula*, podemos identificar traços da memória coletiva, memória essa representada pelas lembranças da diáspora dos africanos capturados durante o período colonial e da sua vida na sociedade brasileira do século XIX.

Martins (2007, p. 37) afirma que “tornou-se lugar comum na cultura contemporânea lidar com três categorias fundamentais relativas à memória: lembrar, esquecer, comemorar”. Nessa direção, lembrar refere-se a uma tríade semântica, no

qual o primeiro diz respeito ao sentido de chamar à memória, o segundo é o da lembrança provocada, ou seja, lembranças desencadeadas por fatores externos, e o terceiro sentido aparece no termo comemoração, que é reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento.

A memória, em sua construção social, de acordo com Martins (2007), é realizada a partir de uma relação estabelecida entre a memória subjetiva dos atores presentes e a memória subjetiva de atores futuros, pois, nesse sentido, é necessária uma certa reflexão para que, resultante disso, seja perceptível e tenha validade. Assim, Martins assevera:

Distinguir entre a memória subjetiva dos atores presentes e a memória subjetiva dos indivíduos futuros é um instrumento útil na intersecção entre memória atual e historiografia reflexiva. Com efeito, a memória pretende ser a depositária (que se pretende fiel) do passado em que o agente esteve envolvido (direta ou supostamente). A historiografia pretende ser a produtora da apropriação correta (adequada) do passado com base nos indícios e dados de que disponha, mediante procedimentos metódicos controláveis intersubjetivamente. Assim, está posta a distinção entre conhecimento do passado e lembrança do passado, de modo simultaneamente complementar e concorrente. Complementar porque o conhecimento historiográfico do passado não pode construir-se sem a lembrança que os agentes no passado deixaram consignada. Concorrente porque o modo de registro memorial dos agentes não subsiste forçosamente em sua versão original após o controle e o cruzamento metódico da pesquisa historiográfica (Martins, 2007, p. 42-43).

Dessa maneira, o que pode ser interpretado referente à afirmação de Martins (2007) é que a própria construção da historiografia, ou da memória, não pode ser realizada sem uma relação entre a memória dos indivíduos envolvidos nos fatos históricos.

Assim sendo, é possível afirmar que a própria construção da memória tem em sua gênese uma subjetividade, pois é feita por diferentes atores e, além disso, mantém relações com outros campos do saber: além da história, por exemplo, as artes. Santos (2013) destaca que a presença e o dinamismo da memória nas produções artísticas afastam, ainda mais, da tarefa de rememorar e arquivar acontecimentos e, nessa esteira, dá destaque à arte literária, que representa fenômenos observáveis em nossas relações sociais, como podemos verificar na obra *Úrsula*, em que a ficção retrata fatos ligados à história do Brasil.

Assim, partimos do pressuposto acerca das reflexões de que a memória individual faz parte de um todo, de uma coletividade, em que podemos rememorar tanto as nossas lembranças como as lembranças do grupo em que estamos inseridos.

Halbwachs afirma que as lembranças individuais ocorrem a partir de lembranças pertencentes ao grupo do qual fazemos parte. Para o autor:

Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele e que são fixados pela sociedade (Halbwachs, 1990, p. 54).

Halbwachs (1990) ressalta que a memória é objeto de construção, pois as lembranças são reconstruídas, esquecidas ou simuladas a partir das vivências em grupo, nas quais o testemunho do outro serve para afirmar suas próprias lembranças.

Joel Candau, ao discorrer sobre a coletividade da memória, elucida que o único nível da memória que tem um possível compartilhamento é a metamemória, que vem retratar a representação.

A existência de um discurso metamemorial é um indicador precioso, revelador de uma relação particular que os membros de um grupo considerado mantêm com a representação que eles fazem da memória desse grupo, e, de outro lado, esse discurso pode ter efeitos performáticos sobre essa memória, pois, retomado por outros membros, esse discurso pode reuni-los em um sentimento de que a memória coletiva existe e, por esse mesmo movimento, conferir um fundamento realista a esse sentimento (Candau, 2011, p. 34).

Dessa maneira, Candau (2011), ao falar sobre a existência da metamemória coletiva, destaca que os membros de um grupo mantêm relação com a representação que eles fazem da memória do grupo. Candau (2011) propõe, também, a distinção entre representação de fatos e sentidos, na qual o mesmo fala que está memória coletiva de um grupo é possível tanto nas lembranças quanto nas evocações, pois estes compartilham as mesmas memórias e uma noção identitária.

Santos (2013, p. 20), ao falar da relação da memória e os textos literários, afirma que "a memória que subjaz à produção literária é resultante de um processo que envolve a relação que o homem estabelece com a natureza social, consigo mesmo e com a linguagem". Com isso, pode-se entender que a relação entre literatura e memória se faz em diferentes níveis, e a linguagem literária e os seus sentidos são realizados a partir de diferentes relações que os escritores estabelecem com os elementos dos quais fazem uso ao escreverem suas obras. Assim, o texto literário funciona para além da possibilidade de apreciação estética, como lugar de memória, à medida que, através de narradores e personagens, são vislumbrados temas e fatos. Nessa perspectiva, temos que:

Textos literários, [...], funcionam como lugares impessoais de memória porque acumulam e geram significados da episteme cultural de um grupo, etnia, sociedade, nação. Esta memória acumulada é gerada mediante imagens mnemônicas não é mimética no sentido de traduzir o material memorizado de forma como atualmente aconteceu porque o ato de representação não é natural, mas sempre manipulado por processos subjetivos de seleção e transformação. Em outras palavras, a memória é inevitavelmente discursiva e sujeita à disposição psicológica da pessoa que memoriza. Ao ser situado dentro da rede de relações de poder que caracterizam a vivência social, os atos de memória são determinados por uma infinita série de reestruturações já que as ideias, objetivos e interesses que os alimentam sofrem variações. Assim, a memória deve ser considerada uma representação [...] (Walter, 2010, p. 04-05).

Diante da fala de Walter (2010), podemos depreender que a memória presente em textos literários possui um caráter subjetivo que proporciona uma visão sobre determinado momento histórico visto por diferentes ângulos e matrizes pelos quais se pode avaliar tanto as causas como as consequências. De tal modo, o discurso que forma a memória, no texto literário, possui um valor significativo tanto para a própria construção do sentido do texto quanto para a validação do fato extraliterário presente em romances, que ganham contornos mais subjetivos que, de maneira ampla, não podem ser apreendidos em uma visão histórica geral.

O que se observa, então, é que o aspecto memorialístico é um dos fatores formadores do romance *Úrsula*, pois a obra aborda questões históricas e sociais, como, por exemplo, a condição dos povos cativos, que, durante muito tempo, foram estudados apenas por um viés historiográfico, porém, no decorrer do tempo, esses temas tornaram-se objeto de pesquisas em estudos literários, evidenciando suas representações e destacando tanto a questão da escravidão em si quanto das vítimas desse processo histórico. A afirmação de Marcos Ferreira de Andrade corrobora com o exposto:

No campo dos estudos sobre a escravidão, há muitas aproximações com a literatura para se compreender o passado escravista. Não se trata somente de escritores de romances históricos ou de obras que remontam às memórias ligadas ao cativo, mas especialmente daqueles que escreveram suas prosas e seus versos no contexto no qual estavam inseridos. Constituem exemplos desse tipo de análise as interpretações que têm sido feitas sobre as obras de Machado de Assis, além de outros nomes da literatura brasileira e estrangeira (Andrade, 2021, p. 514).

Percebemos, então, que a memória escravagista presente na literatura é uma forma de luta, resistência e de expressar visões daqueles que as produzem. Ao longo

da história, por muito tempo, os negros não tinham direitos mínimos em relação aos direitos que as pessoas brancas possuíam, pois eram considerados como grupos que deveriam ser excluídos do meio social, sem direito às oportunidades ou posicionamentos sobre suas próprias memórias. Dessa maneira, percebemos a importância de representar essas memórias dos escravizados, pois, muito além de um fato histórico, a escravidão e o racismo foram, e são, uma tragédia humana que carece de diferentes análises e interpretações. Isso porque são problemas no mundo pós-moderno.

A escravidão, assim como em todos os lugares que ela existiu, no Brasil, não foi diferente, e é tida com um ato doloroso, por isso é necessário que a subjetividade das vítimas dessa tragédia também seja colocada em perspectiva a partir de produções que valorizem o lugar de fala das vítimas. Como é possível observar na afirmação de Andrade (2021), o fato de os produtores de literatura estarem inseridos nesses contextos, em grande medida, é um indício de que o vislumbre oferecido não se limita a uma constatação histórica, pois se configura como um modo de perceber o período pela visão de suas vítimas que, durante muito tempo, não puderam exercer seus direitos tanto de fala quanto de se posicionar em sua própria história.

Nessa perspectiva, Maria Firmina dos Reis faz parte do grupo de escritores e escritoras que utilizaram da sua ancestralidade para representar e denunciar questões sociais, como é o caso da escravidão, haja vista que a obra *Úrsula* trata do período escravocrata a partir do olhar da preta Susana, uma mulher que vivenciou todos os horrores desse período. A narrativa proporciona uma visão crítica sobre a temática da escravidão que supera uma compreensão generalizadas e oferece uma perspectiva própria dos povos escravizados.

Em *Úrsula (1859)*, a presença da memória se dá, principalmente, por meio das falas das personagens Susana e Túlio, e, até mesmo, de Antero, que tem suas lembranças representadas no decorrer da narrativa. Tanto Susana quanto Túlio trazem, em suas falas, os resquícios do contexto de escravidão, como pode ser observada na seguinte fala de Túlio:

— Homem generoso! Único que soubeste compreender a amargura do escravo!... Tu que não esmagaste com desprezo a quem traz na fronte estampado o ferrete da infâmia! Porque ao africano seu semelhante disse: — És meu! — Ele curvou a fronte, e humilde, rastejando qual erva, que se calçou aos pés, o vai seguindo? Porque o que é senhor, o que é livre, tem segura em suas mãos ambas a cadeia, que lhe oprime os pulsos. Cadeia infame e

rigorosa, a que chamam “escravidão”?!... E entretanto este também era livre, livre como o pássaro, como o ar; porque no seu país não se é escravo (Reis, 2018, p. 66).

O que se observa no discurso de Túlio, entre outros fatores, é que há diferentes concepções de escravidão e liberdade, pois, nesse trecho, o personagem faz referências a uma escravidão física que se limita à materialização de possuir e de lugar. Na obra, Maria Firmina nos dá a possibilidade de comparar o sentido da escravidão pela perspectiva tanto do personagem Túlio, que representa uma escravidão física, quanto de Susana, que simboliza a escravidão física e mental.

Dessa maneira, o romance diferencia-se por tratar da escravidão e do racismo a partir da visão dos escravizados de maneira bastante subjetiva, já que implica em uma perspectiva que privilegia a vítima e não os seus causadores.

### 3.2. A RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE

A literatura brasileira foi escrita, em sua grande maioria, por autores brancos da classe dominante, que obtinham o poder econômico e social, assim foram estes que imprimiram uma imagem pejorativa e deturpada dos povos escravizados e, posteriormente, dos negros livres. Em *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis vem modificar essa problemática, fazendo-nos refletir sobre a memória e ancestralidade nas vozes dos povos negros com sua narração politicamente fervorosa, discutindo a temática da escravidão de forma verossímil.

É importante observar a relação da memória e ancestralidade, além do papel da memória ancestral na obra de Maria Firmina dos Reis. A narrativa adota a memória a partir de um caráter literário que, ao ser representada nas vozes de Túlio e Susana, promovem a reconstrução de lembranças que foram apagadas ao longo dos anos.

A memória é uma forma de transmitir conhecimentos e experiências de geração em geração e a ancestralidade envolve a herança de características físicas, culturais e históricas dos ancestrais muitas vezes transmitidas por meio de histórias, tradições orais e práticas culturais.

A identidade cultural presente na obra *Úrsula*, através de memórias compartilhadas de eventos passados, molda a identidade cultural de um grupo: os povos escravizados. Aprender sobre as origens, a diáspora, lutas e vitórias dos antepassados ajudam a formar a identidade coletiva de uma comunidade ou nação, o

que podemos perceber por meio da fala de Susana com Túlio sobre o que é liberdade e o que é escravidão.

No transcorrer da obra, podemos refletir sobre os rituais e tradições por meio da canção que o personagem Túlio rememora ao homenagear os ancestrais. Esses eventos ajudam a preservar a memória daqueles que viveram antes deles e a fortalecer os laços entre gerações. A relação entre a memória e ancestralidade está vinculada a alguns eventos. Quando recordados e partilhados, podem ser moldados por valores culturais e políticos que, por sua vez, moldam a compreensão da ancestralidade e das raízes históricas. Assim, conforme Oliveira (2007) destaca,

a ancestralidade espalha-se, como categoria analítica, para interpretar as várias esferas da vida do negro brasileiro – mormente na religião. Legitimada pela “força” da tradição, a ancestralidade é um signo que perpassa as manifestações culturais dos negros no Brasil, esparramando sua “dinâmica” para qualquer grupo racial que queira assumir a identidade de “africano” (Oliveira, 2007, p. 23).

Segundo Oliveira (2007), a ancestralidade perpassa a esfera da tradição, já Pollak (1992) ressalta que a memória não se resume à vida de uma pessoa, mas também é uma construção coletiva, um fenômeno construído, organizado a partir do presente, e em parte herdado.

Devemos pensar a memória afro-brasileira envolta da ancestralidade, pois, quando refletimos sobre a ancestralidade, entendemos como espaço em que o homem e a mulher negra são rememorados, já que a memória ancestral negra nos aproxima do real, do que fomos e somos, em uma política de pertencimento e coletividade.

É interessante ressaltar o pensamento do psicólogo Amos Wilson (1993), que elaborou a compreensão da história dos nossos ancestrais. Para o autor, a história dos povos negros é contada para que o passado não seja esquecido e para que futuras gerações compreendam o presente e o futuro. Nisso está o pertencimento da memória ancestral e a importância de sabermos a história dos nossos ancestrais para que possamos entender o futuro.

Consoante a isso, o sociólogo Maurice Halbwachs sublinha que “a memória é a possibilidade de recolocação das situações escondidas que residem na sociedade profunda e na sensibilidade” (Halbwachs, 1990, p. 51). Assim, quando Maria Firmina representa o tráfico negreiro, somos levados a rememormos uma situação

silenciada e escondida no discurso do dominador, com a fala de Susana, podemos notar o lado dos escravizados que foram emudecidos e negligenciados ao longo dos anos.

As relações estabelecidas na obra referente à história, à ficção e à memória são, em certo sentido, mediadas pelas maneiras através das quais as representações da realidade e dos elementos nela inseridos são realizadas e moduladas nas falas dos personagens. Podemos afirmar que essa relação entre memória e ancestralidade realiza um diálogo que permite, em grande medida, rememorar, a partir dos diálogos, a memória ancestral.

Pereira (2014, p. 344) fala da relação entre literatura e memória, e, para ele "suas relações se arvorecem como um fio condutor para indagações sobre as fricções entre o texto literário e a modulação de imagens que contribuem para os processos de construção da memória coletiva e individual". A partir dessa afirmação, entendemos que a compreensão da memória, individual ou coletiva, em uma perspectiva literária permite o processo de percepção memorialística através da relação entre os dois tipos de memória citados, que são coletivas e individuais de um grupo.

Maurice Halbwachs discute sobre a influência da memória individual sobre a memória coletiva. Para o autor:

[...] diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (Halbwachs, 2003, p. 51).

Corroborando o pensamento de Halbwachs (2003), ponderamos que a memória individual é um ponto sobre a memória coletiva, em que se baseava na memória com elo entre ambas, com isso, a sociedade tem este apego às memórias dos seus antepassados, com elos coletivos entre o ser individual e o coletivo.

Ao pensarmos a memória na época arcaica quando as sociedades eram predominantemente agrárias e as comunicações eram limitadas, percebemos que a memória se tornou um tesouro inestimável da comunicação, não apenas como uma função cognitiva individual mas também como um meio de preservar e transmitir as experiências e tradições dos antepassados, além de perpetuar a comunicação.

Regis (1997) discorre sobre a memória na Grécia antiga. Segundo o autor, os gregos concediam o valor aos guerreiros por meio da memória:

Em uma sociedade aristocrática que valoriza a excelência dos guerreiros, a importância do poeta revela-se também ao consagrar as façanhas dos heróis. O poeta é árbitro supremo. Inspirado pelas Musas, ele decide o valor de um guerreiro: concede-lhe ou não a Memória (Regis, 1997, p. 20-24).

Nesse trecho, vemos a importância do poeta como consagrador das façanhas dos heróis, pois a esse cabia a função de transmitir a memória desses guerreiros. Os conhecimentos, mitos, lendas e histórias foram transmitidos oralmente de uma geração à próxima. Esse processo de transmissão oral era mais do que uma mera tradição, era uma forma de manter vivo o legado dos que vieram antes. Assim, permanecem atemporais essas narrativas orais, a exemplo das histórias que os avós contam. As narrativas dos antigos continham não apenas ensinamentos morais e práticas, mas também a identidade coletiva das comunidades.

Os laços com a memória dos antepassados eram frequentemente estabelecidos por meio de rituais e cerimônias. Os festivais e as práticas religiosas tinham o propósito de honrar os feitos e ensinamentos dos ancestrais. No livro *História Geral da África*, Joseph ki-Zerbo refere-se ao africano como: “uma vontade constante de invocar o passado” (ki-Zerbo, 2021, p. 88). Portanto, umas das formas de invocar este passado dos povos africanos era através dos monumentos erigidos como uma forma tangível de perpetuar a memória daqueles que moldaram a história das comunidades. Nisso está a importância de enaltecer a memória ancestral dos povos africanos analisados na obra *Úrsula*, pois nos faz refletir por quanto tempo nossos ancestrais buscavam ser ouvidos quanto aos seus desejos de direitos básicos que eram negados.

Joseph ki-Zerbo fala também sobre a importância da oralidade e da religião dos povos africanos.

Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar -se ao alcance dos homens, falar -lhes de acordo com o entendimento humano, revelar -se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial (ki-Zerbo *et al.*, 2021, p. 222).

Portanto, a oralidade exerceu e exerce uma grande importância para os povos africanos, pois, através dela, foi possível perpetuar experiências e conhecimentos ancestrais. Bâ (2010, p. 172), ao falar da tradição africana, destaca que ela "concebe a fala como um dom de Deus. Ela é ao mesmo tempo divina no sentido descendente e sagrada no sentido ascendente". Assim, as sociedades africanas valorizam a fala de tal forma que a concebem como algo sagrado.

O apego às memórias dos antepassados não era apenas uma forma de reverenciar o passado, mas também um meio de construir identidades, fortalecer comunidades e transmitir conhecimentos essenciais. Essa ênfase da memória e a tradição ajudou a moldar as bases da cultura afro-brasileira reforçadas para o desenvolvimento futuro da civilização.

Na visão de Stuart Hall (2022, p. 09), "as identidades culturais dizem respeito aqueles aspectos de nossas identidades que surgem do nosso "pertencimento" a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais." Assim, refere-se à construção identitária do sujeito em relação ao seu contexto cultural.

Sobre ancestralidade africana, Renata Waleska de Souza Pimenta et al. dizem que:

A ancestralidade, pela cosmovisão africana, é simbolizada pelo chão, onde enterramos nossos mortos e de onde extraímos nosso alimento vivo e espiritual, reforça Petit (2015: 77). E ressalta que daí vem a importância do bater o chão, acordando a força vital que emana da terra e se distribui no corpo, fazendo o elo entre presente e passado (Pimenta *et al.*, 2022, p. 06).

Diante dessa perspectiva, a ancestralidade africana está ligada à natureza e, principalmente, ao seu povo, que acredita na ligação entre a matéria e a espiritualidade. É interessante frisar o pensamento de Maurice Halbwachs diz que cada grupo tem sua própria memória, a qual é uma representação do tempo que viveu. O autor destaca que:

[...] são as repercussões, e não o acontecimento, que penetram a memória de um povo que as suporta, e somente a partir do momento em que elas o atingem. Pouco importa que os fatos tenham acontecido no mesmo ano, se essa simultaneidade não foi reconhecida pelos contemporâneos. Cada grupo definido localmente tem sua própria memória, e uma representação do tempo que é somente dele (Halbwachs, 2003, p. 73).

Com a concepção de Halbwachs (2003), notamos que cada grupo possui sua própria memória definida pelo tempo que viveu. Ao relacionarmos esse entendimento

com a obra *Úrsula*, podemos entender que a narrativa é uma (re)leitura acerca da escravidão e do racismo devido à verossimilhança com o período escravocrata, inclusive, porque a obra foi escrita durante o século XIX.

Os traços memorialistas e a verossimilhança com o real são observados nos discursos de Susana e Túlio, que relatam suas vidas no período da escravidão e fazem referência à diáspora e à discriminação racial. Correlacionado a obra com a temática diáspora, que se refere à migração forçada dos povos africanos e, de acordo com Carvalho (2010),

[...] representou para os bantos uma migração e uma transposição para uma nova realidade desconhecida até então para os escravos. A passagem pelas águas do Atlântico passou a ser o caminho para uma nova vida, no cativeiro americano (Carvalho, 2010, p. 20).

A diáspora negra se produziu a partir dos interesses coloniais e inauguraram outros caminhos para as tradições africanas, já que muitas memórias foram apagadas durante esse processo doloroso que escravizou e levou a óbito milhares de negros e negras.

Com base nas ideias apresentadas, é importante frisar a importância de estudar teoricamente o romance *Úrsula*, pois a obra representa a memória a partir do olhar de quem vivenciou esse processo da diáspora através da personagem Susana, que narra com detalhes sua passagem pelo navio negreiro. As descrições são tão precisas que é possível afirmarmos que o discurso de Susana pode ter sido inspirado na própria vida de Maria Firma dos Reis, pois, segundo Agenor Gomes:

Maria Firmina cresceu ouvindo os relatos do cativeiro narrados por sua avó Engrácia e por sua mãe Leonor. Ambas haviam sido escravas do comendador Caetano José Teixeira, dono do navio Vitória, usado no tráfico de africanos escravizados (Gomes, A. 2022, p. 31).

Em sua ânsia de falar da população negra, que vivia marginalizada, nesse período, Maria Firmina dos Reis resgata memórias de africanos que foram capturados e forçados a deixar sua pátria. Por ser neta e filha de mulheres escravizadas, seu discurso é tão verossímil que, muitas vezes, parecem basear-se na história de seus ancestrais, pois a autora busca incluir o discurso dos escravizados sempre de forma humanizada e sua narrativa consegue representar o negro sem anular ou falsear sua memória, falando com autoridade do período em que vivenciou as atrocidades da

escravidão. Os ancestrais de Maria Firmina dos Reis parecem estabelecer uma ligação simbólica com a narrativa, pois, além da escritora ter descendência negra, seus antepassados vivenciaram os horrores da escravidão.

Ao refletirmos sobre a ancestralidade africana, notamos que sua cultura, suas tradições e os seus saberes são ressignificados na obra *Úrsula*, pois as personagens rememoram um passado que foi excluído da história oficial do Brasil, mostrando aspectos que foram silenciados ao longo dos anos, como, a captura e diáspora dos africanos.

[...] a ancestralidade espalha-se, como categoria analítica, para interpretar as várias esferas da vida do negro brasileiro – mormente na religião. Legitimada pela “força” da tradição, a ancestralidade é um signo que perpassa as manifestações culturais dos negros no Brasil, esparramando sua “dinâmica” para qualquer grupo racial que queira assumir a identidade de “africano” (Oliveira, 2007, p. 23).

Nessa perspectiva, a ancestralidade está arraigada na memória, pois carrega consigo o signo da tradição, das histórias e da cultura dos afrodescendentes. A memória atravessa gerações e é através dela que nos conectamos com o passado, ou seja, a ancestralidade, por sua vez, é a manifestação viva dessa memória. Assim, em *Úrsula*, memória e ancestralidade não podem ser dissociadas, tendo em vista que as histórias representadas na obra fazem parte tanto da memória quanto da ancestralidade afro-brasileira.

#### 4. ÚRSULA, DE MARIA FIRMINA DOS REIS: A MEMÓRIA ANCESTRAL E A TEMÁTICA ANTIESCRAVAGISTA

Neste capítulo, analisaremos a memória ancestral em *Úrsula*. Para tanto, iniciaremos essa parte falando sobre a escravidão no Maranhão a partir dos teóricos: Cásare (2020); Agenor Gomes (2022); Giron (2012); Jacinto (2016); Laurentino Gomes (2022); Munanga (2015); Silva (2013); Souza (2021); Reis (2018); dentre outros.

Dessa forma, serão analisados as memórias e os aspectos que remetem à ancestralidade nos seus diálogos, que apresentam temas que abrangem as falas dos mesmos, como: a escravidão, as características dos personagens africanos, como eles são representados na obra e a escrita antiescravagista da autora. Abordaremos este tema a partir dos seguintes teóricos e livros: Agostinho (2013); hooks (2019); Leite (2008); Mendes (2022); Martins (2007); Pereira (2021); Silva (2013); Serafim (2015); Souza (2007); dentre outros.

No último subcapítulo, analisaremos a construção das personagens e o enredo da obra, pois Maria Firmina dos Reis constrói com primazia seus personagens negros, tendo como diferencial o fato deles possuírem voz própria, mesmo a obra abordando o período escravocrata e patriarcal. Para esse subcapítulo, nos apoiaremos nos estudos de: Bezerril (2023); Candido (2014); Reis (2018); Figueredo (1995); Souza (2021); Jung (2018), entre outros.

##### 4.1. A ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO

A obra *Úrsula* foi publicada no século XIX, no Maranhão, região com a economia fortemente baseada na produção agrícola e na comercialização de pessoas escravizadas para mão de obra em colheitas de algodão, cana de açúcar e arroz, etc.

A economia, na época escravocrata, foi cultivada principalmente através do trabalho escravo. Com essa finalidade, os escravizados eram comercializados para diversas atividades explorativas. É interessante frisar que a obra *Úrsula (1859)* foi publicada antes da abolição da escravidão no Brasil e, como muitas outras regiões, a escravidão no Maranhão desempenhou um papel traumático na história e teve um impacto profundo na vida das pessoas escravizadas.

Ao relacionarmos esse contexto histórico com *Úrsula*, podemos compreender como a literatura pode ser uma ferramenta poderosa para a denúncia de problemas sociais, além disso, a narrativa nos dá a possibilidade de refletir sobre as condições dos escravizados da época.

No Maranhão, outro fator que contribuiu para o aumento da população escravizada foi a formação da Companhia Geral do Grão-Pará e do Maranhão, pois, segundo Régia Agostinho da Silva, em sua tese de doutorado intitulada *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*:

Foi a formação da Companhia que trouxe milhares de africanos escravizados para o Maranhão, para, primeiramente, trabalhar nas lavouras de algodão e arroz e depois, nas de cana-de-açúcar. Foi a mão-de-obra escrava responsável por aquilo que a historiografia local entende como ser o Maranhão até o início do século XIX a quinta província em destaque e riqueza. Foi também a Companhia que trouxe milhares de negros escravizados para o Maranhão que fez que a província do Maranhão tivesse, no início do século XIX, metade da população cativa. Os escravos tornaram-se, na província, de fato, "os pés e as mãos dos senhores" (Silva, 2013, p.18).

A Companhia foi fundada para desenvolver a agricultura e a atividade comercial nas regiões do Maranhão e do Pará, por isso, segundo Silva (2013), foi a responsável por trazer milhares de escravizados para o Maranhão. O livro *Escravidão*, de Laurentino Gomes, apresenta que "Os primeiros africanos escravizados chegaram ao Brasil por volta de 1538 para saciar a fome de mão de obra das lavouras e engenhos de açúcar" (Gomes, L. 2022, p. 41), portanto, a exploração da mão de obra era o principal objetivo da escravização dos povos africanos, e não foi diferente no Maranhão.

Em um período que normalizavam o comércio escravagista, na qual a mercadoria central eram os povos africanos, era comum que a população negra fosse exposta às mais variadas formas de explorações. No livro *Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil*, Agenor Gomes afirma que "O escravo era uma prioridade, um bem semovente<sup>17</sup>, como boi, o cavalo, o bode, objetos de diversas transações" (Gomes, A. 2022, p. 44).

Além das atrocidades a que eram expostos os negros e negras da época, o código criminal do império dedicava uma instrucional sobre a punição com pena de

---

<sup>17</sup> São os bens constituídos por animais selvagens, domesticados ou domésticos.

morte aos escravizados que se utilizassem da força para se libertar. De acordo com o artigo.113:

Art. 113. Julgar-se á cometido este crime, reunindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força. Penas aos cabeça-de morte no grau máximo: de galés perpétuas no médio, e por quinze anos no mínimo; aos mais-açoites.

A escravidão no Maranhão, assim como em outras partes do Brasil, foi um sistema brutal que perdurou por séculos, deixando marcas profundas na sociedade e na história do estado. Para entender como a escravidão era instituída no Maranhão, é necessário analisar os principais aspectos desse sistema que moldaram as relações sociais, econômicas e culturais na região. principalmente no Brasil. No período colonial, a economia maranhense estava voltada, prioritariamente, para a produção de açúcar, algodão e arroz, que exigia uma quantidade significativa de mão de obra.

A economia maranhense, como já falamos, era praticamente agrário-exportadora, baseava-se na cultura do algodão e do arroz, porém, está em menor escala, e já no século XIX, na lavoura canavieira; todas elas eram sustentadas pela força do trabalho escravo (Silva, 2013, p. 37)

Nesse contexto, a escravidão foi introduzida como uma forma de suprir a demanda crescente por trabalhadores nas plantações de cana-de-açúcar. Laurentino Gomes ressalta que “O Brasil fora construído com sague e suor de homens e mulheres escravizados” (Gomes, L. 2022, p. 42). A exploração desenfreada dos recursos naturais impulsionou a expansão das plantações e, conseqüentemente, a busca por mais escravizados, na qual o colonizador, além de capturar estas pessoas, se apropriavam da sua força de trabalho, da sua cultura, sabedoria e, principalmente, dos seus corpos.

Em *Úrsula*, é narrada a captura, o transporte e a venda dos africanos escravizados por meio da personagem Susana: “E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira- era uma escrava!” (Reis, 2018, p. 122). É possível perceber que os navios mercantis traziam os cativos amontoados e em condições desumanas, além disso, ao chegarem ao destino, os capturados eram submetidos à venda. Isso se dava também por meio de anúncios em jornais, onde havia a oferta de compra e aluguel de escravos. Podemos observar isso no trecho abaixo:

O jornal *O Publicador Maranhense* traz muitos anúncios de venda, compra e aluguel de escravas, pois os escravos tinham sua condição jurídica de propriedade móvel, portanto, eram comercializados como qualquer outro bem. No caso de aluguel se percebe que as amas eram preferidas sem crias (termo utilizado para designar os filhos das escravas). Assim, no dia 11 de março de 1846 temos o anúncio de aluguel de uma arma de leite moça e sadia parida de 13 dias, cuja cria morreu, com muito bom leite. A compra de amas de leite também se dava por razões comerciais, para o futuro dono comercializar o leite, alugando essas escravas, e não somente para atender uma necessidade doméstica de alimentar seu próprio filho, seja porque a senhora não podia ou não queria alimentar a criança. Os anúncios geralmente vinham com a descrição do serviço pretendido e das qualidades exigidas, indicando o lugar onde realizar o negócio (Abrantes; Pereira, 2016, p.16).

Após desembarcarem no Brasil, os africanos eram leiloados e distribuídos entre os senhores de engenho e proprietários de terras. Os anúncios que propagavam a venda dessas pessoas descreviam com detalhes as características de cada um e os diferentes locais e ofícios que eles poderiam ser empregados.

os cativos eram necessários ao longo de todo o século XIX na província e que eram ofertados, alugados e vendidos para trabalharem em uma série de funções, desde o serviço doméstico da casa, principalmente as mulheres e os "moleques", até as funções mais refinadas e de ofícios, como: carpinas, sapateiros, pedreiros, que, por terem uma profissão, os encarecia e os valorizava aos olhos de compradores e vendedores (Silva, 2013, p. 42).

Ao destinar profissões aos escravizados, faziam com que o seu valor monetário se elevasse ao serem vendidos. A escravidão no Maranhão, assim como em outras regiões do Brasil, era regida por um sistema legal, patriarcal, que negava aos escravizados seus direitos básicos como seres humanos. Os colonizadores justificavam a escravidão por meio da religião e seus próprios juízos de valores. Segundo Gomes (2022, p. 85), "Os argumentos tinham em comum a ideia da inferioridade racial dos africanos. O negro era caracterizado como um ramo á parte da espécie humana".

As leis brasileiras permitiam a exploração desenfreada dos cativos, punindo com severidade qualquer forma de resistência e acalentando os que propagavam a escravidão. Elizabeth Sousa Abrantes e Francienete Poncadilha Pereira falam sobre a naturalização da comercialização dos cativos no século XIX. Segundo os autores:

A comercialização dos escravos era realizada por meios dos anúncios, uma vez que os mesmos eram tidos como bem móvel, sua negociação de compra, venda e aluguel era promovida nos anúncios dos jornais de forma corriqueira.

Os jornais do século XIX de modo geral promoveram debates a favor ou contra a manutenção do sistema escravista, em que os interesses particulares de grupos políticos e comerciantes eram apresentados, sem que houvesse mudança patente na exploração tanto física quanto psicológica dos sujeitos escravizados. A comercialização dos cativos nos anúncios dos jornais poderia ser de sujeitos idosos, jovens ou até mesmo de crianças, já que dentro do sistema escravista não se fazia muita diferenciação de gênero ou idade (Abrantes; Pereira, 2016, p. 18).

No Maranhão, o sistema escravocrata estava profundamente entrelaçado com as estruturas sociais e culturais da época. A escravidão era vista como uma instituição natural e necessária, como podemos observar em *Úrsula* no seguinte fragmento: “Costumados como estamos ao rigoroso desprezo dos brancos” (Reis, 2018, p. 59).

Gomes (2022) fala da naturalização do período escravocrata: “A escravidão era um fenômeno onipresente e universal na realidade brasileira. Africanos escravizados e seus descendentes podiam ser encontrados de norte a sul do país, em todos os lugares” (Gomes, 2022, p.177). A sociedade maranhense, assim, foi construída sobre a exploração de milhares de vidas humanas, deixando cicatrizes que ainda ecoam na contemporaneidade.

Antes do tráfico negreiro, a escravidão no Maranhão era instituída por meio da exploração sistemática dos povos indígenas, portanto, a exploração da mão de obra humana moldou as estruturas sociais, econômicas e culturais da região, deixando um legado de desigualdades e injustiças que ainda reverberam na sociedade brasileira atual.

As condições de vida dos escravizados na região do Maranhão durante o período colonial eram extremamente desafiadoras e desumanas, refletindo a crueldade inerente ao sistema escravocrata. Esses indivíduos eram submetidos a uma existência marcada por opressão, violência física, privação de direitos básicos e exploração. Santos (2013 *apud* Lara, 1988), ao falar sobre essas questões que afetavam os escravizados, destaca que:

O castigo imposto ao escravo infrator apresentava-se como parte do “governo econômico dos senhores”<sup>18</sup>, aliado ao trabalho excessivo e à alimentação insuficiente. Mas o poder do senhor sobre o escravo não visava destruí-lo, mas, sim, otimizar sua produção econômica e diminuir sua força de reação contra o sistema dominante. É justamente o perigo da perda de funcionalidade do sistema de dominação do senhor sobre o escravo que fez com que a punição senhorial fosse um agente político, manifestando-se e se

---

<sup>18</sup> De acordo com Lara (1988, p.116), “O castigo exemplar” em campos da violência. Este termo refere as punições dos escravizados, em que poderia se possível o questionamento das punições por ser algo feito publicamente, e sujeita a intervenções variadas.

reativando na punição do escravo faltoso (Santos, 2013, p. 02 *apud* Lara, 1988, p. 123).

A moradia dos escravizados eram precárias e insalubres. Muitas vezes, eram obrigados a viver em senzalas, barracões coletivos construídos de maneira rudimentar. Esses espaços eram superlotados, mal ventilados e ofereciam pouca privacidade, resultando em condições sanitárias deploráveis. A escassez de alimentos adequados contribuía para a desnutrição generalizada entre os escravizados.

Além do mais, os escravizados eram forçados a realizar jornadas de trabalho exaustivas nas plantações de cana-de-açúcar, nas minas e em outras atividades econômicas. As longas horas de trabalho, frequentemente sob o sol escaldante, resultavam em condições físicas extremamente desgastantes. No livro *O campos da violência escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750 – 1808*, Silvia Hunold Lara discorre sobre a forma que o castigo aparecia nos discursos dos escravocratas. A estudiosa destaca que:

Constatamos como a ideia de um castigo medido e regado aparecia no discurso dos senhores, dos padres, dos legisladores e até mesmo de escravos, como sendo algo indispensável à educação, à manutenção daquela mesma disciplina. Observamos ainda que, para atingir este fim mediante o uso do castigo, utilizavam-se especialmente açoites, correntes e grilhões. Podemos avançar ainda mais nesta análise do castigo enquanto instrumento de controle, submissão e correção dos escravos (Lara, 1988, p. 123).

A violência era uma constante na vida dos escravizados. Eles sofriam punições brutais por infrações reais ou psicológicas, muitas vezes aplicadas como forma de intimidar e manter o controle sobre a população escravizada. Açoites, grilhões, torturas físicas e psicológicas eram comuns, contribuindo para um ambiente de medo constante. Além das adversidades físicas, os escravizados também enfrentavam restrições culturais e religiosas. Suas práticas tradicionais eram frequentemente proibidas, sendo substituídas por elementos impostos pela cultura dominante, principalmente na captura em que os colonizadores mudavam os nomes das pessoas capturadas para que, com elas, sua cultura seja apagada.

Loraine Slomp Giron e Roberto Radünz (2012), no artigo *Invisíveis: negros nas memórias dos brancos*, falam sobre as mudanças dos nomes das pessoas escravizadas. Segundo eles, “Aquele que não tem nome não existe, e, portanto, não tem nem pode ter identidade. Na língua portuguesa, até os animais têm nome. Em

relação aos escravos, sua identidade é negada, reforçando, dessa forma, sua invisibilidade” (Giron; Radünz, 2012, p. 03). Contextualizado esse fato com a obra *Úrsula*, percebemos que a personagem Susana supostamente troca seu nome ao ser capturada.

A soma dessas condições criava um ambiente de desespero e desumanização para os escravizados na região do Maranhão. A resistência a esse sistema desumano ocorria, mas muitas vezes era reprimida com violência. As condições adversas enfrentadas pelos escravizados contribuíram para a formação de uma herança de desigualdade e injustiça que persiste na sociedade brasileira até os dias de hoje.

Maria Firmina dos Reis foi a primeira mulher maranhense negra que abordou de maneira contundente e crítica a realidade da escravidão no Brasil através de sua obra *Úrsula*, publicada em 1859. Pode-se dizer que este romance contribuiu significativamente para o cânone antiescravagista da literatura brasileira ao evidenciar as injustiças e crueldades do sistema escravocrata colonial.

A obra de Maria Firmina dos Reis retrata de forma realista e sensível as vidas dos escravizados, revelando a brutalidade do tratamento que eles recebiam no âmbito do século XIX. Em *Úrsula*, mesmo representando os escravizados como personagens secundários, a autora, através do encaixa de narrativas, consegue dá voz para suas agruras e sofrimentos, descrevendo com maestria diversas formas de opressão a que eram submetidos os cativos.

A separação forçada de famílias é uma das marcas mais dolorosas da escravidão e Maria Firmina dos Reis consegue representar esse momento a retratar a personagem Susana, que foi brutalmente separada de seus entes queridos. A desintegração familiar é apresentada por meio do personagem Túlio que foi separado de sua mãe, como uma consequência direta das práticas desumanas dos senhores de escravos, revelando a crueldade intrínseca ao sistema.

No artigo *Laços familiares e resistência escrava no Maranhão oitocentista*, Cristiane Pinheiro Santos Jacinto fala da separação das famílias escravizadas, cuja venda vinha significar uma ruptura nos laços familiares e a quebra de uma cultura.

A venda significava uma ruptura ainda mais radical quando os escravos eram direcionados para outras localidades ou províncias. E isso não era improvável, posto que o Maranhão se tornara, a partir de 1946, uma das fontes de abastecimento do tráfico interprovinciais de escravos. Ser vendido para outra província ou mesmo para o interior podia significar, na maioria dos casos, a separação definitiva de seus familiares e de toda uma rede de

solidariedade construída no cativeiro. Nesse cenário, o momento da venda era traumático se desesperavam diante das separações (Jacinto, 2016, p. 79).

A separação familiar também é representada na obra *Úrsula* no episódio em que Susana relata sua captura: “Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava - pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade!” (Reis, 2018, p.122), e também quando Túlio fala que, ainda criança, foi separado de sua mãe: “Bem pequeno era eu” - continuou Túlio após uma pausa entrecortada de soluços-; “Mas chorei um pranto bem sentido, por vê-la se partir de mim” (Reis, 2018, p. 159).

Maria Firmina dos Reis humaniza seus personagens escravizados, conferindo-lhes individualidade, sentimentos e aspirações, desafiando, assim, a visão desumanizadora que prevalecia na sociedade da época sobre os escravizados. Silva (2013) fala do discurso antiescravista de Maria Firmina dos Reis.

O discurso antiescravista de Maria Firmina dos Reis vê os escravos numa outra condição, que é aquela da consciência daquilo que os oprime. São resignados, são gratos aos bons senhores, foram trabalhadores na mãe África. Mas não são seres inertes, coisas ou mercadorias, têm sonhos e vontades próprias e discursam contra o cativeiro (Silva, 2013, p. 149).

A narrativa de Maria Firmina dos Reis explora não apenas as injustiças físicas impostas aos escravizados, mas também as consequências psicológicas e emocionais da escravidão, como o trauma pelo período escravocrata e a separação das famílias. Na obra, a autora critica também a perpetuação da ideia de esquecimento do trauma sofrido pelos escravizados, pois a escravidão deixou marcas que ainda persistem, na qual podemos observar no trecho:

O senhor Paulo B. morreu, e sua esposa, e sua filha procuraram em sua extrema bondade fazer-nos esquecer nossas passadas desditas! Túlio, meu filho, eu as amo de todo coração, e lhes agradeço: mas a dor, que tenho no coração, só a morte poderá apagar! Meu marido, minha filha, minha terra...Minha liberdade (Reis, 2018, p. 23).

Quando falamos do trauma ocasionado pela opressão e pelas condições escravagistas, constatamos que está ferida não cicatrizará tão cedo, pois, até hoje, os negros sofrem discriminação por causa da sua cor. Neusa Santos Souza discorre sobre os traumas da população negra.

Pensar sobre a identidade negra redonda sempre em sofrimento para o sujeito. Em função disso, o pensamento cria espaços de censura à sua liberdade de expressão, e, simultaneamente, suprime retalhos de sua própria matéria. A "ferida" do corpo transforma-se em "ferida" do pensamento. Um pensamento forçado a não poder representar a identidade real do sujeito é um pensamento mutilado em sua essência (Souza, 2021, p. 35).

Percebemos que Souza (2021) refere-se à ferida, aos castigos e punições<sup>19</sup> que os escravizados sofriam, mas ela vai além da ferida física, ela amplia para a ferida psicológica, no caso o trauma. No livro *Discurso sobre o colonialismo*, Aimé Césaire fala sobre a coisificação dos povos colonizados, para o autor:

Entre colonizador e colonizado, só há espaço para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. Nenhum contato humano, porém relações de dominação e submissão que transformam o homem colonizador em peão, em capataz, em carcereiro, em açoite, e o homem nativo em instrumento de produção. É minha vez de apresentar uma equação: colonização = coisificação (Césaire, 2020, p. 24).

Nessa direção, Césaire (2020) discorre que o colonizador se reverte sobre um imaginário de uma supremacia branca para coisificar os povos que diferem deles tanto em relação à cor quanto à cultura. Na obra *Úrsula*, por meio dos personagens brancos, com o Encomendador B. e Fernando P., Maria Firmina dos Reis critica a hipocrisia e a falta de empatia que permeavam a mentalidade escravista: “Quem manda nesta casa? -Fartai-vos das atrocidades, já que sois um monstro-retrucou fora de si ao feitor” (Reis, 2018, p. 172). Nesse trecho, a autora evidencia a arbitrariedade das relações sociais baseadas na cor da pele, denunciando as práticas discriminatórias que perpetuavam o sofrimento dos negros, por meio das falas dos personagens Fernando P. e o Feitor.

Ao analisarmos a obra de Maria Firmina dos Reis, podemos contextualizá-la com a história do Maranhão, já que a narrativa trata de questões tão presentes no estado, a exemplo da exploração dos povos escravizados. Desse modo, Maria Jorge dos Santos Leite, em *Tráfico Atlântico, escravidão e resistência no Brasil*, diz que:

A escravidão, uma nefasta prática de desumanização, coisificação e comercialização de pessoas, fora uma atividade bastante lucrativa, porém difícil de administrar. Os entraves a estarem impostos pelas próprias vítimas da escravização, os negros africanos, que responderam desde sempre ao

---

<sup>19</sup> No anexo 03: possui a imagem referente aos castigos do período escravocrata e no anexo 06: Alguns dos instrumentos usados nestes castigos e torturas dos escravizados.

processo de coisificação, com as mais variadas formas de resistência. As primeiras manifestações de resistência à escravidão foram enfrentadas pelos escravizadores ainda na África, no momento em que os negros e negras eram capturados, amarrados e amontoados em armazéns, áspera dos navios que os trariam para o Novo Mundo. Como uma viagem entre a África e o Brasil muito dispendiosa, esses humanos, vitimados pela mercadorização, permaneciam por vários dias trancados à espera da formação de um carregamento completo, para então serem transportados até o destino de sua escravização (Leite, 2017, p. 67).

*Úrsula* representa um marco na literatura brasileira por sua capacidade de dar voz aos oprimidos e por sua contribuição para a conscientização sobre a escravidão, na qual sua narrativa, nos faz refletir sobre as condições dos escravizados.

Maria Firmina dos Reis também incorpora elementos que revelam as aspirações dos escravizados por liberdade e dignidade. Personagens, como Túlio, buscam resistir à opressão, seja por meio da fuga, da luta contra as injustiças ou da preservação de sua identidade cultural, conforme identificamos nesse fragmento: “A liberdade era tudo quanto Túlio aspirava; tinha-a -era feliz!” (Reis, 2018, p. 69). Ao retratar a brutalidade da escravidão, Maria Firmina dos Reis lança um poderoso apelo à consciência social, desafiando os leitores a refletirem sobre a desumanidade do sistema escravocrata.

Ademais, a escravidão permeou a sociedade colonial brasileira até final do império e o Maranhão foi um dos últimos estados a aderir à abolição. Nessa perspectiva, em *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis demonstra que a escravidão era uma das principais mazelas sociais da época. A autora usou da sua consciência ideológica para construir personagens que desempenham um papel de denúncia, além de apresentar a exploração e a discriminação que afetavam negros e negras desse período.

A emancipação dos escravos ocorreu gradativamente em resposta à pressão dos mercados externos e em resposta às lutas travadas por pessoas escravizadas e outras que eram contra a escravidão. Laurentino Gomes diz que “Nos três séculos anteriores, o Brasil tinha sido o maior território escravista do hemisfério ocidental. E o mais avesso a qualquer proposta de mudança” (Gomes, L. 2022, p. 40). A escravidão sustentou a economia responsável por toda a riqueza da colônia portuguesa. Na época, “ser dono de terras e de pessoas escravizadas era o principal indicador de prestígio e riqueza no Brasil” (Gomes, L. 2022, p. 41).

Em 1850, entrou em vigor a Lei Eusébio de Queirós<sup>20</sup>, que proibiu o tráfico de escravos no Brasil. No entanto, a legislação não era eficaz, levando a uma possível origem da expressão comum “deixa os ingleses verem<sup>21</sup>” como um sinônimo de fraude. O tráfico de escravos foi oficialmente proibido, mas traficantes e proprietários de terras, muitas vezes, burlavam as leis. Laurentino Gomes diz que “No litoral brasileiro, as operações clandestinas eram bem-organizadas. As pessoas nelas envolvidas, incluindo por vezes juízes e delegados de polícia, eram avisados com antecedência” (Gomes, L. 2022, p.108)

#### 4.2. O ENREDO E A CONSTRUÇÃO DAS PERSONAGENS NEGRAS

Neste subcapítulo, analisamos o enredo da narrativa *Úrsula* e a construção das personagens africanas a partir do livro *A personagem de ficção*, de Antônio Candido *et al.* (2014), pois a escritora coloca Susana e Túlio como personagens secundários, porém dando-lhes falas e posicionamentos.

Segundo Pelinson (2020, p. 86), “o enredo é conjunto de acontecimentos que se sucedem de modo ordenado em uma estória e dos quais participam as personagens”. Em *Úrsula*, o enredo trata de uma história de amor entre os jovens Úrsula e Tancredo, que enfrentam adversidades familiares e sociais, dificultando a consolidação do romance, contudo, a história ganha outros contornos ao trazer uma visão realista da escravidão. As alianças entre os escravizados, a solidariedade nas situações de sofrimento e a articulação de estratégias para a busca da liberdade compõem um cenário que ressalta não apenas as atrocidades do sistema escravista, mas a solidariedade ao outro.

Ao expor as desumanidades do período escravocrata, é possível notar uma verossimilhança do romance com o contexto histórico do Brasil, tendo em vista que a obra foi publicada em 1859 e a escravidão no país teve início por volta de 1535 com a chegada do primeiro navio com africanos cativos, e término em 1888, com a assinatura da Lei Áurea. Dessa forma, é possível supor que a escritora se utiliza da mimese (imitação da realidade) para criar a narrativa e os personagens que a compõe,

---

<sup>20</sup> Lei de número 581, promulgada em 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, com medidas formuladas contra o tráfico dos povos afro-brasileiros, em que sua promulgação está relacionada principalmente à pressão do governo britânico para o fim da escravidão.

<sup>21</sup> Durante o período imperial, quando o Brasil assinou um acordo com a Grã-Bretanha, a expressão surgiu no sentido de reprimir o tráfico de escravos, o Brasil foi obrigado a patrulhar a costa, assim como os navios ingleses, porém o tráfico humano, continuava.

pois, "[...] a verossimilhança situa a mimese nas fronteiras ilimitadas do possível" Costa (2011, p. 53). Nessa direção, o enredo de *Úrsula* é singular, principalmente por estar situado no século XIX, período em que predominavam narrativas masculinas e etnocêntricas.

A obra transcende as barreiras temporais enquanto perspectiva de sentido sobre a temática escravocrata, mas se situa em seu tempo, oferecendo uma análise densa e sensível sobre questões sociais, raciais e de gênero. Maria Firmina dos Reis desafiou as normas da época ao se destacar como a primeira romancista negra do Brasil, representando o cativo como protagonista de sua própria história.

O universo narrativo de *Úrsula* é marcado por desencontros, ilusões e decepções. O desenlace fatídico e infeliz, a caracterização e o posicionamento das personagens escravizadas são fatores que diferenciam a obra em uma época em que os adeptos ao romantismo-romântico esperavam que todos os romances tivessem um final feliz.

Laísa Marra fala que a obra *Úrsula* é uma combinação do repertório nacionalista com o gótico devido à obscuridade do enredo, que intercala uma história de amor mal sucedida com o contexto social do país ao retratar a escravidão. A autora destaca que:

[...] o gótico é incorporado em *Úrsula* na figuração do conflito racial e de gênero em termos daquilo que não se superou com o fim do colonialismo; a colonialidade persiste, portanto, como um fantasma que assombra e enfraquece a ideia ufanista de nação (Marra, 2020, p. 134).

Em *Úrsula*, o diálogo com o gótico pode ser vislumbrado através do personagem Fernando P., o antagonista da narrativa, que é caracterizado como um homem desprezível, violento e rancoroso, como podemos observar no enxerto abaixo:

Oh! Lá!... - bradou Fernando e sorriu-se com horrível sarcasmo. - Que tal? Quem manda nesta casa? Fartai-vos de atrocidades, já que sois um monstro retrucou fora de si o feitor, fixando-o com um olhar de desprezo, que ele suportou-, banhai-vos no sangue dos vossos semelhantes, juntai crimes horrendos a crimes imperdoáveis; mas não conteis mais doravante comigo para instrumento dessas ações, que revoltam ainda a um coração viciado, e que só no vosso pode achar morada (Reis, 2018, p. 172-173).

O gótico é utilizado para reforçar as características ruins do personagem Fernando P. Para Zahidé Lupinacci, "O gótico foi a poética que atraiu autores do período colonial, como Maria Firmina dos Reis, em sua obra destaca os crimes, tabus

fantasmagoria e a loucura característica da literatura gótica" (Muzart, 2008, p. 299-300). O gótico também pode ser vislumbrado na descrição da personagem Úrsula, que, após ver Tancredo ser assassinado, entra em estágio de loucura: "o sorriso era débil e vaporoso" (Reis, 2018, p. 203).

A obra também ressalta a influência do Romantismo, que aparece evidente na caracterização do enredo e das personagens, pois o enredo trata das emoções universais do amor, da perda e da superação. Nascimento afirma que:

Toda a estética do romance de Maria Firmina dos Reis manifesta a abundância sintagmática própria do Romantismo brasileiro, mas seus elementos característicos funcionam como camuflagem para o propósito ideológico da narrativa, funcionam como elementos determinantes da forma da obra (Nascimento, 2009, p. 08).

A estética da obra valoriza muitos aspectos românticos, dentre eles, as paisagens. No trabalho *“Na orla cinzenta do horizonte”: O espaço ficcional de Maria Firmina dos Reis (1859-1917)*, Benigna Ingrid Aurelia Bezerril fala da construção da paisagem na obra de Maria Firmina dos Reis.

A construção das paisagens e lugares na narrativa de Firmina dos Reis, a ambientação da trama, também podem ser consideradas ferramentas para sua narrativa política. O navio negreiro, a fazenda como marca do patriarcado e de sua violência, a dicotomia entre Brasil e África para a escravizada Susana são construções que podem ser interpretadas como elementos políticos de denúncias (Bezerril, 2023, p. 109).

Nessa direção, Bezerril (2023) destaca que a construção das paisagens e lugares na obra *Úrsula* servem como uma ferramenta para transmitir mensagens de denúncias. A maneira como Maria Firmina dos Reis descreve as paisagens e os lugares na narrativa não é apenas uma questão estética, mas também uma forma de transmitir mensagens políticas.

São vastos e belos os nossos campos; porque inundados pelas torrentes do inverno semelham o oceano em bonançosa calma branco lençol de espuma, que não ergue marulhadas ondas, nem brame irado, ameaçando insano quebrar os limites, que lhe marcou a onipotente mão do rei da criação. Enrugada ligeiramente a superfície pelo manso correr da viração, frisadas as águas, aqui e ali, pelo volver rápido e fugitivo dos peixinhos, que muda- mente se afagam, e que depois desaparecem para de novo voltaremos campos são qual vasto deserto, majestoso e grande como o espaço, sublime como o infinito. E a sua beleza é amena e doce, e o exíguo esquife, que vai cortando as suas águas hibernais mansas e quedas, e o homem, que sem custo o guia, e que sente vaga sensação de melancólico enlevo, desprende com mavioso

acento um canto de harmoniosa saudade, despertado pela grandeza dessas águas, que sulca (Reis, 2018, p. 49).

Nessa passagem, podemos notar que a paisagem comunica o natural através de imagens repletas de interioridade, emoção e sentimentos. Em outros momentos da narrativa, podemos perceber também que elementos postos, como o navio negreiro e a fazenda, primem significados na obra. O navio negreiro representa a brutalidade e a desumanidade do sistema escravista e a fazenda é apresentada como um símbolo do patriarcado e de sua violência, destacando as injustiças e opressões enfrentadas pelas personagens femininas e a hierarquia do período.

Mendes (2006) discute sobre o narrador e sobre a forma que é estruturado o enredo da obra. Para a autora:

O narrador de *Úrsula* é extradiegético, pois o enredo é narrado em terceira pessoa. Durante a narrativa, fazem-se descrições psicológicas e conjecturas sobre o modo de ser das personagens, o que conduz o leitor a uma reflexão sobre os conflitos enfrentados por elas. (...) Sabe tudo sobre as personagens, no entanto, ao utilizar-se do discurso direto e indireto, e às vezes indireto livre, dá voz às personagens, as quais vão narrando suas histórias. Como o enredo é estruturado através de encaixes, as vozes andam em paralelas, mas todas se cruzam (Mendes, 2006, p. 84-85).

Contudo, a análise do enredo revela a habilidade da autora em explorar as complexidades das relações sociais e humanas. Maria Firmina dos Reis emprega uma narrativa envolvente para descrever as experiências dos escravizados desde a captura até os desafios da vida adulta e a morte.

Sobre os personagens, Candido *et al.* (2014, p. 33) fala que “a personagem de um romance [...] é sempre uma configuração esquemática, tanto no sentido físico como psíquico, embora *formaliter* seja projetada como um indivíduo “real”, totalmente determinado”. Nessa direção, no contexto de um romance, o personagem é uma construção esquemática tanto fisicamente quanto psicologicamente, mesmo que seja apresentada formalmente como um indivíduo “real” e totalmente determinado.

Sob essa perspectiva, as personagens de romances são criadas com base em um esquema ou plano, que se baseiam em padrões que são familiares aos leitores e a realidade. Em *Úrsula*, as personagens negras, mesmo sendo coadjuvantes, são projetos para denunciar as mazelas da escravidão, representando a vida, os sentimentos da população escravizada e a crueldade da exploração do homem pelo homem, mostrando uma posição crítica diante dessa realidade traumática.

Através da técnica encaixe de narrativas, Maria Firmina consegue dá voz aos personagens secundários, dentre os quais se destacam Susana e Tulio, que são descritos por meio dos seus aspectos físicos e psicológicos. Susana era uma velha escrava, cuja história se entrelaçava com a vida em África, a diáspora e a exploração no Brasil. Ela é descrita no seguinte fragmento:

[...] mulher escrava, e negra como ele; mas boa, e compassiva, que lhe serviu de mãe enquanto lhe sorriu essa idade lisonjeira e feliz, única na vida do homem que se grava no coração com caracteres de amor única, cuja recordação nos apraz, e em que Susana, chama-se ela, trajava uma saia de grosseiro tecido de algodão preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras, e descarnadas como todo o seu corpo: na cabeça tinha cingido um lenço encarnado e amarelo, que mal lhe ocultava as alvíssimas cãs (Reis, 2018, p. 118).

Esse enxerto descreve tanto o perfil físico quanto psicológico da personagem. Os trajes e o fato de Susana ter servido de mãe para Túlio revelam aspectos físicos como a idade e a sua condição de escravizada, já que trajava roupas com tecidos grosseiros. A descrição traça, também, seu perfil psicológico ao caracterizá-la como uma mulher boa e compassiva.

Quanto a Tulio, a narrativa o caracteriza como um jovem mancebo inconformado com sua condição de escravizado. O personagem possui um papel importante na trama ao representar a dignidade humana e devido a sua ligação afetiva com Susana. No trecho abaixo, podemos vislumbrar suas características:

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano refervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e em balde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, em balde - dissemos se revoltava; porque se lhe erguia como barreira - o poder do forte contra o fraco! (Reis, 2018, p. 54).

A descrição física de Tulio mostra que ele era jovem, pois parecia contar vinte e cinco anos, e escravizado, pois o trecho deixa claro sua situação ao ratificar que o sangue africano refervia-lhe nas veias. Psicologicamente, o personagem é apresentado como alguém nobre de coração, bem formado. Apesar de descrevê-lo de forma romantizada, a narrativa enfatiza sua insatisfação pelo fato de ser cativo.

E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração,

permaneciam intactos, e puros como a sua alma. Era infeliz; mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista. (Reis, 2018, p. 54-55)

De forma geral, o romance mostra que as personagens Susana e Túlio transgridem a ideia do cativo conformado, pois estão sempre deixando claro sua aversão ao regime escravista e denunciando suas brutalidades.

Anatol Rosenfeld fala que “os personagens não correspondem a pessoas vivas, porém nascem das pessoas reais” Rosenfeld (2014, p. 67). Portanto, os personagens em uma obra literária não são representações diretas de pessoas vivas, mas são construídos com base em elementos extraídos da realidade e da experiência humana.

Diante disso, apesar de não serem cópias diretas de pessoas vivas, as personagens são desenvolvidas a partir da observação e da compreensão do comportamento humano. Eles são moldados a partir de características, experiências, emoções e complexidades que podem ser encontradas nas pessoas reais. A personagem Susana, por exemplo, uma mulher de coragem e determinação, emerge como um símbolo de resistência diante das adversidades. Susana representa a dicotomia entre Brasil e África, e essa dicotomia, também, recebe contornos políticos, pois, possivelmente, representa a luta interna da personagem em busca da sua identidade, que foi silenciada pelo sistema escravista. A África representa a liberdade e o Brasil, o cativo.

Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... Ah! Eu a gozei na minha mocidade!  
-continuou Susana com amargura. Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu [...] e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha, que era a minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (Reis, 2018, p. 120-121).

Susana é personificada e caracterizada por meio da conexão com as raízes africanas e ancestrais, resgatando a cultura e tradições da África através da memória. A personagem é a única que possui uma lembrança concreta do continente, pois

ressalta aspectos simbólicos, como as praias, a religião (a personagem sempre evoca a figura divina), os costumes (exemplificado pelo ritual do casamento, na qual a personagem foi dada em matrimônio, sugerindo que ela não escolheu seu cônjuge), entre outros. A liberdade e a felicidade, Susana encontrou apenas em seu lugar de origem, no Brasil, a personagem obteve apenas dor e exploração.

No aspecto físico, Maria Firmina dos Reis retrata seus personagens negros com uma atenção meticulosa, destacando a diversidade de traços e características individuais. Essa abordagem que foge dos estereótipos raciais contribui para a construção de personagens tridimensionais, reais e distintos entre si. A descrição física vai além da cor da pele, evidenciando a individualidade e a humanidade de cada personagem.

No âmbito psicológico, a autora explora as profundezas das emoções e da psique das personagens negras. Susana, por exemplo, emerge como uma figura complexa, enfrentando não apenas os desafios externos da escravidão, mas também os conflitos internos gerados pelo sofrimento, pela resistência e pela busca por dignidade: “-Sim, para que estas lágrimas?!...Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudades, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro!” (Reis, 2018, p. 120).

O personagem Túlio, ao ser analisado no âmbito psicológico, é marcado pelo trauma da separação de sua mãe, contudo, o jovem é descrito como alguém detentor de bondade e virtudes, como pode ser analisado no fragmento abaixo:

E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como a sua alma, Era infeliz; mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista (Reis, 2018, p. 54-55).

A representação psicológica desses personagens mostra a resiliência do negro diante das adversidades, proporcionando uma visão mais completa e autêntica de suas experiências. Neusa Santos Souza, no livro *Tornar-se negro*, fala sobre o emocional dos povos escravizados. De acordo com a autora:

A História da Ascensão Social do negro brasileiro é, concomitantemente, a história da construção de sua emocionalidade, essa maneira própria, historicamente determinada, de organizar e lidar de forma dinâmica com o mosaico de afetos. Construção histórica, a emocionalidade do negro é vista aqui como um elemento particular que se subordina ao conjunto mais geral

de injunções da história da formação social em que ele se inscreve. Tendo que se livrar da concepção tradicionalista que o definia econômica, política e socialmente como inferior e submisso, e não possuindo uma concepção positiva de si mesmo, o negro viu-se obrigado a tomar o branco como modelo de identidade ao estruturar e levar a cabo a estratégia de ascensão social (Souza, 2021, p. 47).

Souza (2021) ressalta que a história da ascensão social dos negros no Brasil está intrinsecamente ligada à construção de sua emocionalidade. A emocionalidade do negro é vista como um elemento particular, que é moldado e influenciado pelas condições mais amplas da história e pelo contexto social em que ele está inserido. Isso significa que as experiências e as injunções históricas têm um papel significativo na configuração das suas emoções e afetos.

A concepção tradicionalista que definia o negro como inferior e submisso fazia com que os negros não possuíssem uma concepção positiva de si mesmo, nesse contexto, eles foram obrigados a adotar o branco como modelo de identidade ao buscar a ascensão social.

Neste sentido, a história da construção emocional do povo negro está ligada ao racismo, que advém do período escravocrata, uma vez que esse sistema relegava o negro a uma condição de inferioridade, como pode ser observado ao analisamos a obra *Úrsula*. Na narrativa, Maria Firmina dos Reis aborda as relações interativas e as dinâmicas sociais que moldam a experiência das personagens negras. Ela critica as estruturas sociais, o patriarcalismo e a escravidão, revelando as injustiças e desigualdades sociais do período.

Ademais, a presença de personagens negros que resistem e constroem redes de apoio desafia a visão passiva sobre a escravização e a posição de subserviente muitas vezes associada aos personagens escravizados na literatura da época. A abordagem integral das características físicas, psicológicas e sociais das personagens negras em *Úrsula* transcende os estereótipos e representa a diversidade e complexidade da experiência da população afro-brasileira.

Destacamos, também, que Susana surge como uma personagem complexa, que transcende seu papel individual, assumindo nuances simbólicas ao ser representada sobre diferentes arquétipos, como, por exemplo, o arquétipo materno, pois é descrita como uma figura compassiva, protetora e carinhosa, adjetivos que são atribuídos à figura materna. Ao falamos sobre o arquétipo materno, podemos citar o

livro *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*, de Carl Gustav Jung, que fala sobre o arquétipo materno e sobre o conceito de grande mãe, ressaltando que:

O conceito da Grande Mãe provém da História das Religiões e abrange as mais variadas manifestações do tipo de uma Deusa-Mãe. No início esse conceito não diz respeito à psicologia, na medida em que a imagem de uma "Grande Mãe" aparece nessa forma muito raramente[...]. O símbolo é obviamente um derivado do arquétipo materno; assim sendo, quando tentamos investigar o pano de fundo da imagem da Grande Mãe, sob o prisma da psicologia, temos necessariamente de tomar por base de nossa reflexão o arquétipo materno de um modo muito mais genérico (Jung, 2000, p. 81).

Podemos verificar que o conceito do arquétipo da grande Mãe tem suas raízes na história das religiões e abrange diversas manifestações de uma figura divina feminina, representada também como uma Deusa-Mãe e frequentemente associada à fertilidade, criação e proteção. O conceito da grande Mãe está derivado do arquétipo materno, que representa as características e padrões inatos associados à figura da mãe na psique humana. Jung (2000) sugere que é necessário ampliar o entendimento do arquétipo materno para além de uma representação específica, de modo a abranger uma gama mais ampla de expressões simbólicas relacionadas à maternidade e à feminilidade.

Nesse contexto, Susana é uma mulher negra e idosa, detentora de conhecimentos ancestrais e dotada de uma sabedoria que transcende as adversidades da escravidão. Seu papel simbólico é potencializado pela representação de uma "mãe", ou seja, pelo arquétipo da figura materna, representando a conexão com as raízes culturais africanas e a resistência espiritual dos escravizados, pois, conforme Carl Jung:

O materno também possui uma variedade incalculável de aspectos. Menciono apenas algumas das formas mais características: a própria mãe e a avó; a madrasta e a sogra; uma mulher qualquer com a qual nos relacionamos (Jung, 2000, p. 91-92).

Portanto, apesar de não possuir laços sanguíneos com Tulio, Susana desempenha a função de mãe. Sua relação de afetividade com o jovem marca a representação desse arquétipo na narrativa, pois, de acordo com a visão de Jung (2000), o materno pode ser vislumbrado, também, através de uma mulher qualquer com a qual nos relacionamos.

Destarte, a caracterização do arquétipo materno em Susana é verificada, também, por intermédio da ligação que ela possui com sua filha, a qual foi a separada ao ser pega em cativeiro: "uma filha, que era a minha vida, as minhas ambições" (Reis, 2018, p. 121). Jung (2000), ao falar dos traços essenciais do arquétipo materno, pontua que "seus atributos são o "maternal": simplesmente a mágica autoridade do feminino; a sabedoria e a elevação espiritual além da razão; o bondoso, o que cuida, o que sustenta, o que proporciona as condições de crescimento" (Jung, 2000, p. 86).

Ao desempenhar o papel de mãe na narrativa, Susana transmite valores, compartilha memórias e ajuda a moldar a identidade de Tulio, contribuindo para a conscientização do personagem, diante da sua situação de escravizado, ao compartilhar suas histórias e rememorar a cultura africana.

A representatividade negra em *Úrsula* é expressa também pelos personagens Antero e pela mãe de Túlio, que compartilham conhecimentos da cultura africana e desempenham um papel crucial na transmissão da memória ancestral. Segundo Benigna Ingrid Aurelia Bezerril:

O negro é a voz narrativa em suas obras tanto para narrar experiências traumáticas que configuram certos lugares da narrativa de Reis como também traz a autora esse indivíduo pensante que observou a sociedade na qual estava inserido e a branquitude. Especialmente, sobre a branquitude, aborda-se a representação de tal como aterrorizante (Bezerril, 2023, p.110).

Dessa maneira, Bezerril (2023) aponta que Maria Firmina dos Reis, ao narrar as experiências traumáticas vividas e contadas pelos próprios negros, utiliza o personagem como um observador crítico da sociedade em que está inserido, refletindo sobre as injustiças sociais e sobre a supremacia branca.

As personagens escravizadas, representados em *Úrsula*, são colocadas na narrativa de forma humanizada. Além de serem detentoras de saberes provenientes da África, constituem um elo entre o passado e o presente, pois reforçam a importância de manter viva a herança cultural africana. No que diz respeito à temática antiescravagista, algumas personagens são simbolizadas como representações significativas de luta, resistência e bondade. Segundo Antônio Candido *et al.*:

A força das grandes personagens vem do fato de que o sentimento que temos da sua complexidade é máxima; mas isso, devido à unidade, à simplificação estrutural que o romancista lhe deu. Graças aos recursos de caracterização (isto é, os elementos que o romancista utiliza para descrever e definir a

personagem, de maneira a que ela possa dar impressão de vida, configurando-se ante o leitor) (Candido *et al.*, 2014, p. 59).

Segundo Candido *et al.* (2014), a força dos grandes personagens reside em sua complexidade. A simplificação estrutural dada pelo romancista é realizada a partir dos recursos de caracterização, que são os elementos utilizados pelo romancista para descrever e definir as personagens. Estes recursos incluem características físicas, traços de personalidade, motivações, histórias de vida, entre outros aspectos que contribuem para dar vida e profundidade às personagens na mente do leitor.

A romancista Maria Firmina dos Reis, em *Úrsula*, cria as complexidades das personagens africanas, distanciando-as dos estereótipos negativos e animalizados que o colonizador criou aos seus corpos, portanto, a autora humaniza as personagens negras dando-lhes protagonismo e voz na narrativa. A humanização das personagens pode ser observada, também, nas relações que elas mantêm com os outros, como, por exemplo, na relação maternal entre Susana e Túlio:

-A gratidão- respondeu ele com presteza.  
 -A gratidão! E não a deves à senhora, que para ti tem sido quase que uma mãe? Não a deves à menina? E por que as deixas? É que não sentes saudades delas.  
 -Oh! Sinto-as, sinto-as, e muito, mãe Susana!  
 (Reis, 2018, p. 119).

Podemos perceber que a representação humanizada e o cuidado das personagens ao se preocuparem com o outro faz da escrita de Maria Firmina dos Reis uma escrita que desconstrói o imaginário criado pelos colonizadores sobre os corpos negros e descreve o bom relacionamento entre diferentes hierarquias e raças. Bezerril (2023, p.112) diz que: “Laço de amizade entre o alforro Túlio e a escravizada Susana em *Úrsula (1859)* nos fez lembrar não só da aflição no cativeiro, mas também do afeto”.

Além da relação entre duas pessoas escravizadas (Susana e Túlio), podemos citar, também, a relação afetiva de amizade entre Túlio e Tancredo. A história de amizade entre os dois personagens surge no momento em que Tancredo, personagem descrito com branco e detentor de poder econômico, sofre um acidente a cavalo e, neste momento, sua vida liga-se à do escravizado.

-Deus meu!- exclamou correndo para o desconhecido.

E o coração tocou-lhe piedoso interesse, vendo esse homem lançado por terra, tinto em seu próprio sangue, e ainda oprimido pelo animal já morto. E ao aproximar-se contemplou em silêncio o rosto desfigurado do mancebo; curvou-se, e pôs-lhe a mão sobre o peito, e sentiu lá no fundo frouxas e espaçadas pulsações, e assomou-lhe ao rosto riso fagueiro de completo enlevo; dá mais íntima satisfação. O mancebo respirava ainda.

-Que ventura! - então disse ele, erguendo as mãos ao céu que ventura, podê-lo salvar! (Reis, 2018, p. 54).

Ao humanizar Tulio, Reis (2028) desconstrói o estereótipo de que o homem negro é violento, dando-lhe características como bondade e fidelidade. Neste sentido, a escritora busca superar a visão preconceituosa que animaliza e discrimina as pessoas afrodescendentes, visão essa que foi propagada ao longo dos anos pelos discursos dominantes. Assim, a força das personagens escravizadas reflete a resistência real dos povos negros pela sua libertação e pela justiça.

Neste sentido, ao falarmos de resistência e luta contra a escravidão, podemos contextualizar a obra com a história de grandes figuras da resistência negra, como exemplo: Zumbi dos Palmares, um dos principais representantes da resistência negra à escravidão na época do Brasil Colonial e líder do Quilombo dos Palmares, comunidade livre formada por escravos fugitivos das fazendas. O líder quilombola é descrito por Oscar Lustosa de Figueiredo no fragmento abaixo:

Com o cabedal de conhecimentos mais amplos do que seus companheiros, dotado de uma formação destacada, levado por um amor extremado aos seus Irmãos Negros, estava apto para assumir uma liderança de porte, exigida pelas próprias condições do meio comunitário dos Quilombos e pelas prementes urgências da conjuntura de desagregação e divisão internas que começavam a desafiar e ameaçar os dias futuros de Palmares. A confiança de todos se voltam para Zumbi, visto e tido por todos e, sobretudo, pelo Conselho dos Quilombos como general das armas (Figueiredo, 1995, p. 139).

Neste sentido, Figueiredo (1995) descreve Zumbi dos Palmares como alguém que se importava com a problemática do período escravocrata, que possuía conhecimento e preparo para liderar os demais. Zumbi era reconhecido como o líder militar do quilombo, encarregado de liderar e defender sua comunidade contra as ameaças externas. Além da história de Zumbi dos Palmares, podemos citar também a vida da escrava Anastácia e de Acotirene.

Anastácia foi uma escrava cuja beleza despertou o interesse de senhores de escravos. Valente, a menina se recusava a deitar-se com eles, se opondo com bravura às opressões sofridas. Devido à sua resistência, colocaram, em Anastácia, uma máscara de ferro, que ela usou por toda a vida. Sua bravura incentivou a luta de outras

pessoas escravizadas. Além de curandeira, Anastácia ajudava os doentes com suas mãos milagrosas. Ela chegou, inclusive, a salvar a vida do filho de um fazendeiro que a estuprou.

Sobre Acotirene, ela foi uma das primeiras mulheres que habitou o Quilombo dos Palmares e exerceu grande influência na vida dos negros quilombolas. Matriarca do quilombo, atuava como mãe e conselheira dos primeiros refugiados. Cisne e Anael (2022) falam que:

Ao chegar aos Palmares ainda no século XVI, antes do líder Ganga Zumba assumir o poder, Acotirene, exercendo função de matriarca do Quilombo, orientava, aconselhava e guiava a população negra no desenvolvimento das primeiras atividades de resistência a escravização. Ela era ainda, a encarregada por receber os primeiros negros refugiados na Cerca Real dos Macacos (Cisne; Anael, 2022, p. 08).

Logo, ao contextualizarmos a obra com essas personalidades que marcaram a luta contra a escravidão, podemos notar que a resistência ocorreu de diversas formas, seja através dos embates, da fuga, das revoltas, ou, até mesmo, da literatura, pois a obra *Úrsula* representa também um movimento de resistência diante deste período sombrio da história do Brasil.

Nessa perspectiva, ao explorar o tema da escravidão, a narrativa contribui para uma compreensão das complexidades culturais e sociais que moldam a identidade brasileira, rompendo com as narrativas tradicionais, promovendo a igualdade e conferindo uma riqueza de detalhes que vai além da superfície literária.

Isildinha Baptista Nogueira fala que “A escravidão existente no Brasil faz parte do passado e do presente, já que se inscreve em nossas religiões mestiças, em nossos costumes e preconceitos” (Nogueira, 2021, p. 55). Dessa forma, a escravidão não pode ser vista apenas como um evento histórico do passado, pois suas marcas são perceptíveis na sociedade contemporânea, principalmente através da discriminação e do racismo que marcam a vida de muitas pessoas afrodescendentes.

Diante disso, podemos perceber que a memória ancestral é reconstruída não só através dos personagens, mas também por meio do enredo que compõe a obra, tanto ao destacar tradições, costumes e saberes dos povos africanos, quanto ao denunciar o sistema escravocrata e a exploração do homem e da mulher negra.

#### 4.3. O DISCURSO COM TEMÁTICA ANTIESCRAVAGISTA E ANCESTRALIDADE

Este subtópico discute sobre o discurso antiescravagista e a ancestralidade na obra *Úrsula*, que podem ser observados por intermédio das personagens negras Susana e Túlio. Nele, é analisada a tessitura memorialística dessa narrativa, que revela um olhar a partir da ancestralidade e do período escravagista. Dessa forma, no desenvolvimento deste subtópico, direcionamos aos seguintes temas: a temática antiescravagista e a memória ancestral na narrativa.

A temática antiescravagista e ancestral na obra *Úrsula* emerge quando a escritora incorpora memórias da cultura africana de maneira rica e significativa através de personagens singulares. Algemira de Macêdo Mendes afirma que:

*Úrsula* foge a estereotipia usual em relação a forma como o negro é tratado na literatura brasileira. A autora adota posicionamento explicitamente anti-escravagista, diferente de Joaquim Manuel de Macedo, em *As vítimas algozes*, [...] *Úrsula* não tem a pretensão de ser uma bula abolicionista, mas em se tratando de uma literatura emergente (Mendes, 2022, p. 100).

Conforme Mendes (2022), Maria Firmina se posiciona assertivamente ao retratar o negro sobre uma perspectiva que difere dos estereótipos usados por outras produções literárias. Apesar disso, a obra não pode ser vista como abolicionista, visto que este termo veio muito depois da sua publicação.

Régia Agostinho da Silva, em sua tese, aborda a diferença das narrativas *Úrsula* e *A escrava*. A historiadora aponta que:

Ao compararmos *Úrsula* e *A escrava* percebemos claramente uma mudança no olhar sobre a questão cativa: se em *Úrsula* a defesa do antiescravismo estava no humanitarismo e na religião católica, em *A escrava* as questões de progresso, civilização, raça e economia já são adicionadas à questão humanitária. Isso nos mostra que Firmina não estava alheia às mudanças que vinham ocorrendo no país afora e na província em relação à questão dos cativos e que incorporou estes discursos para fortalecer seus argumentos antiescravistas (Silva, 2013, p. 11).

Silva (2013) reflete sobre as mudanças de perspectivas entre as obras *Úrsula* e *A escrava*, pois, em *A escrava*, Maria Firmina dos Reis adiciona questões como progresso, civilização, raça e economia, para fortalecer sua visão antiescravagista.

No Brasil, o século XIX é marcado por ideologias pertinentes ao seu tempo, porem vista com errôneas atualmente, quanto à questão da escravidão. Essas visões

relegaram aos colonizados uma posição de inferioridade. Mendes (2022, p. 100) fala que “A ideologia dos escravocratas os faziam acreditar, sempre subestimando a capacidade da raça africana”. A história dos povos negros foi apagada e distorcida pelos colonizadores que jugaram a sabedoria e a cultura africana, traçando-os como menores. Nesta perspectiva, destaca-se a importância em preservar e homenagear a cultura dos africanos, além de recontar a verdadeira história dos nossos ancestrais, na qual a sua vida não se limita à situação de escravizados.

Na obra, podemos perceber o posicionamento da escrita de Maria Firmina ao representar as personagens negras (Susana e Túlio) como detentoras de sentimentalismo e cujas narrativas trazem o discurso antiescravagista, como pode ser verificado no seguinte fragmento: “o mísero ligava-se á odiosa cadeia da escravidão; [...] se revoltava; porque se lhe erguia como barreira- o poder do forte contra o fraco!” (Reis, 2018, p. 54).

Ao analisarmos a obra, percebemos como Maria Firmina dos Reis utiliza elementos memorialísticos da cultura africana para enriquecer a narrativa e reafirmar a identidade dos personagens. Tais elementos podem ser observados nas lembranças da personagem Susana ao lembrar sua vida na África: “Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor” (Reis, 2018, p. 121). Nesse fragmento, percebemos o elo da personagem com sua terra natal por meio da lembrança.

É possível observar que Susana ainda guarda traços da identidade africana, mesmo após anos longe da sua terra natal e de ser obrigada a negar a sua cultura, pois a negação da identidade africana era uma das formas dos colonizadores imporem seu domínio sobre o escravizado. Sálua Ribeiro, em sua tese de doutorado intitulada *Por uma literatura afro-brasileira: Memória, subjetividade, afetividade e maternidade na obra de Maria Firmina dos Reis*, fala sobre a negação da cultura africana. Conforme a autora, “a primeira estratégia colonial consistia em impor aos negros a troca dos seus nomes, geralmente por nomes cristãos” (Ribeiro, 2022, p. 71). Isso ocorria porque o nome carrega consigo a identidade, afetividade e também a ancestralidade dos indivíduos.

Quando o colonizador criou uma nova identidade para os escravizados, acabou interferindo em sua subjetividade, pois a troca de nomes representa uma ruptura com sua cultura e sua ancestralidade. Essa prática, além de negar a cultura africana, criou

sujeitos com uma identidade fragmentada, já que estes tiveram que apagar os traços da sua vida passada.

Em *Úrsula*, o ato de lembrar representa uma forma da personagem Susana resistir ao cárcere, pois, segundo Vaz (2014, p. 8), " a memória evocada da África e dos africanos era a maneira de subverter este lugar de vítima de uma prática cruel como a escravidão e se tornar um ser ativo, um ser histórico". Neste sentido, a rememoração da personagem desconstrói o discurso colonial de que os africanos eram povos sem memória.

Outro aspecto memorialístico da ancestralidade negra está ligado ao comércio transatlântico de escravos e ao colonialismo, pois tais fenômenos tiveram impactos profundos nas sociedades africanas e na vida da população escravizada que foram raptados, despatriados e obrigados a trabalharem exaustivamente. Na obra, é possível notar que, para fugir dessa triste realidade, muitos escravizados acabavam recorrendo ao uso excessivo do álcool e do tabaco, como, por exemplo, o personagem Antero, que era capataz, responsável pelo cativeiro de Fernando P., tio de Úrsula. A descrição de Antero na obra era de " um escravo velho, que guardava a casa, e cujo o maior defeito era a afeição que tinha a todas as bebidas alcoolizadas." (Reis, 2018, p. 187). Em *Úrsula*, o vício em bebida alcoólica era uma forma de Antero sobreviver em meio às condições da escravidão.

Diante dessa realidade, muitos escravizados criaram formas de resistir e sobreviver à exploração. Segundo Pereira (2006, p. 180), "dependendo das circunstâncias em que se podia se encontrar, tomou atitudes que negam a sua coisificação pretendida e, por isso, aquela parte pôde configurar espaços de barganha demarcando territórios próprios". Neste sentido, uma das formas dos escravizados negarem sua coisificação era por meio da fuga, das rebeliões e, até mesmo, do suicídio.

Outro traço da memória e da ancestralidade pode ser verificado quando Antero rememora sua vida na África. O personagem destaca que "Na minha terra há um dia em cada semana, que se dedica a festa do fetiche, e nesse dia, como não se trabalha, a gente diverte-se, brinca, e bebe" (Reis, 2018, p. 189). Nesse fragmento, notamos que Antero rememora uma festa tradicional de seus ancestrais.

Vanda Fortuna Serafim, em seu trabalho *Dar de comer ao Santo': as festas religiosas afro-brasileiras sob o olhar de Nina Rodrigues*, fala sobre o fetiche.

a preparação do fetiche e a iniciação do seu possuidor. Na primeira o pai de terreiro põe sua experiência e perícia para preparar o fetiche do santo, depois o iniciado prepara o enxoval do santo e reserva suas economias para a grande festa de iniciação (Serafim, 2015, p. 6).

O fetiche é uma festa religiosa de matriz africana. No fragmento acima, Serafim (2015) destaca como ocorre a festividade, revelando que essa tradição ainda faz parte da cultura da população afro-brasileira. Diante disso, Maria Firmina dos Reis mergulha de maneira profunda na questão da ancestralidade africana, enfatizando a rememoração da terra África e as lembranças do cotidiano, da cultura e religião destes povos.

A autora registra, não apenas, os aspectos físicos da escravidão, mas também explora suas implicações emocionais, sociais, culturais e religiosas, revelando a complexidade e a desumanidade desse período histórico e as riquezas da ancestralidade africana.

Maria Firmina dos Reis explora, também, a situação das mulheres escravizadas, destacando suas vulnerabilidades e as explorações a que elas eram submetidas, como é o caso da personagem Susana e da mãe de Túlio. A autora trata da temática da maternidade da mulher escravizada, criticando a separação entre mãe e filho.

Na obra, as personagens femininas personificam uma memória de luta e sofrimento específicos das mulheres negras, desde a objetificação até a resistência silenciosa. Podemos observar está resistência no trecho em que Susana é levada pelos capatazes do comendador Fernando P. por não saber o paradeiro de Úrsula: “Foge, Susana! - Fugir? Não, meu senhor. Não sabeis que estou inocente?” (Reis, 2018, p. 172). Esse trecho mostra o momento em que o feitor, farto das atrocidades do senhor, pede para que Susana fuja de Fernando P. com medo do que resultaria a punição prometida pelo bárbaro. Mesmo não fugindo, Susana resiste ao ficar e encarar a punição.

A mãe de Túlio é apresentada como uma personagem que sofre as condições do período escravocrata, pois foi vendida para quitar as contas que a mãe de Úrsula tinha, mas também era vista como objeto de desejo de Fernando P., como podemos vislumbrar no trecho: “e talvez fosse ela mesma uma das coisas que mais o interessava.” (Reis, 2018, p. 159). A personagem acaba se vendo obrigada a deixar o filho pequeno por não ter outra opção, como podemos verificar no seguinte fragmento:

"Quando ela se viu obrigada a deixar-me, recomendou-me entre soluços aos cuidados da velha Susana, aquela pobre africana, que vistes em casa de minha senhora, e que é a única escrava que lhe resta hoje!" (Reis, 2018, p. 159).

Esse enfoque às mulheres permite uma abordagem ampla da escravização das cativas, mostrando que elas não eram passivas às atrocidades impostas pela sociedade escravocrata, mas eram obrigadas a se resignarem nas decisões de seus senhores. Elizabeth Sousa Abrantes e Francinete Poncadilha Pereira falam sobre a situação dessas mulheres cativas, segundo os autores:

Tinha ainda o agravante da atividade exploratória como ama de leite que em muitos casos levavam a separação das escravas dos seus filhos, tornando assim incerto o futuro dos filhos das escravas. No entanto, as cativas não aceitavam de forma passiva esse jugo de exploração imposto pela escravidão e buscavam todos os mecanismos para mudar essa situação de cativo (Abrantes; Pereira, 2016, p. 20 - 21).

Dessa forma, além da separação dos filhos, as cativas eram exploradas como amas de leite, cuidando e amamentando os filhos dos seus senhores ao invés de dedicarem tempo aos seus próprios filhos. Assim, além de terem seus corpos violados, as mulheres escravizadas não podiam dedicar-se a seus próprios filhos, que acabavam tendo um futuro incerto.

Nessa direção, *Úrsula* transcende a mera denúncia dos abusos físicos ao examinar as implicações psicológicas e emocionais da escravização, a separação familiar, a perda de identidade e a constante ameaça à liberdade. A autora dá voz aos sentimentos e pensamentos dos escravizados, humanizando-os e desafiando a despersonalização imposta pelo sistema escravista.

A obra também aborda a resistência e a busca pela liberdade, destacando a resiliência dos escravizados diante das adversidades. Personagens como Susana e Túlio representam a persistência e a coragem dos que, mesmo sob condições desumanas, resistiam em busca de autonomia e dignidade. A obra *Úrsula* consegue rememorar aspectos da história dos povos africanos que haviam sido silenciados e relegados ao esquecimento, principalmente questões como a diáspora, o cativo, a ancestralidade, entre outros.

O processo de esquecimento era uma forma dos senhores de escravos manterem seu domínio sobre os cativos e isso ocorria desde o momento do traslado por intermédio dos navios negreiros. A princípio, os escravizados eram separados de

seus entes queridos como tática dominante ou por precaver uma possível rebelião, mantendo-os afastados dos laços familiares e daqueles que falavam a mesma língua. Antes de cruzar o Atlântico, os escravos eram obrigados a realizar um ritual em torno de uma árvore chamada Baobá<sup>22</sup>. Florentina Souza, em *Memória e performance nas culturas afro-brasileiras*, discute sobre este ritual:

A história das culturas afrodescendentes é tradicionalmente marcada por embates e discussões que envolvem reflexões sobre a temática da memória, da história, da identidade e dos desempenhos. Este debate tem seus marcos originais na história do tráfico e na existência de um ritual que envolvia circular em torno da "árvore do esquecimento" para garantir imunidade ao "banzo" e, principalmente, o apagamento dos nomes e das tradições culturais daqueles que seriam embarcados à força para diáspora. Assim, as várias tradições culturais africanas da diáspora sempre lidaram com esforços individuais e coletivos de guarda e preservação, reconstituição e reorganização de pedaços, narrativas, cânticos e performances, tecidos e traços, plantas e costumes, entre outras bagagens que, com os corpos e almas, atravessaram o Atlântico (Souza, 2007, p. 30-31).

Souza (2007) menciona que os indivíduos circulavam em torno da "árvore do esquecimento" para tentar garantir imunidade contra o "banzo" e para apagar seus nomes e tradições culturais antes de serem levados à força para a diáspora africana. Assim, se davam os esforços contínuos das comunidades afrodescendentes para preservar e reconstruir suas tradições culturais mesmo após a diáspora forçada.

Além do ritual de contornar a "Árvore Esquecida", após chegarem a seus destinos, os escravizados eram obrigados a "apagar" suas memórias passadas, pois os colonizadores não se preocuparam em manter as famílias unidas ou as hierarquias africanas, e usavam da separação familiar dos escravizados para impor a escravização e o apagamento da cultura e da identidade africana.

Com isso, a história das representações negativas construídas sobre os negros ao longo do tempo está enraizada no imaginário social do colonizador. Tais táticas possuem o objetivo de fazer com que os negros esqueçam suas histórias de luta e libertação, uma vez que os colonizadores menosprezavam os povos escravizados,

---

<sup>22</sup>De acordo com o artigo: *Uma etnografia dos significados da Louvação a Baobá: Sentidos da África no Brasil* de Francisco Carlos de Lucena, O baobá é uma árvore de grande porte advinda das estepes africanas e regiões semiáridas de Madagascar. O seu nome científico é *Adansônia digitata*. Esta árvore pode atingir até trinta metros de altura e possui a capacidade de armazenar, em seu caule gigante, aproximadamente 120.000 litros de água. Em países como o Senegal, o baobá é considerado sagrado, inspirando poesias, ritos e lendas. Geralmente, o baobá floresce durante uma única noite, entre os meses de maio a agosto. Antes de 1500, o baobá não existia na floresta brasileira. Existem várias hipóteses para sua presença no Brasil. Uma delas é que tal árvore foi trazida para o Brasil através dos escravos africanos. A imagem da Árvore Baobá, se encontra no anexo da figura 01.

distanciando-os da sua origem e cultura na tentativa do embranquecimento e de impor suas religiões.

Assim, a memória africana na historiografia é compreendida por visões inicialmente racistas a partir da percepção dos europeus, que se baseavam em relatos de viajantes europeus que retratavam o continente africano como habitado por pessoas grotescas e selvagens, desprovidas de organização social e consideradas sem histórias. Desse modo, essa visão depreciativa contribuiu para a perpetuação de estereótipos negativos sobre as sociedades africanas.

Assim, Cintia Santos Diallo e Claudia Araújo de Lima, no artigo: *Revisitando a historiografia africana: subsídios para a disciplina História da África nas licenciaturas*. (2020), asseveram que:

Ao observar as linhas que delineiam a historiografia africana, é possível identificar os seguintes contornos: (i) a historiografia racista, baseada em grande parte nos relatos de viajantes, nos quais o continente Africano era um lugar habitado por elementos grotescos e selvagens que desconheciam qualquer forma de organização social e a-histórica; (ii) a historiografia colonial, elaborada por pesquisadores europeus, na qual permanece a negação da história das sociedades africanas, e, por consequência as narrativas históricas são construídas a partir das realizações dos conquistadores. Cabe, contudo, salientar que, paralelamente a esta corrente historiográfica, um grupo de pesquisadores ocidentais das ciências humanas (antropólogos, geógrafos, linguistas e historiadores) produziram trabalhos acadêmicos sobre o continente africano, nos quais procuram se distanciar do modelo colonial de produção historiográfica, ao buscar compreender as sociedades africanas a partir de suas próprias dinâmicas; (iii) por último, porém não menos importante, a nova historiografia africana, que emerge sob campo de tensões políticas, sociais e econômicas, geradas pelo fim da Segunda Guerra Mundial e pelos movimentos nacionalistas de libertação (Diallo; Lima, 2020, p. 03).

Em suma, Diallo e Lima (2020) destacam as diferentes abordagens adotadas na escrita da história africana ao longo do tempo, desde visões racistas e colonialistas até enfoques mais reflexivos e contextualizados, lideradas por historiadores africanos e pesquisadores ocidentais comprometidos com uma compreensão mais justa e completa da história do continente africano.

Dessa maneira, o que pode ser interpretado sobre a historiografia, correlacionando com Martins (2007), é que a “historiografia pretende ser a produtora da apropriação correta (adequada) do passado com base nos indícios e dados de que disponha, mediante procedimentos metódicos controláveis” (Martins, 2007, p. 42-43). Assim, a própria construção da historiografia, ou da memória, não pode ser realizada

sem uma relação entre a memória dos indivíduos envolvidos no fato histórico e os agentes responsáveis por distanciarem-se historicamente dele.

Assim, é possível afirmar que, em *Úrsula*, a construção da memória ancestral tem em sua gênese na subjetividade das personagens e na reluta em arquivar uma memória traumática que foi apagada dos registros históricos, como, por exemplo, o traslado no navio negreiro, que é rememorado pela personagem Susana:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida, passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras Para caber a mercadoria humana no porão, fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água (Reis, 2018, p. 122).

A narrativa descreve as condições insalubres dos navios e a desumanização dos escravizados, que foram amarrados e acorrentados como animais, tratados como meras mercadorias e impedidos de se revoltarem contra sua condição de escravidão. A personagem descreve, com riqueza de detalhes, todas as mazelas que acometia os escravizados dentro do navio, fala da escassez de água potável, de alimentos e da morte de seus companheiros devido à desidratação, a fome e más condições de saúde.

A obra mostra uma visão angustiante da brutalidade e da crueldade da escravidão transatlântica, ilustrando as condições desumanas enfrentadas pelos escravos durante a travessia.

Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!  
Muitos não deixavam chegar esse último extremo – davam-se à morte. Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozejar. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que esaldou-nos e veio dar a morte aos cabeças do motim. A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foi sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades (Reis, 2018, p. 122).

Nesse trecho, é possível vislumbrar a rememoração do sofrimento e dos horrores do traslado dos escravizados, pois Susana consegue descrever,

detalhadamente, esse evento traumático da história ancestral da população afro-brasileira. O traslado transatlântico levou muitas pessoas à morte, seja pelas péssimas condições sanitárias dos navios, que faziam com que muitos contraíssem doenças, ou, até mesmo, pelo suicídio.

Na obra, podemos perceber como os africanos viam e entendiam a morte, que, segundo sua cultura, era uma forma de encontrar seus ancestrais. A própria Susana mostra essa percepção ao relatar o seu desespero em alto mar: “Não sei ainda como resisti- é que Deus quis poupar-me para provar a paciência de sua serva com novos tormentos que aqui me aguardavam” (Reis, 2018, p. 123). Nesse fragmento, notamos que a personagem tinha consciência da morte e que, por mais trágica que fosse, seria para acalentá-la, libertá-la das atrocidades da escravidão e fazê-la esquecer toda história traumática que viveu nesse percurso.

A percepção da morte no contexto africano é profundamente enraizada em uma perspectiva cultural e espiritual, divergindo significativamente de muitas outras culturas ao redor do mundo, como a cultura europeia. No continente africano, a morte não é encarada como um fim absoluto, mas, sim, como uma transição para outro plano de existência.

Segundo bell hooks (2019, p. 268): “Antigamente, indígenas, africanos e afro-americanos “acreditavam que os mortos permaneciam entre nós, para que não os esquecêssemos”. Essa compreensão da morte está fortemente entrelaçada com as crenças religiosas e com os valores tradicionais.

Em muitas culturas africanas, a morte é vista como parte integrante do ciclo natural da vida. No livro *Filosofias africanas*, Nei Lopes e Luiz Antonio Simas falam que os africanos acreditam em uma existência além desta vida terrena e a morte é considerada como uma passagem para um mundo espiritual.

Assim, cultuando seus ancestrais, os Banto não estão prestando culto à morte e, sim, venerando a energia geneticamente fortalecida entre os mortos e os vivos; o que mantém perfeitamente viva a história biogenética da comunidade. O morto representa uma realidade física e espiritual, presente tanto no passado quanto no presente, entre os vivos no processo de moldagem da direção de nossa realidade física e espiritual e de nossa presença no futuro. Como diz um provérbio congolês, "os pássaros têm asas porque elas lhes foram passadas por outros pássaros". Eles voam porque continuam a praticar a arte de voar bem, a mesma praticada por seus ancestrais (Lopes; Simas, 2023, p. 36).

Essa visão espiritualizada da morte é, especialmente, evidente em sistemas de crenças, como o animismo<sup>23</sup>, onde acredita-se que os espíritos continuam a existir e desempenhar um papel ativo nas vidas dos vivos. Além disso, a morte no contexto africano, muitas vezes, é vista como um evento, envolvendo não apenas a família imediata, mas toda a comunidade. O apoio emocional e prático é estendido a todos os afetados e os rituais funerários desempenham um papel crucial na celebração da vida do falecido. Fábio Leite, no livro *A questão ancestral: África negra*, fala sobre o ritual da morte dos povos africanos. Para o autor:

A própria morte permite a transfiguração vital do homem natural-social (o pré-ancestral) no ancestral elaborado e configurado pela sociedade, com a qual manterá relações privilegiadas. Nesse sentido, as cerimônias funerárias - além da profunda revelação do humanismo negro-africano por elas expressado - podem ser consideradas como o derradeiro elemento vital constitutivo do homem, o qual é, através delas, novamente transfigurado, justamente em sua dimensão mais histórica, como o fora ao longo dos processos iniciáticos, porém desta feita em relação ao fim da existência terrestre. Não obstante a concretude da morte, a sociedade propõe, através do ancestral, a manifestação mais abrangente da vida (Leite, 2008, p. 117).

Dessa forma, esses rituais não são apenas uma despedida, mas uma forma de honrar o legado da pessoa, fortalecendo os laços da comunidade e garantindo uma transição adequada para o próximo estágio da existência. Alguns grupos étnicos africanos também acreditam na ancestralidade, onde os antepassados desempenham um papel ativo na vida cotidiana da comunidade.

Nesse contexto, a morte é considerada uma passagem para se juntar aos antepassados. Em *Úrsula*, podemos observar, na personagem Susana, o respeito à ancestralidade e à crença na morte como sendo uma forma de encontrar seus antepassados, no momento da punição, quando ela olha para o céu na espera da morte: “Susana ouviu tudo isso com a cabeça baixa; depois ergueu-a, fitou os céus, onde a aurora começava a pintar-se como se intentasse dar à luz seu derradeiro adeus” (Reis, 2018, p. 177).

É importante ressaltar que há uma diversidade de culturas e tradições dentro do continente africano e as percepções da morte podem variar significativamente

---

<sup>23</sup> Silvio Ruiz Paradiso em *O Realismo Animista e a Literatura Africanas: Gênese e Percursos*. Analisa o termo animismo, por teorias de Sir Edward B. Tylor, que definiu o animismo como uma crença geral, em que todas as coisas teriam alma, e Freud (2013) que “o animismo é um sistema de pensamento, ele não só explica um fenômeno particular, mas permite compreender o mundo como unidade, a partir de um ponto” (Freud, 2013, p. 76), e esse ponto em comum é a crença no “anima” resumidamente se tratar de um modo filosófico de ver o mundo.

entre diferentes grupos étnicos. No entanto, a ideia central de que a morte não é o fim, mas, sim, uma transformação espiritual e comunitária, é um elemento comum em muitas culturas africanas.

Nessa perspectiva, a visão africana da morte transcende a perspectiva ocidental, incorporando uma compreensão espiritual e coletiva que destaca a continuidade da existência para além do plano terreno. Essa abordagem oferece uma rica cultura que valoriza a vida, a comunidade e a conexão com o sagrado, proporcionando uma perspectiva única sobre um dos aspectos mais universais da experiência humana. Michael Foucault discorre sobre a relação entre o corpo humano e a experiência humana, destacando-o como um local onde eventos passados deixam marcas e onde surgem desejos, fraquezas e erros. O autor fala que:

[...] sobre o corpo que se encontra o estigma dos acontecimentos passados, do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito. O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos [...], lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização (Foucault, 1993, p. 22).

Como podemos observar nas palavras de Foucault (1993), o corpo carrega os acontecimentos passados, isso sugere que o corpo humano leva consigo marcas físicas e emocionais de eventos passados, como traumas, experiências vividas e memórias. O filósofo destaca também que os desejos, as fraquezas e os erros têm origem no corpo humano e podem se manifestar de forma abrupta e espontânea através dele. Foucault (1993) descreve o corpo como um local onde eventos e experiências são inscritos, mas também como um espaço onde a noção de identidade pessoal (Eu) se dissolve, pois não há uma unidade substancial ou fixa. Em vez disso, o corpo é visto como um volume em constante fragmentação e transformação.

Conforme a perspectiva de Foucault (1993), é crucial associar o corpo e alma ao processo de construção da identidade histórica do indivíduo, reconhecendo sua independência e as influências das forças sociais e discursivas sobre eles. Nessa dinâmica, corpo e alma estão submetidos a múltiplos processos de constituição histórica, pois o corpo é visto como o local onde os poderes e saberes se manifestam e inscrevem no mundo, e a alma surge como instrumento de atuação dos poderes/saberes sobre o corpo. Dessa forma, o corpo e alma são vistos como

elementos múltiplos sobre o foco da subjetivação, ou seja, contribuem para a formação da identidade individual e para a identidade histórica.

Outro ponto analisado em *Úrsula* refere-se ao enfoque dado à escravidão, pois, a partir da obra, podemos compreender de forma mais aprofundada e contextualizada o passado escravista, além do mais, a obra diferencia-se por dá voz aos personagens escravizados para que estes construam suas próprias narrativas. Nessa direção, Marcos Ferreira de Andrade corrobora, ressaltando que:

No campo dos estudos sobre a escravidão, há muitas aproximações com a literatura para se compreender o passado escravista. Não se trata somente de escritores de romances históricos ou de obras que remontam às memórias ligadas ao cativo, mas especialmente daqueles que escreveram suas prosas e seus versos no contexto no qual estavam inseridos. Constituem exemplos desse tipo de análise as interpretações que têm sido feitas sobre as obras de Machado de Assis, além de outros nomes da literatura brasileira e estrangeira (Andrade, 2021, p. 514).

Andrade (2021) evidencia a importância da literatura como uma ferramenta fundamental para entendermos o passado da escravidão. O autor destaca, também, que, dentro do campo dos estudos literários, o enfoque escravista não se limita apenas às memórias ligadas ao cativo, mas de textos que abordam esse tema contextualizado com a realidade de seus escritores como forma de lutar contra visões discriminatórias e eurocêntricas em relação à população afrodescendente.

Ademais, o resgate da memória ancestral é uma das principais características da obra *Úrsula*, pois o romance proporciona uma visão que supera a compreensão eurocêntrica ao oferecer uma perspectiva a partir da visão dos escravizados. Tal característica é vislumbrada tanto nas narrativas da personagem Susana quanto em Tulio.

A resignificação da memória ancestral é evidenciada quando as personagens tratam da diáspora, da cultura e, também, do seu desejo de liberdade, como podemos notar na passagem em que Túlio, quando rememora o canto de sua mãe, enfatiza a ideia de que a verdadeira liberdade reside na mente e na alma, e que, mesmo em situações de opressão física, é possível manter um sentido interno de liberdade e autonomia, como pode ser vislumbrado na seguinte fala de Túlio:

[...] Entretanto, este também era livre, livre como o pássaro, como o ar; porque no seu país não se é escravo. Ele escuta a nênia plangente de seu pai, escuta a canção sentida que cai dos lábios de sua mãe, e sente, como

eles, que é livre; porque a razão lhe diz, e a alma o compreende. Oh! A mente! Isso sim ninguém a pode escravizar! (Reis, 2018, p. 66).

Nesse fragmento, percebemos as concepções de escravidão, liberdade e a memória ancestral do personagem. Tulio expressa a ideia da liberdade interior, mesmo em meio à condição de escravidão física. Isso é ilustrado pela capacidade do jovem poder escutar a música, sentir as emoções, lembrar de seus ancestrais e entender que é livre em um sentido mais profundo. A liberdade é comparada à liberdade do pássaro e do ar, símbolos de movimento e ausência de restrição, que remetem à ideia de que, mesmo aprisionados fisicamente, o indivíduo pode encontrar liberdade em seu próprio pensamento e alma.

De acordo com Jung (2018), a mente não surge do nada, mas emerge do inconsciente, trazendo consigo o que a define como natureza humana. Assim como a composição física e genética e a formação mental, é o resultado de uma longa série ancestral, na qual o conteúdo é constituído pela hereditariedade mental.

Ainda sobre o resgate ancestral no discurso de Tulio, ressalta-se a canção rememorada pelo personagem ao lembrar de sua mãe. Essa é a única memória feliz que o jovem tem da figura materna e da sua cultura. Lei Roi Jones fala que é possível que pessoas que estão fisicamente distantes se conectem pelo canto.

Uma canção afro-americana de trabalho poderia surgir com rapidez maior na escravidão do que qualquer outro tipo de canção, porque, embora o indivíduo que a cantasse não estivesse mais trabalhando para si próprio, a maioria dos ímpetus físicos que propiciavam aquele tipo de canto ainda se encontravam presentes (Jones, 1967, p. 26-27).

Jones (1967) fala da origem e o desenvolvimento das canções de trabalho dos escravizados. De acordo com o autor, essas canções eram cantadas pelos escravos enquanto trabalhavam nos campos, nas plantações e em outras atividades laborais. Na obra *Úrsula (1859)*, quando falamos da importância da canção, podemos refletir que, ao rememorar a canção, Túlio sentia a presença de sua mãe. Martins (2021, p. 155) fala de um dos aspectos importante da canção Africana, dentre eles, o “uso de narrativas em letras de canções, provérbios etc.”, e que estas canções constituíam o principal meio de educar: “A sabedoria e conhecimento dos mais velhos eram transmitidos aos mais novos” (Martins, 2021, p.156).

A música possuía diversas funcionalidades, dentre elas, educativa, pois eram utilizadas na educação africana, na transmissão da tradição de costumes ancestrais e nos trabalhos. Segundo Leda Maria Martins:

Canções utilizadas pelos moços para influenciar as moças (na corte, no desafio, no desdém), canções utilizadas pelos trabalhadores para facilitar suas tarefas, canções usadas pelos mais velhos a fim de preparar os adolescentes para a virilidade, e assim por diante[...]adoração aos deuses (Martins, 2021, p. 156-157).

Diante do exposto, é possível observar que a questão da canção desempenha diferentes papéis e funções dentro da sociedade africana, abrangendo desde influenciar relacionamentos, até rituais religiosos, pois algumas canções podem ser usadas como parte de rituais religiosos, expressando adoração e devoção aos deuses. A versatilidade das canções na sociedade africana mostra como elas desempenham diferentes funções e significados em contextos diversos, desde influenciar relacionamentos até transmitir ensinamentos culturais e religiosos.

Denise Santiago Figueiredo, em sua tese, fala exatamente sobre a importância da música, pois, segundo a autora, rompem com o esquecimento da cultura dos povos, pois:

A música estabelece contato direto com a memória e, para ter memória, povos diversos criaram músicas. No início da civilização, os principais saberes de diferentes culturas atravessavam gerações por meio da tradição oral e essa dependia da memória (Santiago, 2022, p. 134).

A música é, dessa maneira, um dos meios para transmissão de conhecimento, principalmente porque a maioria dos povos africanos não dominavam a escrita e a música era uma forma de arquivar e oralizar seus conhecimentos. Santiago (2022) destaca a importância da música como meio de preservação da memória e transmissão cultural ao longo da história das civilizações. Para a autora, a música tem a capacidade de estabelecer um contato direto com a memória das pessoas e pode evocar lembranças e experiências passadas.

Dessa forma, a música serviu como um veículo para preservar a identidade e a herança cultural de diferentes comunidades ao longo do tempo. A tradição oral dependia fortemente da memória das pessoas para preservar e transmitir informações importantes, desse modo, a música desempenhava um papel significativo nesse processo. Ao falar da importância da oralidade para cultura africana, bell hooks

destaca que as histórias dos ancestrais africanos eram compartilhadas por testemunhos orais. Segundo a autora:

Antes da migração em massa para o norte urbanizado, antes da integração racial, muito da história afro-americana, especialmente histórias de família (reconhecimento ancestral), era compartilhado por testemunhos orais e histórias contadas pelos anciãos que frequentemente não sabiam ler nem escrever. Esses idosos mantinham vivas as memórias e os laços com as culturas indígenas. Tinham orgulho dessas conexões. Ainda que esse orgulho às vezes fosse evocado para mascarar a vergonha sentida da herança africana, da negritude, essa contradição não altera a realidade de que os dois grupos se misturaram (hooks, 2019, p. 280).

Nessa perspectiva, hooks (2019) fala da importância da transmissão oral para a conservação das histórias e das culturas afros, especialmente as histórias de família, pois envolvem a ancestralidade. Graças à tradição oral, muitas histórias conseguiram sobreviver à ação do tempo, pois, nas comunidades afros, a maioria dos anciãos não era alfabetizada e a oralidade era a forma que eles usavam para difundir seus conhecimentos.

Além dos aspectos culturais, dentro do discurso de Túlio, é possível perceber, também a presença de memórias traumáticas, codificada pela separação entre o personagem Túlio e sua mãe, como podemos perceber no fragmento: "Bem pequeno era eu – continuou Túlio após uma pausa entrecortada de soluços –; mas chorei um pranto bem sentido por vê-la se partir de mim, e só comecei a consolar-me" (Reis, 2018, p.159). Nessa parte, podemos evidenciar que a experiência da separação rompeu com os laços físicos existentes entre mãe e filho, mas Túlio ainda carrega consigo os laços ancestrais, seja pela música, ou seja pelo trauma da partida de sua mãe.

Dessa forma, ao analisarmos as narrativas das personagens Susana e Túlio, podemos perceber que *Úrsula* é dotada de memória ancestral e que a narrativa rompe com estereótipos difundidos ao longo dos anos sobre a cultura e sobre a população afro-brasileira.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A premissa desta dissertação foi discutir sobre a memória ancestral na obra *Úrsula* (1859), a qual reflete a identidade ancestral da sociedade afro-brasileira e africana. Desse modo, a pesquisa parte do pressuposto da interseccionalidade referente ao período escravocrata e a ancestralidade dos povos escravizados. A obra nos faz refletir esses diálogos memorialísticos das personagens negras, que nos remetem ao período escravagista, e os estereótipos imaginários dos colonizadores aos corpos negros.

Nessa linha de sentido, o presente estudo explorou a obra *Úrsula* por meio das personagens negras da trama, evidenciando a Preta Susana e Túlio, que foram analisados na perspectiva da memória ancestral, histórica. Foi observado que as falas das personagens remontam à cultura africana e à ancestralidade de seu povo, demonstrando que suas vivências são construídas por narrativas memorialísticas da travessia, que remetem às condições dos escravizados no navio negreiro e à memória ancestral dos povos africanos.

Assim, na fala de Túlio, percebemos o poder da ancestralidade na canção sentida da sua mãe e, através da personagem Susana, a rememoração à terra África. Nos outros personagens negros da trama é retratada a condição dos escravizados e o elo de pertencimento da cultura africana. Evidenciamos, com isso, que, mesmo com a representação secundária das personagens negras na obra, percebemos a representação significativa da autora ao traçar as caracterizações das personagens escravizadas em que Susana e Túlio são caracterizados positivamente como detentores de sensibilidade, caráter, além de serem humanizados, o que não era comum aos personagens negros serem caracterizados com estes adjetivos na literatura brasileira, principalmente no século XIX.

Segundo Brookshaw (1983, p. 10), no livro *Raça e cor na literatura brasileira*, os estereótipos “[...] congelam a personalidade, apagam a individualidade, dotando o receptor com características que se adaptam ao ponto de vista à priori do percebedor em relação à classe social ou étnica, ou, ainda, à categoria sexual de sua vítima”. Essa fala refere-se ao apagamento da personalidade dos escravizados pelo colonizador, que usa do embranquecimento e da imposição de sua cultura e modo de viver aos escravizados.

No universo literário da obra de Maria Firmina dos Reis, as vozes das personagens escravizadas ressoam como testemunhos eloquentes de uma memória ancestral que foi frequentemente silenciada e marginalizada. Nesse contexto, as falas e reflexões, e a caracterização desses personagens revelam nuances ricas da memória coletiva e da herança cultural e ancestral que moldaram suas identidades, mesmo em meio às adversidades do cativeiro.

A memória das personagens escravizadas é uma importante construção representativa da sua identidade tanto cultural quanto social. Na obra *Úrsula*, ao examinarmos as falas das personagens escravizadas, uma verdade inegável se torna evidente: a memória ancestral transcende as correntes físicas da escravidão, sendo uma forma de resistência do povo escravizado e de se ligarem à história de pertencimento dos seus antepassados.

Por meio de diálogos e da rememoração das personagens escravizadas que emergem como portadores de histórias enraizadas em sua herança cultural, suas narrativas relembram rituais e conexões com suas raízes, tornando-se uma resistência poderosa contra a tentativa de desligamento cultural imposto pelo sistema escravista.

No entanto, ao adentrarmos nessas falas, somos confrontados com o peso da herança traumática que também é transmitida de geração em geração. As lembranças das brutalidades da escravidão, da separação de entes queridos e das injustiças infligidas são articuladas com uma profundidade que ecoa o sofrimento acumulado ao longo do tempo. Essas memórias dolorosas não ecoam apenas na psique dos personagens, mas também se delineiam como complexidades da identidade negra contemporânea.

Ao observarmos as características ancestrais presentes nas falas dos personagens, foi possível verificar que os mesmos rememoram suas memórias e vivências da cultura africana mediante a canção, religiosidade e, principalmente, por meio da memória da travessia. É vital notar que, através dessas falas, Maria Firmina dos Reis nos conduz a uma reflexão da importância das temáticas da ancestralidade, de conhecer o período escravocrata e as condições dos escravizados.

Visto que esta dissertação remete à riqueza das falas das personagens escravizadas na obra *Úrsula* e ao analisamos as características, estereótipos, e as memórias dos mesmos, que abrangem a ancestralidade e a condição do período escravocrata, somos levados a considerar a importância da memória ancestral e do

período escravocrata, bem como suas manifestações traumáticas da história do povo negro e a influência da ancestralidade africana exercida na construção da identidade.

Maria Firmina dos Reis, em sua escrita precursora, deixa a necessidade de ouvir atentamente essas vozes para compreender plenamente a complexidade da experiência afrodescendente e valorizar a herança cultural que permanece viva, mesmo em meio às sombras da opressão. *Úrsula* não apenas retrata a escravização como um conjunto de práticas desumanas, mas também explora suas dimensões emocionais, sociais e culturais. Maria Firmina dos Reis, ao posicionar os oprimidos e ao desnudar as crueldades do sistema, contribui significativamente para a compreensão da complexidade desse período sombrio da história brasileira.

Com isso, em nossas considerações referentes à memória e à ancestralidade, percebemos que a obra é repleta de críticas à negligência histórica e à subjugação que essas vozes enfrentaram neste período escravocrata. Ao resgatar e incorporar suas perspectivas na trama, a autora, com sua escrita, deixa subentendido que a memória é um ato de resistência e uma ferramenta para a construção de uma identidade resiliente.

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, E. S.; PEREIRA, F. P. **Cotidiano e resistência de mulheres escravizadas no Maranhão oitocentista**. In: ABRANTES, E. S.; BARROSO, R. S. Jr. (org.) - São Luís: Eduema, 2016, p. 234.
- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, Editorial Jandaíra, 2022.
- ALENCAR, J. **Iracema**. hedra, 2006.
- ALENCAR, J. **O guarani**. Ateliê Editorial, 2000.
- ALVES, C. **O navio negreiro e outros poemas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.
- Amos-Wilson, P. "Realizando tarefas de Desenvolvimento de carreira: existem Diferenças relacionadas ao gênero?". *International Journal of Career Management*, Vol. 5, Nº 5, 1993. <https://doi.org/10.1108/EUM0000000003863>
- ANDRADE, M. F. de. "Contam que houve uma porção de enforcados. E as caveiras espetadas nos postes": literatura e oralidade na Revolta dos escravos de Carrancas (1833). **Revista Estudos Históricos**, v. 34, n. 74, 2021.
- ANDRETA, B. L.; ALÓS, A. P. A voz e a memória dos escravos: Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. **Revista Identidade!**, v. 18, n. 2, 2013.
- ARISTÓTELES. **On the soul – parva naturalia – on breath**. Harvard University Press Cambridge: Mass, 1986.
- BÂ, A. H. A tradição viva. In: **História geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 8, p. 167/212.
- BARTHES, Roland. **Introdução à análise estrutural da narrativa**. 2008, p. 19
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo, fatos e mitos**. São Paulo, Difusão Européia do livro, 4ª edição, 1970.
- BEZERRIL, B. I. A. " **Na orla cinzenta do horizonte**": o espaço ficcional de Maria Firmina dos Reis (1859-1917). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023.
- BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 54 ed. São Paulo: Cultrix Editorial, 2022.
- BRASIL. **Código Criminal do Império do Brasil**, art. 113. Recife: Typographia Universal, p. 48. Biblioteca Digital. Portal do senado Federal. Brasília (DF). Disponível em: <https://bit.ly/3FZKGRT>. Acesso em: 22 abr. 23.

BROOKSHAW, D. **Raça e cor na literatura Brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDIDO, A. *et al.* **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CAREW, J. O escritor e exílio caribenho. **Estudos Caribenhos**, v. 19, n. 1/2, pág. 111-132, 1894.

CARVALHO, F. M. de. Diáspora africana: travessia atlântica e identidades recriadas nos espaços coloniais. **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 11, n. 27, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/835>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020. 136 p.

CISNE, M; IANAEL, F. Vozes de resistência no Brasil Colonial: O protagonismo de mulheres negras. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 191-201, 2022.

COSTA, L. M. da. **A poética de Aristóteles**: Mímese e verossimilhança. São Paulo: Ática, 2011.

COLLINS, P, H.; COLLINS, S. B. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Fórum, 14, 1980, p. 538–54.

DIALLO, C. S.; LIMA, C. A. de. Revisitando a historiografia africana: subsídios para a disciplina História da África nas licenciaturas. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. 28, p. 265-288, Set. / Dez. 2020. ISSN 2175-6600. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9644>. Acesso em: 13dez.2023.

DUARTE, E. A. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da Ficção Afro- Brasileira. In: DUARTE, E. A. **Literatura, Política, Identidades**: Ensaios. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

EVARISTO, C. **Literatura negra**: uma poética de nossa afro-brasilidade. CRIPTA, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem, 2009.

EVARISTO, C. **Ponciá Vicêncio**. Host Publications. Inc, 2007.

EVARISTO, C. Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória. **Revista Releitura**, Belo Horizonte, Fundação Municipal de Cultura, novembro, nº 23, 2008

FIGUEIREDO, O. L. Zumbi: contrapontos da libertação do negro. **Espaços - Revista de Teologia e Cultura**, v. 3, n. 2, p. 133-143, 1995.

FREUD, S. Uma nota sobre o “bloco mágico”. In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. 19, Rio de Janeiro: Imago, 1925/1996. p. 253-262.

FREUD, S. **Totem e Tabu**: algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e a dos neuróticos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 11 ed., Rio: Graal, 1993.

GATO, M. **O massacre dos libertos**: sobre raça e república no Brasil (1888-1889). Editora Perspectiva SA, 2020.

GIRON, L. S.; RADÜNZ, R. Invisíveis: negros nas memórias dos brancos. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 4, n. 7, 2012.

GOMES, A. **Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil**. São Luís: AML, 2022.

GOMES, L. **Escravidão** - Volume 3: Da Independência do Brasil à Lei Áurea. Globo Livros, 2022.

GÓES, W. L. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Kehl. 2015.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

GUIMARÃES, B. **A escrava Isaura**. FTD Educação, 2015.

GUIMARÃES, G. **Leite do peito**. Maza Edições, 2001.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, S. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Lamparina, 2022.

HALL, S. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Nº. 24, 1996, p. 68-75.

HOOKS, b. **Olhares negros**: raça e representação. Editora Elefante, 2019.

JACINTO, C. P. S. Laços familiares e resistência escrava no Maranhão oitocentista. **O Maranhão e a escravidão moderna**. São Luís: EDUEMA, p. 71-87, 2016.

JESÚS, C. M. **Quarto de despejo**. Livraria Francisco Alves, 1960.

JONES, Le Roi. **O Jazz e sua Influência na Cultura Americana**. Tradução de Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro:Record,1967.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

Ki-Zerbo, J. **História geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 4.ed. – Brasília : UNESCO, Instituto Humanize, 2021.

LARA, S. H. "**O castigo exemplar**" em campos da violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEITE, F. R. R. **A questão ancestral: África negra**. São Paulo: Palas Athena/Casa das Áfricas, 2008.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. **TRÁFICO ATLÂNTICO, ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL**. Sankofa (São Paulo), São Paulo, Brasil, v. 10, n. 19, p. 64–82, 2017. DOI: 10.11606/issn.1983-6023.sank.2017.137196. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/137196>.. Acesso em: 4 jun. 2024.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOBO, L. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

LOPES, N.; SIMAS, L. A. **Filosofias africanas: uma introdução**. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 2023.

LUCENA, F. C. **Uma etnografia dos significados da Louvação a Baobá: Sentidos da África no Brasil**. Revista África e Africanidade, Ano.2-N.5,1-13,maio2009. Disponível em:[https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/ Uma\\_etnografia\\_dos\\_significados\\_da\\_Louvacao\\_a\\_Baoba.pdf](https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/Uma_etnografia_dos_significados_da_Louvacao_a_Baoba.pdf)

MACEDO, J. M. de. **As vítimas-algozes**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

MARTINS, E. C. de R. O enigma do passado: construção social da memória histórica. **Revista Textos de História**, v. 15, n. 1, p. 35-48, 2007.

MARTINS, L. M. **Afrografias da memória: o Reinado do Rosário no Jatobá**. Editora Perspectiva S/A, 2021.

Marra, L. **A narrativa de Maria Firmina dos Reis: nação e colonialidade**,2020,191 f., Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

MARANHÃO, Frei Francisco de Nossa senhora dos Prazeres. **Poranduba maranhense ou relação histórica da província do Maranhão**. 3. ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2012, p.163.

MENDES. A. M. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na História da literatura Brasileira: Representação, imagens e Memórias nos séculos XIX e XX**.

Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) – Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul, 2006.

MENDES. A. M. **A Escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente Brasileira**: Revisitando o cânone. Brasil Editora Malê:, 2022.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Corpo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)**: posse da história e colonialidade nacional confrontada. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Sob o signo do gótico**: o romance feminino no Brasil, século XIX. Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas, n. 10, p. 295-308, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Depoimento de Kabengele Munanga ao Museu da Pessoa**. São 2008<sup>a</sup>. Disponível Paulo: Casa das Áfricas, em:<<https://www.dailymotion.com/video/xaghm7>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2023<sup>a</sup>

MUNANGA, K. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, (62),2015,20-31. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i62p20-31>. Acesso : 04-01-2024.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina**: fragmentos de uma vida. São Luís: Gramada: Governador do Estado do Maranhão, 1975, p. 269.

NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. **O romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis**: estética e ideologia no Romantismo brasileiro. Avhandling. Faculdade de Letras da UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 2021.

OLIVEIRA, Eduardo David de. **A ancestralidade na encruzilhada**. Curitiba: Gráfica Popular, 2007.

OLIVEIRA, Julvan Moreira de. **Africanidades e educação**: ancestralidade, identidade e oralidade no pensamento de Kabengele Munanga. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PARADISO, S. R. O Realismo Animista e a Literatura Africanas: Gênese e Percursos. **Revista Interfaces**, v. 11, n. 02, p. 97-112, 2020.

PEREIRA, D. C. M. Literatura, lugar de memória. **Revista Solettras**, n. 28, 2014.

PEREIRA. Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**.Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo,2006.

PELINSON, F. **A Configuração e as significações da derrota da seleção brasileira de futebol nas narrativas do jornal o Globo durante as copas do mundo de 1950**

e 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicada - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, p. 448. 2021.

PIMENTA, R. W. S. *et al.* A Pedagogia da Ancestralidade no ensino de linguagem a partir da educação das relações étnico-raciais. **Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 9 (21): 159-172, setembro a dezembro de 2022. ISSN: 2358-5587

PROENÇA FILHO, D. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos Avançados**, v. 18, p. 161-193, 2004.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**: Romance original brasileiro. São Luís, MA: Tipografia do Progresso, 1859.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018.

REIS, Maria Firmina dos. **Cantos à beira-mar e Gupeva**. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017

REIS, M. F. dos. **Úrsula. A Escrava**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

REGIS, Fátima. **Memória e esquecimento na Grécia Antiga**: da complementaridade à contradição. *Logos*, v. 4, n. 2, p. 20-24, 1997.

RIBEIRO, S. F. *et al.* **Por uma literatura afro-brasileira**: Memória, subjetividade, afetividade e maternidade na obra de Maria Firmina dos Reis. 2022. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37936>

RICOEUR, P. **O si-mesmo como um outro**. Tradução de Luci Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

SANTOS. S. M. P. **Literatura e memória entre os labirintos da cidade**: representações na poética de Ferreira Gullar e H. Dobal. 2013. 182 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Recife, 2013.

SANTOS, V. Técnicas da Tortura: Punições e castigos de escravos no Brasil escravista. **Enciclopédia Biosfera**, [S. l.], v. 9, n. 16, 2013. Disponível em: <https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/3538>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SANTIAGO. D. F. **Uma artista negra do século XIX**: O literário e o musical em Maria Firmina dos Reis, 2022, p. 199. Tese (Doutorado) em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Natural.

SERAFIM, V. F. 'Dar de comer ao Santo': as festas religiosas afro-brasileiras sob o olhar de Nina Rodrigues. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 7, n. 21, p. 131-144, 2015.

SILVA, R. A. A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão. **Leitura: Teoria e Prática**, v. 29, n. 56, p. 11-19, 2011.

SILVA, R. A. **A escravidão no Maranhão**: Maria Firmina dos Reis e a representação sobre a escravidão e mulheres no maranhão na segunda metade do século XIX. Tese (doutorado em História Economia) - USP, São Paulo, 2013, p. 11.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 1 ed., Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

SOUZA, F. Memória e performance nas culturas afro-brasileiras. In: ALEXANDRE, Marcos Antonio (Org.). **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007

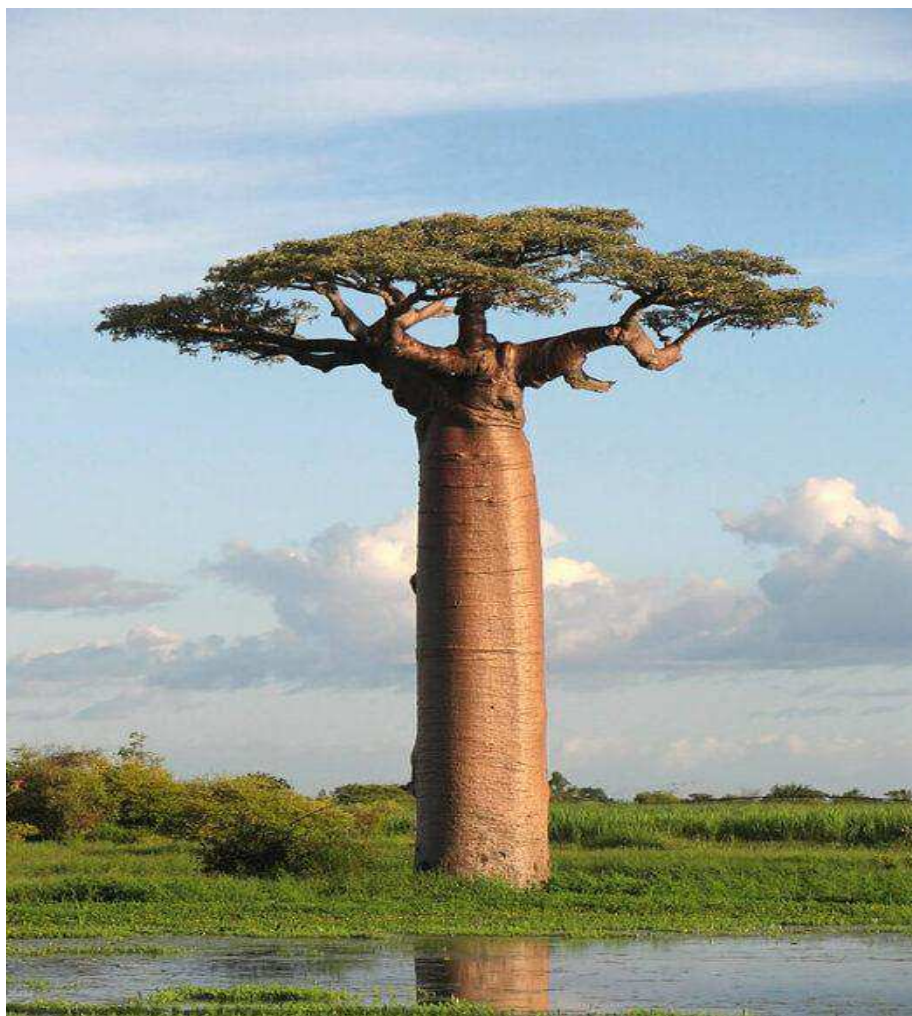
TELLES, E. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VAZ, C. F. **Reflexões sobre a memória e o esquecimento da influência africana durante a Belle Époque brasileira**. *Psicol. saber soc*, p. 96-11, 2014

WALTER, R. G. M.. **Literatura, História e Memória no Contexto Pós-Colonial**. *Eutomia*, Recife, v. 1, n. 1, p. 1-12, jul. 2010.

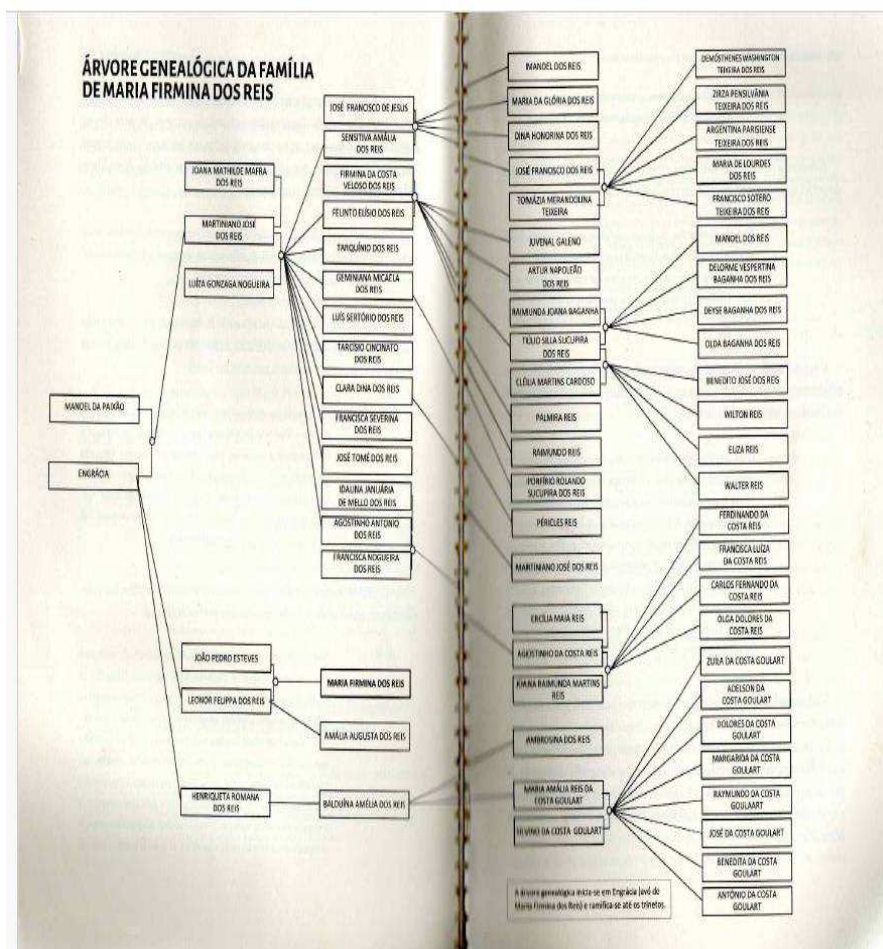
## **ANEXOS**

**Figura 01:** Árvore Baobá



**Fonte:** Baobá do Madagascar – *Adansonia grandidieri*. Imagem: Bernard Gagnon  
Conheça o Baobá, uma das árvores mais majestosas e peculiares do mundo. Diário do Naturalista. Disponível em: [https://diariodonaturalista.com.br/baoba/#google\\_vignette](https://diariodonaturalista.com.br/baoba/#google_vignette).  
Acesso em: 09, fevereiro de 2024.

Figura 02: Árvore genealógica da família de Maria Firmina dos Reis



GOMES, Agenor. Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil. São Luís: AML, 2022.p.178-179



**Figura 04:** Condições dos escravizados no navio negreiro



Ilustração dos escravizados embaixo do convém.

Fonte: <https://www.gettyimages.com.br/fotos/slavery-ship>

**Figura 05:** Ama de Leite ou Mãe preta



Figura 1: Foto de Augusto Gomes Leal e da ama-de-leite Mônica, do estúdio de João Ferreira Villela, Recife, c.1860. Cartão-de-visita, 6,5 x 10cm. (Coleção Francisco Rodrigues, CFR 1795, Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais)

Fotografia de Augusto Gomes Leal e da ama de leite Mônica cartão de visita de 186

**Figura 06:** Instrumentos de ferro usados nos castigos e torturas dos escravizados



Instrumentos de Ferro. Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 1835.

Os instrumentos de ferro de “castigos e penitências” eram usados para punir e submeter os escravos: algemas, palmatórias, gargalheiras (espécie de coleira presa ao pescoço do cativo) etc. Fonte: <http://migre.me/fX1rq>